

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NOELI PERTILE

Dissertação de Mestrado
Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

MARCAS DA "INTEGRAÇÃO" NA AGRICULTURA FAMILIAR
DE QUILOMBO, SC

Florianópolis, SC
Primavera de 2001

NOELI PERTILE

Autora

PROF. DR. ROLAND LUIZ PIZZOLATTI

Orientador

**MARCAS DA "INTEGRAÇÃO" NA AGRICULTURA FAMILIAR
DE QUILOMBO, SC**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico **Mestre em Geografia.**

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti (orientador)

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva

Aprovada pela Comissão Examinadora em 09/10/2001.

*"Se as coisas
são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que triste os caminhos, se não
Fora a presença distante das estrelas!"*

Mário Quintana

*"Viver e não ter a vergonha de ser feliz.
Cantar e cantar e cantar a beleza de ser um
eterno aprendiz. Eu sei que a vida
devia ser bem melhor e será.
Mas isso não impede
que eu repita:
é bonita, é bonita
e é bonita!"*
Gonzaguinha

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à esta Luz que nos permite ver o amor e nos guia pelos caminhos e (des)caminhos da vida.

Dedico este trabalho aos meus queridos, ternos e eternos pais, mãe Brígida e pai Adelino (*in memoriam*). Por terem me concedido a vida e por me presentear com tanto amor, irmãos e irmãs maravilhosos. Porque sei que mais tarde, deste dia, restarão recordações vagas e distantes. Mas sei que a cada conquista que esta carreira me proporcionar, estarão ao lado dela, como estiveram em cada momento de minha vida, porque mesmo distantes, sempre estiveram junto a mim.

A cada um dos meus irmãos e suas famílias, em especial a Marinês, por ter me possibilitado um maior crescimento com sua própria dor.

À Alcionete Pschisky, amiga do Norte, pela constante companhia e pela alegre presença em cada um dos dias de nossa passagem pela Ilha de Santa Catarina.

À Clarice A. Rossetto e Márcia Bianchi pela amizade construída, seja no Oeste ou no Litoral Catarinense.

Aos amigos e colegas: Janete, João, Sérgio, Maurício e Max, por escrevermos juntos algumas linhas da história da Geografia Agrária, nesta universidade; Cristiane, Jaqueline, Juaci, Evelise, Marga, Jairo, Mário, Cristóvão, César, Gilnei, Sandro, Janaína, e Marisa, por caminharmos juntos alguns passos há mais na Geografia e em direção a um mundo melhor.

Aos encontros, com seus encantos e desencantos, que o mundo geográfico tem proporcionado. Com eles, a revelação de muitos colegas, mestres, companheiros e alguns bons amigos que contribuíram para nosso crescimento pessoal e profissional.

Ao Nazareno e ao Edson pela amizade, carinho e apoio na confecção dos mapas.

A orientação amiga do Prof. Roland Luiz Pizzolatti, pela dedicação e pelo estímulo em me fazer prosseguir, mesmo nos momentos mais instáveis da caminhada de mestranda.

Aos pequenos produtores rurais do município de Quilombo, em especial, ao Miguel Stefens, Raul Gracioli e Claudécir Provensi , os "integrados" que tiveram grande parcela de contribuição para que este trabalho pudesse ser realizado.

Ao querido Sr. Daniel Narciso Sutil da Trindade, o "caboclo" que compartilhou conosco parte da história dos seus 82 anos de vida e 60 anos de vivência naquele município.

ÀLúcia, irmã e amiga, Elisa, Arlindo e Helena pela receptividade e dedicação nos diversos momentos em que necessitei recorrer ao trabalho de campo.

Ao Sr. Mário Bernardi (tio) pelo carinho, companhia e sugestões para este trabalho e à Neiva, Fernando, Itacir e Evandro, pela amizade e apoio técnico na locomoção.

Ao Jovino Cambri, nosso amigo e secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, pela presteza em nos atender quando na solicitação de informações sobre o município.

Aos funcionários da empresa Cooperalfa e Coopercentral/Aurora, unidade de Quilombo, pelas informações prestadas.

ÀCoordenação, aos professores e aos colegas de mestrado, pelas contribuições nos debates em sala de aula e pelos momentos de descontração que também contribuíram para aliviar as tensões.

ÀUniversidade Federal de Santa Catarina, em especial, aos servidores do CFH, pelos trabalhos prestados e pela convivência durante esta trajetória na Geografia.

ÀCAPES pelos recursos fornecidos através da bolsa de mestrado.

RESUMO

Com a modernização e a constituição das grandes empresas industriais atuando na área rural em diversos Estados do Brasil, os pequenos produtores têm efetuado contratos de "integração" junto às mesmas. Particularmente no Oeste Catarinense, a criação de aves e suínos ocorre de forma intensa e "integrada". A presente dissertação procura discutir como a agricultura familiar "integrada" do município de Quilombo, vem se organizando para permanecer na atividade e no campo. Considerando que as empresas buscam atingir suas metas de produção e qualidade perante o mercado consumidor, tomamos como base, para análises, algumas de suas estratégias organizacionais implementadas na área de estudo, com o segmento de aves e suínos. Nesta perspectiva, procuramos estudar a relação dos pequenos produtores com as empresas nas diversas etapas de criação dos animais, compreendendo a construção das instalações, o manejo e a comercialização, além de suas perspectivas frente a crescente concentração da produção.

ABSTRACT

With the modernization and the constitution of the great industrial companies acting in the agricultural area in several States in Brazil, the small producers have effected contracts of "integration" with these big ones. Particularly in the West of Santa Catarina, the creation of birds and swines occur in an intense and "integrated" form. The present work tries to discuss how "the integrated" familiar agriculture of the city of Quilombo is organizing to remain in the activity and the field. Considering that the companies try to reach their goals of production and quality before the consuming market, we take as base, for analyses, some of their implemented organizational strategies in the study area, with the path of birds and swines. In this perspective, we try to study the relation of the small producers with the companies in the variety of stages of creation of the animals, understanding the construction of the installations, the handling and the commercialization, besides of the perspectives in relation to the increasing concentration of the production.

SUMÁRIO

	pg.
LISTA DE TABELAS-----	x
LISTA DE GRÁFICOS-----	xi
LISTA DE FOTOGRAFIAS-----	xii
LISTA DE FIGURAS-----	xiii
LISTA DE ANEXOS-----	xiv
 INTRODUÇÃO -----	 15
 CAPÍTULO I	
REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL -----	24
1.1 A pequena propriedade familiar-----	26
1.2 A pequena produção familiar na agricultura brasileira -----	35
1.3 A subordinação e a perda da autonomia -----	39
 CAPÍTULO II	
CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, NOSSA	
ÁREA DE ESTUDO: O SEU TEMPO NO SEU ESPAÇO -----	46
2.1 O processo histórico -----	46
2.2 A população -----	52
2.3 A distribuição do pessoal ocupado no setor agropecuário-----	55
2.4 A condição do produtor segundo a propriedade da terra -----	57
2.5 Uso do solo -----	59
2.5.1 A produção vegetal-----	60
2.5.2 A pecuária bovina, suína e aves-----	70
2.5.2.1 O efetivo de bovinos-----	70
2.5.2.2 O efetivo de suínos-----	71
2.5.2.3 O efetivo de aves-----	77
2.6 A evolução da estrutura fundiária-----	79

CAPÍTULO III

A "INTEGRAÇÃO" E ALGUMAS MARCAS NA PAISAGEM RURAL	84
DE QUILOMBO -----	
3.1 "Integração": marcas da modernização -----	90
3.2 O trabalho "integrado" -----	92
3.3 A distribuição do trabalho familiar na pequena propriedade-----	96
3.4 O trabalho contratado-----	101

CAPÍTULO IV

A AVÍCULTURA "INTEGRADA" -----	107
4.1 O Carregamento de aves -----	125

CAPÍTULO V

A "INTEGRAÇÃO" SUINÍCOLA -----	139
5.1 - A Cooperalfa e os sistemas de criação de suínos -----	144

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	164
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	181
---	------------

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA -----	186
--------------------------------------	------------

ANEXOS -----	188
---------------------	------------

LISTA DE TABELAS	pg.
Tabela 01 - Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Quilombo - SC: 1970 – 1996-----	80
Tabela 02 - Evolução do número de produtores de animais em Santa Catarina - 1985-1998-----	93
Tabela 03 - Temperatura ideal para frangos de corte-----	118
Tabela 04 - Programa de luz para frangos-----	123
Tabela 05 - Preço do quilo de frango vivo pago ao produtor -----	129
Tabela 06 - Avicultor "A"-----	131
Tabela 07 - Avicultor "B"-----	132
Tabela 08 - Avicultor "C"-----	134
Tabela 09 - Preço do quilo de suíno vivo pago ao produtor-----	159

LISTA DE GRÁFICOS	pg.
Gráfico 01 - Evolução da população no município de Quilombo -----	53
Gráfico 02 - A distribuição do pessoal ocupado no setor agropecuário -----	55
Gráfico 03 - A condição do produtor segundo a propriedade da terra -----	58
Gráfico 04 - Uso do solo agrícola no município de Quilombo-----	61
Gráfico 05 - O efetivo da pecuária bovina-----	71
Gráfico 06 - O efetivo da pecuária suína-----	75
Gráfico 07 - O efetivo de aves-----	78
Gráfico 08 - A evolução da estrutura fundiária - estabelecimentos-----	81
Gráfico 09 - A evolução da estrutura fundiária - área -----	81
Gráfico 10 - Área da propriedade dos "integrados" entrevistados-----	97

LISTA DE FOTOGRAFIAS	pg.
Foto 01 - Madeira utilizada para aquecimento do aviário, próximo a uma fornalha -----	66
Foto 02 - Plantação de "uva-japonesa" ao lado de um aviário -----	66
Foto 03 - Agricultor alimentando suíno no antigo sistema de criação -----	76
Foto 04 - Bebedouro em forma de calha -----	114
Foto 05 - Bebedouro automático <i>nipple</i> -----	114
Foto 06 - "Tacinhas" para acompanhar o bebedouro automático <i>nipple</i> -----	115
Foto 07 - Comedouro automático -----	117
Foto 08 - Comedouros tubulares -----	117
Foto 09 - Tambores e de campânulas à gás para aquecimento do aviário -----	119
Foto 10 - Fornalha para aquecimento central do aviário -----	120
Foto 11 - Terminais do sistema de aquecimento central -----	121
Foto 12 - No carregamento, a separação das aves para não serem sufocadas -----	127
Foto 13 - Os carregadores represam as aves com as caixas -----	127
Foto 14 - Carregadores deslizam as caixas sobre os trilhos de PVC -----	128
Foto 15 - Caminhão sendo carregado de aves -----	128
Foto 16 - Fêmeas suínas na maternidade -----	154
Foto 17 - Leitões nas creches -----	154
Foto 18 - Placa indicando o nome da empresa e o do produtor -----	156
Foto 19 - Pocilga de madeira -----	158

LISTA DE FIGURAS	pg.
Figura 01 - Localização do Município de Quilombo - área de estudo-----	25
Figura 02 - Distribuição das localidades no Município de Quilombo -----	47
Figura 03 - Localização das Comunidades Pesquisadas-----	94

ANEXOS ----- 188

Anexo 01 - Aurora - Avicultura - Controle técnico

Anexo 02 - Avicultura - Recomendações técnicas para manejo de verão

Anexo 03 - Avicultura - Manejo de verão na falta de luz

Anexo 04 - Coopercentral - Desinfecção para aviário de 50 metros

Anexo 05 - Alfa - Contrato Suicooper - ciclo completo

Anexo 06 - Alfa - Contrato de Assistência Técnica - Terminação de suínos

INTRODUÇÃO

As transformações econômicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, decorrentes da internacionalização do capital monopolista, propiciaram profundas alterações no espaço mundial. A maior propagação de empresas multinacionais possibilitou a industrialização de alguns países subdesenvolvidos e o início do processo de modernização do setor produtivo.

Este processo, no Brasil, teve sua maior intensificação, a partir dos anos 60 e trouxe junto com ele mudanças tanto no espaço urbano, com o desenvolvimento de atividades industriais, como no espaço rural, com a industrialização da agricultura. A modernização no campo deu-se sobremaneira, com a implantação de indústrias de insumos e equipamentos que, por sua vez, aceleraram a transformação da base técnica da agropecuária nacional.

A política de "crédito rural" adotada pelo Estado, a partir daquele período, beneficiou mais a porção centro-sul do país onde ocorreu uma substituição gradativa dos métodos tradicionais de produção pelos sistemas de produção industrial. A partir de então, houve possibilidade de utilização da mecanização e dos insumos industriais, o que privilegiou apenas algumas culturas - com incentivos aos produtos destinados à exportação - e áreas do país. Com isso, os grandes produtores foram favorecidos de maneira considerável, em detrimento dos pequenos.

Nesse sentido, distante de ser homogênea, a modernização foi considerada "*conservadora e excludente*". Assim, ocorreu uma maior acentuação dos problemas sociais no campo, promovendo a concentração fundiária, um maior empobrecimento dos pequenos produtores rurais e o êxodo rural. Estas e outras foram as conseqüências do desenvolvimento das relações capitalistas do campo brasileiro, em que a grande maioria dos produtores, sobretudo os pequenos, ficaram à margem deste processo.

Para estes produtores, a ostentação financeira foi bancada, principalmente, pelo Banco do Brasil e demais bancos oficiais. Mas, a partir de 1978, o Estado começou a desvincular-se dessa política financeira, elevou as taxas de juros, reduziu subsídios financeiros e apontou para o sistema de crédito privado e para as condições gerais do mercado financeiro, como uma nova forma de inserção da clientela agropecuária. Essa situação agravou-se ainda mais após 1983, pois a partir daquele ano o FMI (Fundo Monetário Internacional) começou a interferir sobre a política econômica e financeira.

A partir daquele processo de modernização, criou-se uma condição caracterizada pela dependência cada vez maior da agricultura à indústria, as duas atividades, através de vínculos contratuais ou orgânicos, conduziram à formação de grandes grupos industriais. Com a "crise" na agricultura os preços agrícolas mostravam-se instáveis e a queda da lucratividade era presente, a agricultura foi levada a combinar-se com a indústria, esta última, com maior capacidade de acumulação capitalista. E, no processo de tecnificação da agricultura, o espaço de produção agrícola se transforma de acordo com a lógica do capital. Esta tendência se torna ainda mais efetiva com o processo de globalização da economia, em que o mercado impõe a presença de um agricultor que deve obter grande produtividade, com qualidade e em menor tempo.

E é esta parcela da agricultura, ligada à indústria que iremos dedicar nossa atenção. Dentre tantos espaços agrários onde ocorre a inserção das agroindústrias, nosso recorte espacial foi o município de Quilombo, localizado no Oeste Catarinense. Após a delimitação da área de pesquisa, elegemos como questão central, a análise das relações que se estabelecem entre os grupos industriais e a (re)produção das pequenas propriedades no município de Quilombo. Supomos que seja numa relação de subordinação dos pequenos produtores com as grandes empresas.

Em nosso trabalho, adotamos o termo pequeno produtor familiar, pequeno produtor agrícola ou mesmo integrado como são identificados, a partir da ligação com a indústria. Toda vez que utilizarmos o termo integrado será entre aspas ("") e

estaremos nos referindo aos criadores de aves e/ou suínos ligados aos grandes complexos industriais.

A maior motivação que nos levou a optar pelo município de Quilombo como área de estudo, foi nossa vivência, enquanto filha de pequenos produtores, com outros pequenos produtores daquele e de outros municípios do oeste catarinense. A escolha, deve-se também, por ser um município onde predomina a pequena propriedade (até 50ha) e a força de trabalho familiar em 99% das propriedades rurais, conforme Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (1997). Outro motivo, não menos importante, é a vinculação de parte destes produtores às indústrias processadoras de carnes do Oeste Catarinense, através da criação de suínos e/ou aves. Além disso, a presença de pocilgas e aviários padronizados na paisagem de Quilombo se tornou um convite a mais para refletir sobre o seu conteúdo.

Sendo assim, buscamos estudar esta relação em que os pequenos proprietários se tornam "funcionários" externos das empresas. Eles mesmos se consideram "empregados", uma vez que têm uma função bem definida à executar para a empresa. Talvez sejam "funcionários" que executam as atividades pouco remuneradas, sendo que em muitas ocasiões, eles *"trabalham quase de graça!"* Esta parece ser a essência da "integração" por parte das empresas.

Acreditamos que este nosso trabalho possa contribuir para o estudo e análise de fenômenos do espaço agrário no município de Quilombo, bem como de outros municípios do Oeste Catarinense, estruturados segundo a dinâmica das relações de classe que ocorrem entre pequeno produtor e as empresas com as quais eles estão vinculados.

Entende-se também, que é nosso papel, buscar compreender o que ocorre por detrás da aparente representação do espaço geográfico. A partir dos pressupostos teóricos, procuramos entender as relações entre as grandes empresas e os agricultores familiares e sua busca pela continuidade enquanto produtores no município enfocado.

A proposta de estudar a "integração" como forma do avanço das relações capitalistas de produção no campo, no município de Quilombo, baseou-se na percepção das contradições existentes entre o discurso das empresas agroindustriais, análise teórica/econômica feita pelos estudiosos da questão e a avaliação dos próprios "integrados", sendo que já havíamos uma certa aproximação com os mesmos. Junto com esta parcela de produtores familiares buscamos construir nosso trabalho, sempre na perspectiva de vislumbrar e respeitar a heterogeneidade presente em cada relação.

Inicialmente, procuramos entender a (re)organização do espaço agrário em um município onde predomina a agricultura familiar, o recente processo de modernização, as condições de (re)produção dos pequenos produtores "integrados", a organização da força de trabalho na unidade produtiva e as estratégias de vivência utilizadas pela família "integrada" para permanecer no meio rural. Diante disso, buscamos compreender parte dos fenômenos do espaço agrário do município conduzidos pela dinamicidade das relações entre os pequenos produtores e as empresas com as quais se articulam. Nesse sentido, vislumbramos ainda, analisar o possível processo de subordinação em que se encontram os pequenos produtores "integrados" e as diferentes formas e estratégias de exploração praticadas pelas empresas e analisar o processo de exclusão ou manutenção dos produtores familiares "integrados".

Empregamos para o presente trabalho, no qual o produtor "integrado" criador de aves e/ou suínos de Quilombo foi nosso objeto de estudo, o caminho empírico-teórico. O empirismo não tem apenas feição descritiva do fenômeno e buscamos apoio nas leituras/reflexões realizadas sobre o tema.

Para o encaminhamento da pesquisa foram seguidos alguns procedimentos metodológicos. Inicialmente, fizemos um resgate da formação e evolução histórica do município de Quilombo até chegar a sua atual configuração territorial. Também foi destacada a atuação do Estado no processo de modernização da agricultura brasileira e no desenvolvimento do setor agroindustrial no Sul do país, destacando o estado de Santa Catarina.

Considerando que, embora a percepção do fenômeno tenha levado ao levantamento de fontes primárias, também foram utilizadas fontes secundárias como documentos referente ao processo de colonização do município de Quilombo e do Oeste Catarinense. O levantamento de informações estatísticas junto aos órgãos públicos também teve o objetivo de identificar aspectos referentes a evolução da população, propriedade da terra, distribuição da mão-de-obra, estrutura fundiária e uso do solo, entre outros. Consultamos também órgãos como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Quilombo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA/SC).

Como uma forma de apresentação dos dados pesquisados junto aos citados órgãos, elaboramos tabelas e gráficos para facilitar a visualização dos mesmos. Os dados estatísticos utilizados foram obtidos junto aos Censos Demográficos e Agropecuários realizados nos anos de 1970, 1980, 1985 e 1995-96. O período considerado está relacionado com o fato de que a emancipação do município ocorreu somente em 1961 e o censo seguinte foi para no ano de 1970. Outro recurso utilizado foi as fotografias. Elas servem para ilustrar o tema e a área de pesquisa. As mesmas foram tiradas pela autora durante a realização dos trabalhos de campo no ano de 2000.

As fontes de informação primárias foram obtidas com o levantamento direto no campo, ou seja, com pesquisa direta junto aos produtores rurais do Município de Quilombo e junto às empresas agroindustriais que atuam na área em estudo. Para que fosse viabilizada a realização das entrevistas, como parte de nossa pesquisa de campo, foram necessários vários deslocamentos até o referido município.

Pensamos que as informações obtidas com os pequenos criadores tenham sido de fundamental importância, a fim de que pudéssemos compreender aquele espaço da pequena propriedade para além de sua aparência. As entrevistas foram realizadas nas propriedades dos produtores "integrados" em diversas comunidades do município. Isso permitiu um melhor reconhecimento das condições vivenciadas, além da situação econômica. Das 45 comunidades existentes, elegemos uma para que pudesse ser nosso

referencial na elaboração deste trabalho. O fator que nos levou a optar entre tantas comunidades, a Linha Zamignan, foi porque esta possuía um número maior de produtores "integrados", com maior representatividade na produção de suínos e/ou aves. Esta localidade contava, no ano de 2000, com 20 produtores "integrados" na criação de suíno e/ou aves e conversamos com 11 deles.

Apesar de optarmos pela Linha Zamignan, buscamos entrevistar "integrados" em outras comunidades do município para não restringir nosso campo de pesquisa numa única localidade. As demais comunidades onde efetuamos entrevistas foram São Brás, Para Pedro, Camargo, Janeiro, Consoladora, Kennedy, Salto Saudades, Vale do Ouro e São José. Acreditamos que a diversidade de realidades possibilite alcançar os objetivos propostos. As entrevistas foram feitas aleatoriamente, com a condição de que o entrevistado fosse membro de família de "integrados".

Quando ainda estávamos no início de nossa pesquisa de campo e ainda não tínhamos optado entre uma localidade e outra, buscamos informações junto aos órgãos municipais voltados a agricultura. Ao esclarecermos nossos objetivos, os representantes ofereceram o espaço físico da Secretaria Municipal da Agricultura para que pudéssemos realizar as entrevistas e indicaram alguns produtores a fim de que fossem nossos entrevistados.

A agradecemos a "presteza" oferecida, mas preferimos nos deslocar até as propriedades. Assim, pudemos conhecer as propriedades e o meio em que trabalhavam. Além do mais, os criadores poderiam não se sentir à vontade em serem entrevistados dentro de um órgão oficial.

À medida que fomos conhecendo as localidades e os produtores, percebemos que aqueles "integrados" indicados para entrevista, eram os mesmos que os técnicos das empresas também indicaram. Eram os "integrados" que havia maiores possibilidades de aquisição de equipamentos para as instalações e que, por isso, melhor representavam a "modernização" na criação de aves e/ou suínos no município, ou seja, os "bem-sucedidos". Diante disso percebemos, mais uma vez, como a realidade

dos criadores de desses animais pode ser "homogeneizada" ou "simplificada", a partir do momento em que se busca apenas uma fonte para versar sobre o assunto. Porém, a realidade dos "integrados" de Quilombo é bastante diversa e complexa, como veremos no decorrer deste trabalho.

Nesse sentido, consideramos que a realização das entrevistas tenha se constituído numa das principais etapas deste estudo. Cada entrevista demorava entre uma hora e meia e duas horas. Após a exposição de nossos objetivos e explicações sobre a "visita" repentina, os pequenos produtores se apresentavam bastante receptivos. Isso se deve ao fato de serem "esquecidos", segundo eles *"... é muito bom que alguém lembre de escrever sobre a situação da agricultura, que mostrem realmente o que está acontecendo. E não escutar somente o governo falar que a agricultura vai bem, que se produz bastante e pronto. As coisas não são bem assim... a situação é bem pior do que parece."*

De certa maneira, havia um anseio de que suas reivindicações fossem atendidas, principalmente no que tange uma política de preços "mais justa". Alguns chegavam a comentar: *"... você desculpe estar falando assim, desabafando. Mas é que é bom, de vez em quando, ter alguém que ouça o que a gente tem para dizer e que, muitas vezes, não são coisas boas, são tristezas da gente"*. Encontramos criadores que manifestaram expressões de tristeza pelo fato de não encontrarem alternativas e por continuarem na "integrados".

Além das informações que recebemos dos pequenos produtores, alguns nos convidaram para conhecer as instalações da sua propriedade, principalmente os aviários. No retorno a casa, normalmente, ofereciam chimarrão como um gesto amigável da tradição das famílias oestinas. Enfim, a receptividade aumentava conforme íamos discorrendo sobre o tema "integração". Ao nos despedirmos, normalmente, recebíamos convites para retornarmos, independente se fosse a trabalho ou não. Salientavam e agradeciam a "conversa interessante" e diziam que, por isso mesmo, "valia a pena" ter um tempo maior para continuá-la.

Apenas em duas propriedades visitadas não pudemos realizar entrevistas. Uma, porque encontramos em casa uma pessoa idosa, que não se sentiu hábil em nos

fornecer as informações solicitadas. Outra, porque o produtor negou-se a responder às questões, alegando falta de tempo. Neste caso, percebendo a resistência do produtor, não insistimos e dissemos entendê-lo. Afinal, nós queríamos que eles tivessem liberdade em colaborar conosco. Apesar de, em alguns momentos da entrevista, as mulheres e filhos opinarem sobre os temas enfocados, os chefes da família sempre contribuía mais. Em outros casos, a mulher por encontrar-se sozinha em casa, respondeu ao questionário. A maior parte das entrevistas contribuiu muito para elucidar outros pontos, não menos importantes, no tocante ao processo criatório de aves e/ou suínos do sistema "integração".

Uma das maiores dificuldades que encontramos foi o de reunir dados referentes aos ganhos obtidos com os lotes entregues de animais. Ao solicitarmos os comprovantes de pagamento dos lotes fornecidos pela empresa, a maioria dos criadores não dispunha deste material. Muitos deles não encontram motivos ou importância para guardar os demonstrativos de pagamento da empresa: *"... as notas não adiantam prá nada, porque a gente não entende o tipo de conta que eles fazem"*. E ainda, *"... não adianta guardar. O preço que a empresa paga pra gente é aquele e pronto"*. Mesmo com as dificuldades citadas conseguimos reunir algumas amostras de resultados obtidos com a criação de aves. Os dados obtidos foram referentes ao ano de 1999 e algumas amostras do ano de 2000 e 2001.

Além das dificuldades no que diz respeito às informações de preços recebidos pelos produtores, sentimos a falta de um meio de transporte para nos deslocar até as residências dos produtores. Houve dias em que o trabalho ficou inviabilizado, pois algumas das comunidades ficam distantes da sede municipal, chegando a 15 e 18km.

Para melhor compreensão do nosso trabalho, apresentamos as partes componentes do mesmo, sendo dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo abordamos alguns conceitos referentes à agricultura familiar brasileira e ao sistema de "integração", a inserção da tecnologia, as alterações do modo de viver no campo e a subordinação em que pequenos produtores do município de Quilombo estão submetidos.

O segundo capítulo trata da contextualização histórico -geográfica do município como a evolução da população rural e urbana e os diversos aspectos da área rural como a distribuição do pessoal ocupado, a condição do produtor, o uso do solo (a produção vegetal e animal) e a estrutura fundiária de Quilombo, entre 1970 e 1996.

O terceiro capítulo está "marcado" com trabalho dos "integrados" do município e de suas famílias. Neste capítulo, buscamos retratar a maneira como a família divide o trabalho entre as diversas atividades da unidade produtiva.

No quarto e quinto capítulo tratamos mais diretamente da forma "integrada" de criar aves e suínos, respectivamente. Procuramos mostrar como cada uma dessas atividades é desenvolvida sob as exigências das empresas "integradoras" e as especificidades presentes em cada uma das propriedades entrevistadas.

Por fim, apresentamos algumas considerações referentes ao trabalho dos pequenos produtores "integrados" de Quilombo. Os seus anseios e perspectivas para com a "integração" e, ainda, algumas iniciativas de pequenos produtores no sentido de organizar grupos de produção, industrialização e comercialização de seus produtos agrícolas e pecuários.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A ampliação do conhecimento e o aprofundamento teórico sobre questões emergentes da sociedade moderna dão-se pela evolução da ciência. Para atribuir a uma pesquisa o seu caráter científico, faz-se necessária a presença de conceitos teóricos básicos e torna-se indispensável apontar o ajustamento teórico do problema a ser estudado.

Posto isso, a preocupação que permeia o presente capítulo, consiste em fazer um delineamento do conceito de agricultura familiar. Assim, poderemos compreender como os pequenos produtores "integrados" às agroindústrias se territorializam no espaço agrário do município de Quilombo (figura 1). Conforme já afirmamos, a relação entre "integrados" e agroindústrias naquele município constitui-se em nosso principal objetivo de investigação neste trabalho.

A análise desta questão e dos objetivos propostos está sendo efetuada a partir dos levantamentos de vários elementos metodológicos, considerados importantes para a construção de um trabalho científico. Isso nos remete a uma afirmação de FEYERABEND (1989) em seu *"Contra o Método"*: "... se desejamos compreender a natureza, se desejamos dominar a circunstância da física, devemos recorrer a todas as idéias, todos os métodos e não apenas a reduzidos números deles." Sendo assim, acreditamos que as idéias, como o autor se refere, mesmo que antigas, sejam capazes de aperfeiçoar nosso conhecimento. E, por isso mesmo, "... a proliferação das teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico. A uniformidade, além disso, ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo". Diante então, salientamos a importância dos trabalhos já desenvolvidos por outros autores nessa mesma área de estudo e a pesquisa de campo, como elemento de ajuda fundamental. Esta última nos trouxe valiosas informações que constituem, passo a passo, a trajetória deste trabalho. Neste sentido, fizemos uma pequena garimpagem conceitual para definir agricultura familiar. E, ao buscar o caminho percorrido por alguns pesquisadores da questão agrária, queremos compreender a manutenção da pequena produção familiar.

Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO- Município de Quilombo/SC



Fonte: Mapa do Estado de Santa Catarina e Município de Quilombo: Atlas de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatístico.
Mapa do Brasil: (NENTWIG SILVA, 2000).

1.1 A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

A manutenção da pequena produção, inserida no desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, tem sido tema de diversos autores e em diferentes áreas do conhecimento. Ao escrever sobre a pequena produção, VERGAPOULOS (1977) afirmou que a mesma estava distante de desaparecer. Segundo este, a pequena produção consolidou-se no século XX como uma *velha forma*, mas carregada de *novo sentido* e que, "... é o capital que assegura as formas e distribui os sentidos, apropriando-se deles. A unidade dos sentidos é assegurada através de - e graças a - uma multiplicidade de formas." (op.cit., p.47) Acreditamos ter sido esta multiplicidade de formas que permitiu a reprodução da agricultura familiar até os dias atuais.

Assim como Marx e seus seguidores, KAUTSKY (1986), também acreditava na tendência em que ocorreria o desaparecimento do pequeno produtor. Tal desaparecimento seria efetivado através da apropriação do grande capital de toda atividade agrícola. Os personagens que constituiriam a agricultura capitalista seriam o proprietário fundiário, o empresário capitalista e o trabalhador assalariado. Nesta relação de possuídos e possuidores, os pequenos produtores tenderiam a desaparecer. O autor procurou investigar as transformações que a agricultura experimentou ao longo do regime capitalista de produção. Analisou ainda, de que maneira o capital se apoderava da agricultura, modificando as antigas formas de produção e de propriedade, criando e (re)criando a necessidade de novas formas.

Ao estudar a industrialização da agricultura, o citado autor enfatizou as crescentes dificuldades que a mesma encontrava para inserir-se no mercado. Para ele, a industrialização forçada da agricultura, iria refletir sobre a pequena unidade familiar que, por ser incapaz de concorrer com as grandes empresas, tenderia a desaparecer. À medida que os grandes estabelecimentos fossem absorvendo as inovações, mediante sua ligação com a indústria, ocorreria uma diferenciação em termos de qualidade entre estes e as pequenas propriedades.

O mesmo autor considerou que o pequeno proprietário assemelhava-se ao proletário, uma vez que o primeiro estaria "*vendendo sua força de trabalho*" devido à contínua redução de seus estabelecimentos. A atividade secundária que absorveria parte desta força de trabalho, em alguns períodos do ano, foi denominada de trabalho suplementar. Este trabalho era representado pelo trabalho agrícola assalariado.

O autor salientou ainda que, a época da colheita na agricultura era um período em que os trabalhadores encontravam trabalho extra com maior facilidade, normalmente nas grandes propriedades. Porém, naquele mesmo período de tempo, o produtor era mais solicitado em seu estabelecimento e, dedicando-se ao trabalho suplementar, ele não conseguia exercer suas tarefas particulares. Como havia a necessidade de ganhar dinheiro, ele acabava abandonando o serviço em sua propriedade. Esta, por ser de tamanho reduzido e por faltar-lhe meios, era administrada de forma "irracional". Assim, transferia as tarefas para a mulher e filhos e trabalhava em sua propriedade após o horário normal ou aos domingos.

O referido autor refletiu ainda, sobre várias formas que o pequeno proprietário encontrava para tornar-se um "*... vendedor de sua força de trabalho*" e garantir o sustento da família. Discorreu, também, a respeito da crescente procura por pequenos estabelecimentos agrícolas, elevando assim, o preço das terras e aumentando as constantes partilhas numa mesma propriedade.

A (re)partilha das terras, ainda hoje pode ser verificada dentre os pequenos estabelecimentos rurais de Santa Catarina, em especial no oeste do estado. Em alguns municípios, como Quilombo, é comum encontrar propriedades com até 50ha e, nelas, duas ou três famílias dividindo o espaço. Normalmente, esses casos têm ocorrido quando os filhos casam e os pais não possuem condições financeiras suficientes para adquirir uma maior quantidade de terra ou ajudar na compra de uma propriedade para a nova família. Com isso, eles acabam trabalhando juntos na mesma propriedade.

Contudo, a procura por trabalho suplementar não é uma realidade estendida à maior parte dos pequenos produtores daquela área. Outras formas de ocupar os braços

agrícolas, sem sair de sua propriedade e trazer-lhes uma complementação de renda, tem sido implementadas no Oeste Catarinense. Uma delas é a "integração" de parcela dos pequenos proprietários, criadores de aves e suínos, às empresas. Porém, a criação de suínos e, mais recentemente, a criação de aves tem sido realizada em grande escala e com finalidade de abastecer os diversos frigoríficos instalados naquela porção do estado catarinense. De acordo com PIZZOLATTI (1996, p.16), estas " ... *duas atividades criatórias, de suínos e aves, não podem ser classificadas como trabalho acessório, mas complementar às atividades da lavoura, ainda que em níveis variáveis de importância segundo cada produtor.*" Para tanto, inúmeras mudanças tem sido necessárias, tanto nas instalações próprias para cada criação, assim como para acompanhar o nível técnico exigido para efetivar a produção.

Os vínculos entre a empresa e o pequeno produtor deu-se de forma bastante característica no Centro-Sul do país, onde a pequena produção mercantil, baseada no trabalho familiar, alcançou destacado papel devido ao próprio modelo de colonização e das condições de sua instalação. O fenômeno também é semelhante a grande parte dos produtores do Oeste Catarinense, ligados a grupos industriais. Neste sentido, " ... *o próprio movimento do capital faz com que não haja tendência a homogeneidade. Existem formas desiguais e combinadas a muitas peculiaridades*" (PIZZOLATTI, 1996 p.22).

Ao instalarem-se no Oeste Catarinense, entre as décadas de 1920 e 1940, os colonos promoveram a policultura e a criação de suínos, influenciados pela sua tradição e pelas condições em que se encontravam. Na policultura, o principal produto era o milho e, na criação de suínos, a maior finalidade era a produção de banha. Mas após a implantação da "integração", a criação de suínos passou a ser feita de uma forma em que havia uma vinculação entre estes produtores e as empresas.

A busca pela vinculação a uma empresa pelo pequeno produtor criador de suínos, decorreu inicialmente, da necessidade que o mesmo sentia em ter um mercado garantido para seu produto, mesmo nos períodos de crise. Já a "integração" avícola, foi significativa sua procura como uma nova opção melhor remunerada naquele momento inicial, além do mercado garantido. Segundo o mesmo autor, a partir da "integração", a

exploração familiar passou por profundas transformações, ocorridas pelo processo de modernização imposto pelas indústrias.

O sistema de "integração" implementado na agricultura brasileira, efetivou-se no Oeste Catarinense após 1970, possibilitando a uma parcela de produtores, uma nova opção em termos de produção. Começaram a criar suínos e/ou aves em grande quantidade para alguns frigoríficos também localizados no oeste, principalmente nos municípios de Concórdia, Videira e Chapecó. Outros pequenos produtores não tiveram a mesma possibilidade e, a partir de meados da década de 80, acabaram procurando um trabalho secundário para complementar a renda da família.

Como o referido autor ressaltou em seu trabalho, alguns desses produtores foram trabalhar como transportadores para a empresa em que encontravam-se vinculados. Posteriormente, esta atividade de secundária passou, em muitos casos, a se constituir em atividade principal na renda da família. Assim como ocorreu em grande parte do Oeste Catarinense, os produtores de suínos e/ou aves do município de Quilombo, nossa área em estudo, também encontraram o caminho da "integração" para permanecer na agricultura. Com isto, não ocorreu a proletarização ou desaparecimento, como previsto por Marx e outros teóricos seguidores, pelo menos por um certo período de tempo.

Dada a capacidade de reprodução da pequena produção no sistema econômico capitalista, buscamos em CHAYANOV (1974), um cientista social russo, o nosso referencial básico sobre a manutenção da pequena produção familiar. Consideramos que este autor se constitua numa importante fonte de referência teórica do tema em questão, ao abordar a problemática do pequeno produtor, no sentido do caráter mercantil estar voltado à sua sobrevivência.

Este autor percebeu fatores de resistência da lógica familiar ao capitalismo da agricultura em seu país, sendo que não foram destruídas as estruturas existentes, mas mantidas, utilizadas e fortalecidas. Com isso, a pequena produção familiar demonstrou resistência em sobreviver e prosperar, mesmo em circunstâncias adversas,

como numa tendência à mercantilização, em que a indústria buscaria o fornecimento de matéria-prima por ele produzida.

O mencionado autor (op. cit., p.237) denominou de “concentração vertical”, a incorporação dos estabelecimentos familiares ao capitalismo industrial, mediante a substituição do capital local pelo capital social, no tocante ao investimento destinado à produção. Para haver um “... sistema de equilíbrio econômico básico entre trabalho e a satisfação das necessidades da família”, haveria uma implicância na organização da produção, orientando a variedade e a quantidade de produtos, bem como os métodos de manejo que demandam maior ou menor emprego de mão-de-obra.

Quando o estudioso analisou o campesinato russo, denominou-o de modo de produção camponês. A preocupação estava em apontar as tendências dessa organização econômica estruturada no trabalho familiar. Sua tese baseou-se no propósito fundamental da sobrevivência do campesinato e que isso se daria através da satisfação das necessidades da família e não o de obter ou acumular lucros, ainda que praticasse pequenas trocas mercantis. Eles viviam em suas terras em decorrência da própria necessidade social enquanto forma de organização.

O referido autor, considerou “... a mão-de-obra como elemento tecnicamente organizado de qualquer processo de produção” e, por isso, relacionou a composição e o tamanho da família como determinantes na organização da produção em cada unidade econômica camponesa. Para este,

Puesto que el estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacer las demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal par ello, debemos esperar, ante todo que el volumen de la actividad económica de la familia corresponda cuantitativamente en forma aproximada a estos elementos básicos en la composición de la familia, (op. cit. p.56)..

Como a família não recorria à mão-de-obra contratada, sua própria força de trabalho disponível para a produção, juntamente com a terra, influenciaria no maior ou menor grau de intensidade de trabalho para satisfazer suas necessidades de consumo. Assim, “para medir la precisión de las necesidades de consumo utilizamos un

coeficieste que relacionaba la cantidad de unidades consumidoras con la cantidad de fuerza de trabajo; en otras palabras, la relación del número de consumidores con el número trabajadores (c/t)", (op. cit., p. 78).

Com isso, o consumo determina o volume de trabalho da família, segundo o autor. Então, uma família que for constituída basicamente de crianças menores, terá uma sobrecarga de trabalho que cairá sobre os pais. Por outro lado, uma família em que todos os membros trabalham, haverá um volume de trabalho reduzido para cada membro, ocorrendo assim, um equilíbrio na relação denominada "braços e bocas".

Considerando este primeiro aporte teórico, pensamos ter encontrado na teoria de Chayanov, a 'chave' para podermos desvendar o fenômeno da pequena produção familiar. Temos, com isso, a possibilidade de investigar as mais diversas alterações que possam ter ocorrido no interior das propriedades familiares e, ainda, como elas conseguem sobreviver no sistema capitalista articulando-se externamente.

A agricultura familiar no Brasil teve início ao mesmo tempo em que houve a substituição do cativo pelo trabalho livre, na segunda metade do século XIX. MARTINS (1980), sugeriu que tal substituição foi implementada com medidas também oficiais para abrir caminho à agricultura familiar. Esta, seria baseada na pequena propriedade e teria um vínculo jurídico de posse da terra. Em diversos pontos do Brasil, especialmente no Sul e Sudeste, abriu-se espaço aos imigrantes pobres que vinham da Europa, para se estabelecerem em núcleos de pequenas propriedades.

Esse processo, segundo MARTINS (op. cit., p.96), *"tinha um forte caráter político e de classe"*. Para ele, a abertura do espaço geográfico e social que estava sendo ocupado pelo pobre europeu, não decorreu das transformações econômicas e sociais *"que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura."* Assim, não é difícil percebermos que a pequena propriedade brasileira surgiu cercada pelo processo de reprodução da grande propriedade, cuja produção era voltada para o mercado externo.

Na Região Sul ocorreu uma certa divisão espacial entre os pampas, onde a grande propriedade se instalou a partir do século XIII e as áreas de relevo mais acentuado foi o que restou para instalação das pequenas propriedades dos imigrantes europeus. Isso ajuda a compreender um pouco o processo migratório que ocorreu na região Sul, onde famílias partiram para outros estados em busca de melhores terras para o cultivo. Além disso, como não havia mais terra para ser repartida entre os filhos, este ser constituiu em outro fator que promoveu a migração. Esse problema acentuava-se ainda mais quando as famílias possuíam elevado número de filhos.

Segundo BRUMER (1993, p.190), o acesso à propriedade no Brasil, acontecia através de duas modalidades mais usuais, a herança e a compra. Estas duas modalidades geralmente eram combinadas em uma mesma unidade de exploração familiar. A terra era repartida entre os filhos e, quando chegavam os netos, já não havia terra para eles. Para este autor, uma parcela importante da chamada “pequena produção” é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais como a dependência em relação a grande propriedade, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade espacial.

A produção familiar ainda persiste nos dias de hoje, mas é “*movida de novo sentido*”, onde o capital e o Estado interessam-se por sua permanência e consolidação. Ao invés de se tornar uma atividade antieconômica, conforme era apregoada pelos teóricos do assunto nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo e estendendo-se ao longo do século XIX, ela assumiu importante papel, tornando-se uma fonte de apropriação de sobretrabalho. Nesse sentido, concordamos com PIZZOLATTI (1996) que a modernização da agricultura, vem ocorrendo de forma “*lenta, incompleta e desigual*”. A mesma, traz consigo, as contradições que aparecem mais visíveis no lado social, provocando mudanças sensíveis junto aos pequenos produtores familiares.

O produtor trabalha com sua família e não há, aparentemente, exploração econômica de forma capitalista, pois inexistente a produção de mais-valia. Seguindo este raciocínio, a família não trabalha só para si, cabendo-lhe todo o fruto de seu trabalho. Grande parte do resultado de seu esforço, supõe-se que seja repassado a outras

instâncias, nas mercadorias por eles produzidas tais como para a indústria "integradora" e para o comércio internacional, em razão do dinamismo da circulação de mercadorias. (cit. op. cit.)

SANTOS (1984), foi outro autor que procurou analisar a questão do pequeno produtor vinculado às grandes empresas. Ele mostrou que o trabalho dos produtores não é destruído pelo capital. Porém, este último exerce um tipo de subordinação formal que significa, num primeiro momento, a não dominação total do capital, e num segundo, uma forma particular de coexistência no interior do modo de produção capitalista. Para o autor, a família exerce seu trabalho do mesmo modo, onde esta possui a propriedade da terra e dos outros meios de produção, sendo a força de trabalho proveniente de seus membros e os níveis de mecanização baixos. Entretanto, "os insumos industriais utilizados só tendem a afirmar a viabilidade da força de trabalho familiar."

No caminho percorrido pela produção familiar brasileira para chegar nos dias atuais de agricultura moderna, WANDERLEY (1985), defendeu ter ocorrido uma "proletarização" de parte da força de trabalho agrícola. Parte destes trabalhadores que "fogem" a este processo permanecem em suas propriedades e, apesar da aparente autonomia, eles trabalham de forma subordinada ao capital. Concordamos que, apesar destes produtores permanecerem em sua unidade produtiva e serem possuidores de sua força de trabalho, eles são despossuídos da condição de dirigentes do processo produtivo.

Precisamos considerar que os produtores familiares "integrados" possuem, na maioria das vezes, parcela dos meios de produção, como a propriedade e as instalações para os animais. Porém, isso não garante sua autonomia no que concerne ao processo produtivo, como veremos mais adiante. No entanto, concordamos com Wanderley a respeito destes produtores serem "trabalhadores para o capital". Apesar destes estarem em sua propriedade e não venderem sua força de trabalho, os mesmos são "úteis ao capital" à medida que proporcionam trabalho gratuito para as empresas em que se encontram vinculados.

Dentre os autores brasileiros que tratam da questão agricultura familiar, temos a contribuição de LAMARCHE (1993). Para este, “... *as explorações familiares ocorrem em situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócio-econômicos e políticos diferenciados*”. E, independente do país, mas desde que seja o mercado quem organiza as trocas, sempre ocorre a participação da família na organização da produção agrícola. Com isso, faz-se necessário considerar toda a interdependência que há entre os fatores: propriedade, trabalho e família.

A contribuição deste, entre tantos outros pesquisadores do setor agrário da atualidade, tem-se mostrado como fundamental para que se possa acompanhar o desenrolar do processo produtivo. O estudo sobre a persistência dos pequenos produtores em permanecer na agricultura e as diferentes formas para sobreviverem no meio rural, evitando estar nas periferias das grandes cidades e engrossando a camada dos "sem" (sem-terra, sem-emprego, sem-teto, sem-alimentos, sem-saúde, sem-dignidade), tem sido questões que, particularmente, nos interessam.

Após estabelecermos uma identidade com os pesquisadores mencionados sobre a problemática agrária e, mais especificamente, da agricultura familiar, consideramos que esta seja a unidade de produção em que a maior parte dos trabalhos seja elaborado pela própria família, mesmo ocorrendo a eventual contratação de trabalhadores temporários. Acrescentamos que, para o presente trabalho, consideraremos pequena propriedade, o estabelecimento cuja área for o equivalente ou menor a cinquenta hectares (50ha), dada a freqüente ocorrência dos mesmos em nossa área de estudo, como veremos no próximo capítulo.

1.2 A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A modernização da agricultura brasileira teve sua maior intensificação ao término da década de 50. Este processo de modernização consistiu na transformação da produção agropecuária brasileira em sua base técnica no pós-guerra, tendo seu

início com a importação de tratores e fertilizantes a fim de aumentar a produtividade agrícola, conforme GRAZIANO DA SILVA (1998).

Na trajetória da agricultura brasileira, ao destacar a agricultura moderna, pode-se verificar a ocorrência do processo de "integração" de agricultores às empresas agroindustriais. Estas atuam a nível local, regional, nacional e mesmo internacional. Apresentaremos também, considerações de alguns autores que pautam sua discussão em torno da "integração", como as empresas se utilizam da produção familiar e ainda, como os "integrados" são ou não beneficiados pelas indústrias.

Antes do processo de modernização, a agricultura contava com a *força da terra* que se sustentava, seguindo o ciclo natural. Em pequena escala, havia o uso de fertilizantes naturais porque os agrotóxicos e/ou outros produtos químicos, ainda não apareciam. Os sistemas de cultivo utilizados pelos agricultores naquela época consistiam em instrumentos básicos rudimentares como a enxada e o arado puxado por bois ou cavalo. Mesmo sendo rudimentares, salientamos que ainda hoje estes instrumentos continuam presentes nas pequenas propriedades rurais, tal como verificamos em nosso trabalho de campo.

As formas tradicionais de produção e o aumento das áreas cultivadas foram, gradativamente, incorporando algumas transformações. Nesse sentido, pode-se destacar a diversificação dos produtos para abastecer o mercado interno. Com a instalação de fábricas de máquinas e insumos agrícolas (antes importados), após a segunda metade do século XX, a agricultura brasileira criou um mercado consumidor para os meios de produção recém instalados no país. Novas técnicas de produção foram incorporadas e o uso de máquinas, como tratores e colheitadeiras, passaram a fazer parte da base técnica do rural brasileiro.

A década de 50 foi basicamente, o período de substituição das importações. Este setor brasileiro que era "*quase auto-suficiente*" passou a fazer parte (e depender) de um conjunto maior de atividades. O autor GRAZIANO DA SILVA (1982) salientou que, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro ocorrido no pós-guerra, a

agricultura se converteu, aos poucos, num setor subordinado à indústria e por ela transformada.

Além deste, outros autores se referiram a um novo padrão da dinâmica da agricultura que emergiu em meados da década de 60, aqui no Brasil. SORJ (1980), por exemplo, observou que a partir desta década, a dinâmica da agricultura estava determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos "complexos agroindustriais". A ação do Estado nesse contexto orientou-se para a modernização da agricultura, a fim de integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima.

Para MÜLLER (1986), o fato mais importante que permitiu delimitar a década de 60 como um marco do novo padrão agrícola relaciona-se com a constituição do "complexo agroindustrial (CAI) brasileiro", a partir da negação do predomínio do complexo agro-comercial até então existente.

E, o elemento que estava imbricado nas diversas atividades, tanto na agricultura como nas indústrias de maquinários ou processadoras, eram as atividades *do capital*, todas conduzidas por uma regulação macroeconômica mais geral. Esse aspecto foi bem abordado por DELGADO (1985) em seu trabalho que também explorou a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR neste país, em meados da década de 60.

Para este autor, aquele momento pode ser considerado como uma ruptura do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da conjugação de alguns fatores fundamentais como a consolidação das agroindústrias e as mudanças da base técnica da produção agrícola. Acrescenta-se ainda, a intensa urbanização, o crescimento do emprego não-agrícola (que demandavam mais produtos agrícolas), o crescimento e diversificação das exportações, a organização do SNCR e a política de crédito rural para o projeto de modernização da agricultura.

Particularmente, para o final dos anos 60, o mesmo autor ressaltou a existência de um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram diversas mudanças qualitativas no desenvolvimento da agricultura. Essas condições refletiriam no lugar que a agricultura iria ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança concretizava-se nos "complexos agroindustriais" e na integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro. Este processo tomaria uma posição efetiva a partir da década seguinte.

Na década de 70, o setor agrícola brasileiro assumiu uma nova e importante função. Além de produtor de alimentos e matérias-primas, também começou a absorver parcela da indústria de maquinários voltados à agricultura (CORRÊA, 1996). A política de crédito rural subsidiado pelo governo tinha, como finalidade, a modernização do setor agropecuário brasileiro. Este processo trouxe consigo uma alteração na estrutura industrial, ocasionando avanços tecnológicos e a internacionalização da economia.

Esta mesma modernização permitiu a reunificação de interesses das classes dominantes e foi, por isso, denominada de "modernização conservadora". Com ela, foram acentuadas as desigualdades sociais e maior concentração de terras, por exemplo. Neste contexto, houveram alguns privilegiados em detrimento de tantos outros produtores não atendidos pelo processo de modernização, pois não atingiu de forma homogênea aqueles (produtores rurais) que por ela esperavam para "*produzir mais e melhor*".

A política de crédito adotada possibilitou que o Estado restabelecesse o seu "poder regulador macroeconômico". O crédito rural foi considerado como o alicerce da política da "modernização conservadora" ocorrida no Brasil na década de 70, (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Diversas modificações ocorreram na agricultura brasileira pós 70. Entre outras, podemos citar a mecanização e a utilização de os adubos químicos e agrotóxicos, com maior intensidade. Na agricultura familiar, particularmente, houve uma maior

especialização no que tange a produção. Apesar do agricultor moderno ainda manter uma certa diversidade em sua unidade produtiva, ele possui uma ou duas atividades principais. Estas, normalmente respondem pela maior parcela em sua renda. Podemos exemplificar com a especialização na suinocultura e avicultura. Com isso, um número significativo de produtores da agricultura familiar passou a "integrar" as agroindústrias que se instalaram no país.

Após o processo de modernização imposto nos anos 70, PIZZOLATTI (1996) verificou que nos anos 90, o mesmo estava ocorrendo e talvez, de forma mais intensa. Outro autor verificou que apenas uma parte dos pequenos produtores conseguiu ser incluída no processo, e os demais foram excluídos por não se adaptarem às exigências das empresas. Os produtores que foram inseridos no processo, associaram ao capital industrial através do sistema de "integração" e, apesar de perderem o controle do processo produtivo, conseguiram reproduzir-se enquanto pequenos produtores.

Esta forma de "integração" na produção de suínos e aves, possuiu sua base nas pequenas unidades familiares que dispõem de força de trabalho, terras e de parte dos meios de produção. Contudo, estes "integrados" encontram-se *"inseridos e subordinados pelo capital que, mediante a exploração econômica, em múltiplos momentos se apropria do trabalho excedente"*, (cit.op.cit).

Com o passar dos anos, ainda hoje verifica-se que as empresas continuamente solicitam inovações em e todos os equipamentos destinados a produzir os produtos da "integração". Pensamos que esta seja uma das formas encontradas pelas empresas para continuarem mantendo os pequenos produtores em sua dependência, além de estarem perseguindo melhores índices de produtividade. Na avicultura e suinocultura, por exemplo, além da exigência de melhores equipamentos, algumas agroindústrias investem no melhoramento genético de suas matrizes animais, a fim de obterem um melhor resultado possível no produto da "integração", ou seja, as aves e/ou suínos.

Tais inovações são, de certa maneira, necessárias para as agroindústrias abocanharem cada vez mais uma fatia maior do mercado consumidor de seus

produtos. Se as empresas não acompanharem o que está sendo exigido pelo mercado, perderão espaço pela concorrência. Num exemplo, poderíamos citar a carne suína que possui hoje um mercado consumidor exigente em termos de índices de gordura. Cada vez mais, as empresas têm buscado diminuir estes teores de gordura da carne suína. Para isso, exigem dos produtores "integrados", a criação de suínos cujas matrizes são desenvolvidas pela própria empresa. Neste contexto, os produtores são responsáveis por aplicar as inovações na produção da matéria-prima de alta qualidade e em tempo cada vez mais reduzido. Pode-se dizer que os "integrados" são os mediadores entre a tecnologia e alta produtividade, aliada à qualidade dos produtos, de acordo com o interesse da indústria.

1.3 A SUBORDINAÇÃO E A PERDA DA AUTONOMIA

Com a modernização do campo, a indústria buscou conduzir a evolução da economia agrária. Ao mesmo tempo, houve também, modificações nas relações de trabalho e de produção. Quando discorremos sobre relações de trabalho no campo, remetemos à nossa área de pesquisa onde ocorre a "integração" dos pequenos produtores com as indústrias.

Partindo do pressuposto de que ocorre uma relação de subordinação dos pequenos produtores às empresas, recorremos a alguns autores que fazem apontamentos nesse sentido. GRAZIANO DA SILVA (1999), salientou que a subordinação da pequena produção às agroindústrias se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica. E isso, acaba criando no pequeno produtor, *"uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias; e, também, através da venda num mercado monopsonico de matéria-prima agrícola. Muitas vezes as agroindústrias subordinam os pequenos produtores através de mecanismos semelhantes ao do capital comercial"* (op.cit.p.141).

Ao nosso ver, no centro-sul do País, esta subordinação encontra-se bastante presente na produção de matérias-primas que demandam força de trabalho familiar como na criação de frangos e suínos, no cultivo de legumes, uva e outros. Nestes casos,

os principais embates ocorrem quanto ao preço da matéria-prima pago ao produtor pela empresa.

Na paisagem agrícola, também aparecem as plantações de milho, as pocilgas, os aviários, mas é o trabalho da família, o responsável pela criação dos animais que abastecem de matéria-prima as grandes empresas. Neles, estão os diversos lugares e tempos indispensáveis ao funcionamento da "integração" da suinocultura e avicultura. Da organização desses elementos é necessário que resulte um produto com alta qualidade, seguindo as exigências da empresa. Em uma passagem do estudo realizado por SILVA (1992 : p.12), ela salienta que:

... os resultados das explorações pretéritas são agora (no momento da produção) para mover a força de trabalho num ciclo de exploração econômica escamoteado pela mediação da propriedade da terra e dos meios de trabalho que confirmam a autonomia dos pequenos produtores. É o fetichismo da pequena produção. O sentido da propriedade fala mais alto, da independência, esconde a dominação.

Por ser proprietário, o produtor tem a impressão de que é independente e autônomo. A relação de dominação está refletida principalmente na relação contratual que explicita a subordinação do agricultor à indústria. Porém, a dominação pode se refletir também no preço que a empresa paga pelo produto ao "integrado". Por ser um momento tão esperado pelo produtor, justamente acontece situações de frustrações, de expectativas de melhoria de preço ou de enfrentamento.

A queda dos ganhos ou a não ocorrência de ganhos traduzidos numa maior instabilidade dos preços agrícolas, fez com que a agricultura, ao lado das condições menos favoráveis, procurasse ligar-se com a indústria. Esta última, com possibilidade de ter *maior capacidade de acumulação capitalista*¹, pode também oferecer a obtenção de meios de produção mais eficientes e, principalmente, garantir o escoamento dos seus produtos. Este fator se constituiu em um dos poucos e principais apontamentos favoráveis às empresas "integradoras", na avaliação dos produtores "integrados".

¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 1982.

Esta dependência da agricultura à indústria produtora de insumos, equipamentos e melhoramento genético ou processadora da matéria-prima da "integração" (aves e suínos), tornou-se quase um "caminho sem volta". Neste processo que insiste em inserir-se na agricultura mundial e brasileira há poucas décadas, uma das questões inquietantes à parcela dos pequenos produtores, refere-se a perda de sua autonomia. Muitos dos pequenos produtores, quando questionados do seu envolvimento com as empresas, dizem estar *amarrados, presos* às empresas através do alto investimento nas instalações e da constante implementação de tecnologias.

Os investimentos para construção de um aviário de 100 metros, em 2000, estava em torno de 25 mil reais. Cada empresa possui um padrão de construção que deve ser seguido pelos "integrados". Assim, caso um dia o criador decida produzir para outra empresa, necessitará remodelar as instalações de modo a atender os padrões de construção da "nova" empresa. Além disso, a empresa "solicita" que os produtores acompanhem também, as inovações em termos de equipamentos para o interior dos aviários, como bem salienta este criador de aves do município de Quilombo:

... nós investimos tanto no aviário para começar a criar frangos e não dá pra largar tudo isso de uma hora pra outra. E se quiser vender o aviário, não é fácil de encontrar quem compre.

De forma semelhante ao que acontece na "integração" de aves, ocorre também na suinocultura "integrada", como representado pelo depoimento de um suinocultor da área estudada.

... a gente tinha um chiqueiro de madeira, tivemos que mudar para de material, assim, de concreto. Depois pensamos que estava bom, nada! Agora, para ter criadeira, tem que ter maternidade para os porquinhos. Então a gente meio se obriga a fazer o que eles pedem, porque senão, tem que parar de criar. E se parar com tudo, aí eu pergunto: para que tanto investimento, tanto capital ali parado?

À medida que os produtores possuem um alto investimento para exercer uma determinada atividade em sua propriedade (pocilgas ou aviários), eles sentem-se mais ligados à atividade. Ao produzirem, eles necessitam escoar o produto e assim, de alguém que adquira o mesmo. No caso da suinocultura e avicultura, quem oferece

garantia de recebimento do produto, é a empresa "integradora". Por isso, os pequenos produtores sentem-se amarrados às empresas; amarrados, pois não possuem autonomia sobre o modo de criação e comercialização dos animais.

Neste sentido pode ser percebida a contínua e gradativa perda da autonomia que os pequenos produtores vêm sofrendo. Tendo, assim, uma maior dependência à agroindústria como bem salienta GUIMARÃES (1982, p125): *"... A dependência da agricultura à indústria, tanto a grande indústria produtora de insumos, quanto a grande indústria processadora, tornou-se um fato irreversível."*

Ainda quanto a perda da independência, ou seja, a perda do controle do processo produtivo por parte dos produtores, torna-se importante ressaltar que são as empresas que "ditam as regras". Elas conduzem o processo dizendo o quê, como, quanto, quando será produzido, onde será produzido, quem produzirá seus produtos para um exigente mercado, e ainda mais: quanto ela vai pagar ao produtor pelo seu trabalho. Por isso mesmo, os produtores "obrigam-se" a fazer o que a empresa "pede".

Todo este processo de subordinação do qual estamos abordando, não acontece de forma diferenciada e em pontos isolados da agricultura brasileira. Especialmente em Santa Catarina, no oeste do Estado, nos diversos municípios onde ocorre a criação de aves e suínos, torna-se comum encontrar na agricultura familiar este tipo de subordinação. A cada entrega de lote de suínos ou frangos, a preocupação com o preço do produto da "integração" é uma constante entre estes produtores. Faz-se necessário lembrar que a policultura faz parte das atividades desenvolvidas na maioria das propriedades de agricultura familiar, sendo que a "integração" suinícola e/ou avícola aparece, normalmente, como atividade principal. Portanto, a busca contínua por melhores preços, tem sido uma realidade presente junto aos criadores.

Para ALTMANN (1997), as empresas determinam as estratégias de acordo com a dinâmica de funcionamento do mercado. Estas empresas estão, por sua vez, submetidas à coordenação de grupos de distribuição, principalmente grandes grupos varejistas de supermercados. Estes, quando próximos ao consumidor final, têm ganho

domínio de mercado. As condições de mercado obrigam as empresas, entre outras medidas, a reduzir custos para manter-se competitivas.

Na busca de suprimentos a menores custos, as indústrias adotam estratégias que acabam levando a uma reorganização interna das pequenas propriedades rurais. Estas passam por diversas mudanças para acompanhar o processo de modernização, pois no caso de não serem capazes de promover as adaptações exigidas, o criador poderá ser excluído do esquema produtivo.

O pequeno produtor "integrado" perdeu sua capacidade de decisão, embora isso signifique alguma melhoria do seu nível de ganhos financeiros ou de retorno, porque ele interessa à agroindústria. O próprio produtor é quem assume os riscos da criação dos animais que a indústria processadora de seus produtos não assume. Este produtor também abastece as empresas com as matérias-primas em quantidades e qualidades fixadas por estas mesmas empresas. Com a diminuição da autonomia a indústria contribui para uma maior descapitalização da agricultura familiar.

As empresas "integradoras" de aves/suínos não querem um envolvimento direto com a produção da matéria-prima, deixando para o "integrado" todo o trabalho da criação. À medida que o produtor assume todos os riscos da produção (gastos com equipamentos, manutenção dos mesmos e perda de animais, entre outros) a empresa recebe o produto pronto. Além disso, fica isenta dos encargos sociais, caso a mesma necessitasse pagar se estivesse utilizando força de trabalho assalariada. O que interessa para as empresas é receber a matéria-prima (aves/suínos), sem correr riscos à sua produção e, principalmente, extrair trabalho excedente.

Esses riscos que o produtor assume são apresentados nas diversas etapas da "integração", desde o nascimento dos filhotes de suínos (no caso de ciclo completo) ou no recebimento dos filhotes de aves ou suínos (no caso do suinocultor terminador), passando por todos os cuidados no crescimento até o carregamento para o abatedouro no frigorífico. Em todas as etapas, a empresa exige todo o cuidado possível do produtor para com os animais, por considerá-los bastante frágeis. Mas a empresa não

se importa minimamente com os criadores. Em muitos casos por nós constatados, eles não investem em suas habitações que se encontram em precárias condições, para investir nas instalações do criatório dos animais, produtos da "integração".

Acreditamos que o sistema de produção, através da "integração", seja viável para as empresas pois as mesmas não assumem os riscos, eles ficam a encargo do produtor. A empresa não necessita dispende honorários para a criação dos animais, pois a força de trabalho da família é responsável por isso. Dependendo da hora do dia ou da noite, verão ou inverno, os animais precisam de mais ou menos cuidados, de acordo com a fase de vida em que se encontram. O responsável por executar esta tarefa também é o produtor "integrado" e ele não recebe hora extra para tanto. Portanto, toda a força de trabalho da família fica disponível para desenvolver a atividade de "integração". Eles não vendem a força de trabalho mas somente o produto, ou seja, os animais. A propriedade e equipamentos são do produtor, mas quem controla todo o processo produtivo, determinando como será organizada a produção, é a empresa.

Considerando que em nossa área de estudos - o município de Quilombo, a ampla maioria dos proprietários rurais possuem pequenas propriedades, acreditamos que este seja um fator relevante para que as grandes empresas para lá se dirigissem em busca da produção de matéria-prima. Os responsáveis por produzir a matéria-prima processada pela empresa, são os braços da agricultura familiar, ou seja, os pequenos produtores e suas famílias. Contudo, nesse lugar ou espaço da suinocultura e/ou avicultura que nos defrontamos e que guarda na aparência uma organização econômica familiar, podem também, ser encontradas outras pessoas que trabalham nas fases que requerem mais força de trabalho, como na época da colheita dos produtos diversos ou no carregamento dos frangos.

No processo de "integração" suinícola e/ou avícola, o trabalho do produtor estará subordinado ao capital. O trabalho de toda a família para criar os suínos e/ou aves, seguirá "*à moda das empresas*", ou seja, os "integrados" procedem como a empresa determina. A empresa é a fornecedora das matrizes dos animais de acordo com a demanda do mercado, intermedia, a aquisição de implementos/equipamentos

necessários para um melhor produto final, neste caso, suínos e/ou aves. Quando os criadores entregam os animais, pagam as dívidas e recebem a diferença, nessa transação é que se efetiva o processo de dominação por parte da empresa.

Ninguém os obriga a criar suínos e/ou aves, mas como eles disseram “... *é preciso encontrar uma maneira de ganhar um pouco de dinheiro. Somente a roça não dá, não tem preço.*” Mesmo sentindo a força da empresa atuando em sua propriedade, alguns “integrados” falaram que seria pior estando fora de tal esquema de produção. Nesse processo de “integração”, a agricultura não somente é atraída para assegurar a obtenção de melhores meios de produção, mas também, para assegurar o escoamento dos produtos, tendo assim, uma *garantia de venda do produto*. Segundo os criadores, esta *garantia* se constitui como principal motivo de ainda estarem “integrados” às indústrias. O escoamento também se torna bastante dificultado por um mercado cada vez mais controlado pelas grandes empresas.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, NOSSA ÁREA DE ESTUDO: O SEU TEMPO NO SEU ESPAÇO

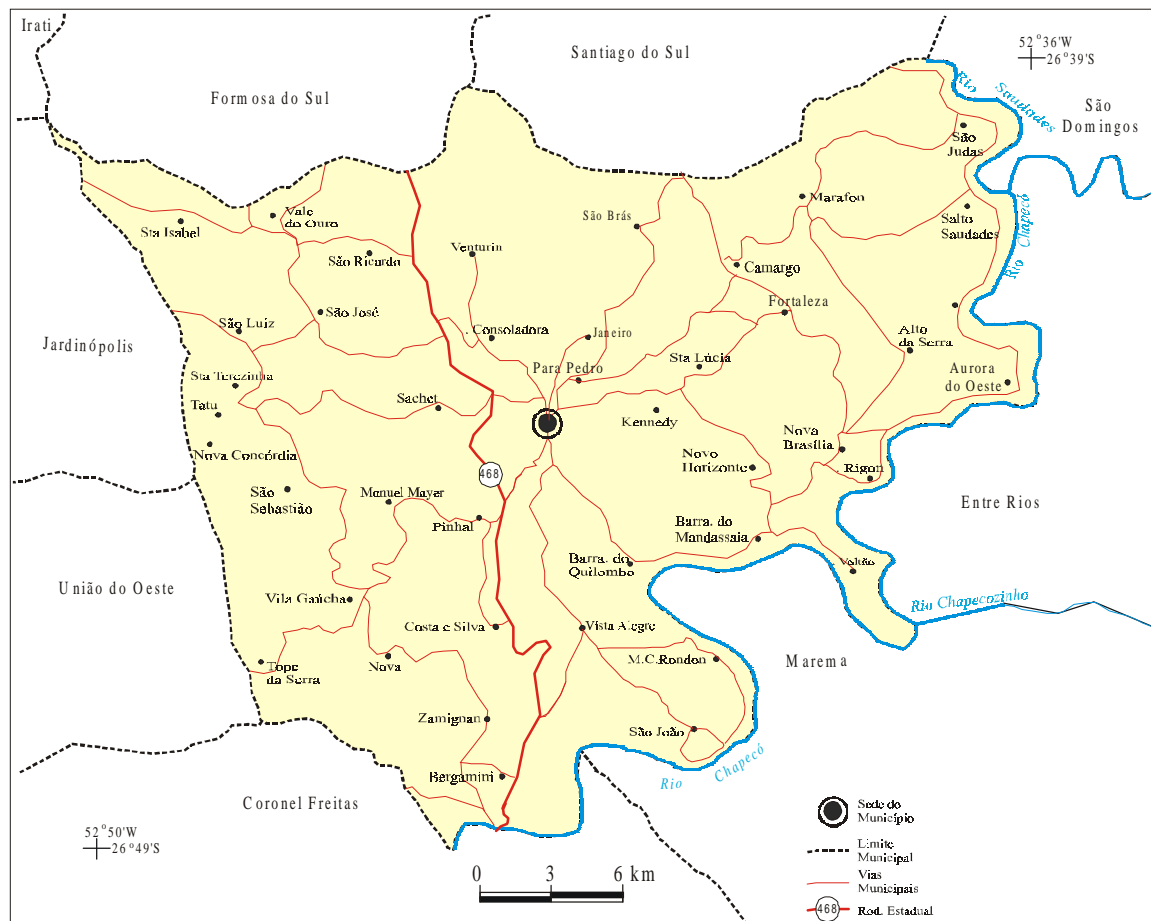
No início da década de 40, ao chegarem onde atualmente encontra-se o município de Quilombo, os primeiros moradores descreviam aquela paisagem como tendo o predomínio de mata nativa e sem a presença de moradores. Atualmente, a paisagem do município está mudada e não é a mesma descrita pelos relatos daqueles primeiros moradores. Tanto a área urbana como a rural, vieram ao longo destas últimas cinco décadas, sendo modificadas pela atuação de seus habitantes. Ao enfocarmos especialmente a área rural, veremos que, na constante busca de uma melhor rentabilidade e, para isso, melhor produtividade, a agricultura deste município, a exemplo do que acontece a nível estadual e nacional, também vem recebendo inovações tecnológicas.

Estas inovações, quando absorvidas e aplicadas a um dado espaço, podem causar determinadas mudanças no que tange a organização do mesmo. Desde sua emancipação em 1961, até 1996, ano em que terminou o levantamento do último censo agropecuário publicado pelo IBGE, o município de Quilombo veio passando por diversas modificações no seu espaço rural. Um dos delineadores destas mudanças, não somente do ambiente, mas também das relações de trabalho familiar, está relacionado com a "integração" entre vários pequenos produtores e as indústrias processadoras de carnes.

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO

A atual configuração do município de Quilombo (figura 2) resulta do processo histórico que remonta a ocupação do Oeste Catarinense no período recente, os últimos 50 anos. A forma como foram ocupadas e distribuídas as terras refletem, portanto, na atual estrutura fundiária do município. Predominam as pequenas propriedades movidas por trabalho familiar. Estas relações não capitalistas foram "criadas e recriadas" dentro do próprio sistema de produção capitalista.

Figura 2 - Distribuição das localidades no Município de Quilombo, SC



Fonte: Adaptado de Atlas de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento e Prefeitura Municipal de Quilombo.

A ocupação do Oeste de Santa Catarina e da primitiva Xaçecó foi iniciada pelos índios Kaingang. A população que sucedeu a indígena e miscigenou-se a esta, foi a dos luso-brasileiros ou caboclos. A principal atividade destes últimos era a agricultura de subsistência, o corte de erva-mate e o tropeirismo. Os núcleos caboclos originaram-se, basicamente, dos lugares destinados aos pousos (pernoite), ao longo das estradas de Palmas (PR) e Missões (RS) e, também, da exploração da erva-mate no período de trânsito das tropas (FAO/INCRA, 1996).

Além dos caboclos que já habitavam o oeste desde o início do século XX, os primeiros colonizadores começaram a chegar em Quilombo a partir de 1946. O processo de colonização teve sua maior intensificação nas décadas de 50 e 60 e foi caracterizado pela presença de migrantes de origem italiana e, em menor número, de origem alemã. Estes chamados de colonos, oriundos principalmente do Rio Grande do

Sul, da área em torno de Erechim, foram atraídos pelos projetos de colonização, pela exploração da madeira e pelos baixos preços da terra.

Os migrantes necessitaram buscar *novas terras*, para que assim fosse possível a continuidade da reprodução da unidade familiar. Das áreas de colonização antiga do Rio Grande do Sul, os pequenos proprietários, descendentes de europeus, deslocaram-se para áreas de terras novas, indo assim, ocupar o Oeste de Santa Catarina e do Paraná. Segundo VALVERDE (1980), para essa mesma área catarinense migraram, também, os colonos das velhas áreas de colonização do estado, como dos Campos Gerais, já ocupados por fazendas de gado.

Para o mesmo autor, esses deslocamentos demográficos não eram apenas resultado do crescimento vegetativo da população das colônias. Mas, aquela "faixa pioneira" de migração, havia deixado para trás de si, terras cansadas e em processo de despovoamento, como consequência do emprego de sistemas agrícolas predatórios e em lotes relativamente pequenos. Quanto as reduzidas áreas advindas do processo de colonização no Sul do Brasil, o autor salienta que muitos teóricos

... pensam que o tamanho reduzido da propriedade agrícola é o meio de compelir o agricultor a adotar sistemas agrícolas intensivos. A experiência da colonização no sul do Brasil prova o erro dessa idéia. Se as condições do mercado, o capital e os conhecimentos agrícolas do lavrador não permitirem o emprego de tais sistemas intensivos, o lote pequeno será a maneira mais rápida de reduzi-lo à miséria (op. cit., p. 62).

Nesse sentido, o mesmo processo de colonização do sul do Brasil foi implementado no Oeste de Santa Catarina e, em particular, no município de Quilombo. A empresa colonizadora da área, a Ernesto Bertaso, dividiu as terras do município em lotes de tamanho reduzido, em média com 25ha cada. Além do tamanho do terreno, faz-se necessário considerar ainda que, em muitas destas áreas, o relevo se apresenta bastante íngreme. Estes fatores, um pouco mais tarde, após 1980, tiveram uma importante parcela de contribuição para a expropriação de dezenas de famílias da área rural de Quilombo.

Contudo, se o processo de colonização do Oeste retrata a necessidade da busca pela terra de pequenos produtores, o mesmo está marcado pela expulsão não menos violenta de outras culturas, como a do caboclo. Ao chegarem no Oeste Catarinense, as famílias de agricultores passaram a adquirir os lotes ofertados pela companhia colonizadora e começaram a construir suas moradias nas novas localidades. O depoimento de um dos primeiros moradores do atual município, o caboclo Narciso², retrata um pouco da história de Quilombo:

... quando chegamos aqui, era tudo mato, tudo sertão, não tinha nenhum morador. Então nós começamos a trabalhar aqui há 60 anos atrás, eu gostei muito daqui e disse que queria morar nesse lugar. Depois de 6 anos trabalhando eu vim com minha família para morar.

O entrevistado relatou que, ao chegar no "novo lugar", não havia nenhum morador. Juntamente com seus tios e a família Lima, ele foi um dos primeiros moradores. Os mesmos foram para a área com a finalidade de trabalharem para a Empresa Colonizadora Ernesto Bertaso. Estes primeiros moradores, porém, não fundadores³ do município, exerceram um papel importante na "construção" do atual Quilombo. Trabalharam na demarcação das terras, sendo responsáveis pelo trabalho braçal na divisão e marcação dos lotes agrícolas, as colônias, com dimensões de aproximadamente 25ha cada.

Os caboclos produziam os alimentos necessários à subsistência de suas famílias. Inicialmente, eles não criavam animais como suínos e bovinos, porém, quando consumiam carne, esta era obtida através da caça. Considerando a existência da mata primária que encobria os morros e vales de Quilombo, havia a possibilidade de se encontrar diversos tipos de animais selvagens. Estes possibilitavam o suprimento de proteína animal, atualmente fornecido por carne bovina, suína e de aves. Nesse sentido, vejamos o relato que segue, "*... Quilombo que era só mato, também tinha muito*

² Daniel Narciso Sutil da Trindade, conhecido como o velho Narciso. Esta entrevista foi realizada em sua casa (um galpão) na Linha Para Pedro, no dia 11 de outubro de 2000. Possuía 82 anos e era natural de Lagoa Vermelha - RS. Ele conheceu de Quilombo desde 1940.

³ Não fundadores por dois motivos: primeiramente, eles foram para trabalhar e não tinham recursos financeiros para comprar terras. Muito trabalharam e não possuíam bens para assegurar seu direito às terras junto à colonizadora. Segundo, eles eram caboclos. Sendo assim, como poderiam ser reconhecidos pela história do município como sendo os primeiros moradores? Sabe-se da história de Quilombo que os primeiros moradores eram descendentes de alemães e italianos. Como alguém com sobrenome Trindade ou Lima poderiam entrar na história do município como sendo fundadores? No máximo, foram considerados como "os caboclos", sem especificar nome e sobrenome.

bicho-do-mato: porco-do-mato, tatu, tateto, veado, anta, pardo e muitas outras espécies de animais. A carne que a gente comia era da caça que a gente fazia”.

Entre esses benefícios, a mata oferecia ainda, colméias de mel silvestre. Após sua extração, o mel era utilizado como alimento e também como remédio no tratamento contra gripes e resfriados. Aqueles primeiros habitantes tinham ainda, a possibilidade da pesca. Abundante naquela época, a pesca acontecia *“em qualquer sanga, porque peixe, tinha de montão”*. Os riachos e rios não apresentavam qualquer índice de poluição. Narciso relatou como era aquele ambiente:

... e tinha peixe. Também... com tanto mato, claro! A água era abundante e limpa e não tinha problema nenhum de tomar água em qualquer lugar que pudesse e quisesse. Aquilo é que era água! (...) Depois chegou o Delcindo e foi morar como nosso vizinho em São Brás, aí ficou bom! Nós saíamos para pescar lá nos poços, rio abaixo, naquela água limpa, aquilo sim é que era água, sabe? Levava junto a frigideira, banha, polenta ou um pão duro que a gente fazia, mais o sal, fósforo e anzol, claro! E ia pescar. Era uma fartura, a quantidade de peixes que tinha!

Aquela qualidade da água, era realidade contrária do que se tem na atualidade. Hoje, não somente as águas superficiais, mas também lençóis freáticos, estão sendo contaminados pela concentração de dejetos humanos, animais e industriais e, com intensa utilização de agrotóxicos nas lavouras.

Após a chegada dos colonos, houve mudanças nos hábitos culturais daqueles que lá residiam, os caboclos. Como a caça e a pesca também se tornaram escassas, houve a busca por outros tipos de animais para o fornecimento de proteínas, como gado suíno e bovino.

Os caboclos também abriram as primeiras trilhas, "as picadas", que se tornariam mais tarde, as estradas do município. Para isso, utilizaram instrumentos como picaretas e machados, *“... foi tudo no braço mesmo, não tinha motosserra, como tem hoje⁴”*. Após a abertura dos primeiros caminhos, mais 20 famílias foram residir em Quilombo, a fim de trabalharem com a colonizadora. Estas famílias foram residir nas

⁴ Depoimento de Narciso.

proximidades do Rio Mandassaia, próximo ao local onde hoje se localiza a cidade de Quilombo. Talvez tenha sido do agrupamento destas famílias caboclas, a origem do nome do município. Segundo Narciso havia um senhor de origem alemã que trabalhava como medidor de terras para a Empresa Bertaso. Este "alemão" achou interessante aquelas famílias estarem juntas e próximas ao rio. Ele dizia que *"aquilo parecia um quilombo"*, referindo-se a Quilombo dos Palmares. O nome foi sendo propagado e adotado, tanto por aqueles caboclos, como pelos demais moradores que começaram a chegar na referida área.

Com os lotes demarcados e a chegada dos primeiros colonos, começava assim, o trabalho que denominavam de "abrir moradia". O "abrir moradia" consistia em derrubar uma parte da mata para formar uma clareira, no espaço aberto, eles podiam construir a morada, ou seja, a casa e demais benfeitoras. A madeira necessária para a construção das casas e demais instalações era retirada de lá mesmo. Por isso, as famílias permaneciam até meses num galpão, durante o tempo necessário para a madeira ser serrada e secada, sendo posteriormente utilizada na construção.

Nem sempre os colonos construíam a casa quando chegavam. Às vezes, eles construíam um paiol ou outra instalação provisória que servia de abrigo para os primeiros tempos no novo lugar. Após terem construído o abrigo, era momento de iniciar a roça. Eles geralmente continuavam com a derrubada da mata para abrir espaço e ampliar a área de cultivo.

Tanto na derrubada da mata, quanto na construção da moradia, os colonos tinham a possibilidade de contar com o trabalho dos caboclos. Ao entrevistarmos um pequeno produtor, este comentou sobre a importância do trabalho daquelas pessoas e trata de um exemplo do que ocorreu com os caboclos daquela área. Em diversos momentos, serviram de mão-de-obra barata em benefício daqueles que seriam os colonizadores do município de Quilombo, os "pioneiros" da história local:

... eles ajudavam muito a gente quando se precisava. Para derrubar o mato, prá tirar lenha da roça, pra fazer e colher as plantações... bom, em tudo eles ajudavam. E quase não ganhavam nada pelo que faziam.

A gente sempre tentava ser honesto com eles, mas teve muita gente que se aproveitou do trabalho daqueles coitados. Como eles não sabiam reclamar daquilo que podiam ganhar, por tanto trabalho, eles aceitavam tudo. Eu sei dizer que todo o mato derrubado aqui de São Brás, foram os caboclo que derrubaram, sempre trabalharam muito e, para os outros. Não tenho nem idéia de quanto aquela gente trabalhou em todo Quilombo. E vê hoje, onde estão? São poucos os que têm terra ou um trabalho na cidade. Muitos deles estão largado por ai, sem nada.

O relato de um dos entrevistados de KROTH (1999, p.30), que também foi um dos primeiros colonos de Quilombo, lembra das famílias de caboclos que residiam naquela área "*... antigamente, conforme ia chegando o branco, os caboclos vendiam o que tinham e iam para frente*". Segundo a mesma autora, os colonos tinham, num primeiro momento, a expulsão dos caboclos como algo natural, "*...porque eles (os caboclos) não tinham comprado a terra*". Mas, pouco a pouco, foram percebendo e descobrindo um novo significado para a expulsão dos caboclos ocorrida no passado, quando da colonização do município. Naquele tempo, os caboclos serviram de mão-de-obra aos novos proprietários de terras e que, aos poucos, foram sendo expulsos.

Os agricultores, em sua maioria de origem européia, vêm resistindo até hoje para permanecer na terra e lutando para tal, muitos através de seus movimentos sociais. De certa forma, são descendentes dos que outrora, participaram de processos que contribuíram para a expulsão de outras culturas, como a dos caboclos.

2.2 A POPULAÇÃO

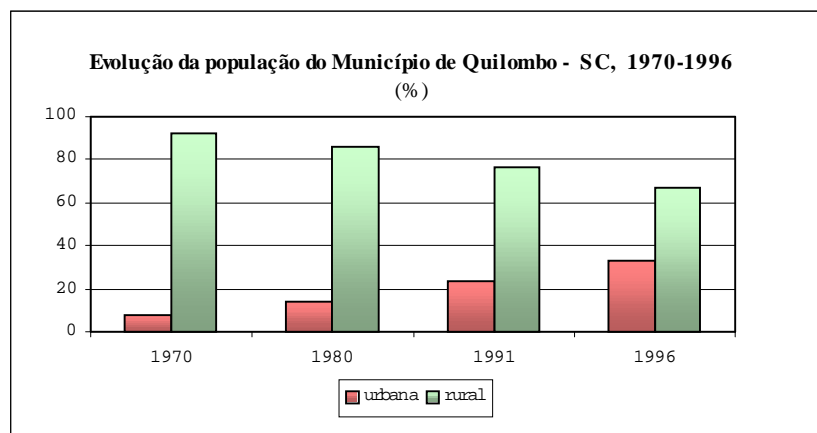
As novas famílias que foram adentrando e (re)povoando aquela área, adquiriram da Colonizadora Bertaso, lotes rurais com tamanho médio aproximado de 25ha, como já visto anteriormente. Naquela época, essa dimensão era considerada suficiente para a manutenção de uma família na área agrícola.

Segundo VALVERDE (1980, p.58), "*os três Estados do sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - mais o Espírito Santo, projetaram organizar o povoamento de suas terras devolutas com base na pequena propriedade familiar.*" O autor salienta que a falta de

experiência a esse respeito, fez com que a área das "colônias" fosse definida sem uma regra preestabelecida, assim "... os Estados sulistas optaram por uma área de 25 a 30 hectares".

Após a demarcação dos primeiros lotes, começaram a chegar os colonos provenientes do Rio Grande do Sul. Narciso relata com ênfase a chegada dos mesmos: "Parecia uma irmandade, a gente parecia tudo irmão, foi bom porque assim tinha vizinho prá visitá e prosiá". Ao chegarem, eram alojados em um grande galpão coberto de tábuas, onde atualmente, fica o centro da cidade.

Gráfico 01



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991
IBGE - Contagem da População, 1996

Com o afluxo de mais migrantes colonizadores, no ano de 1957, Quilombo passou a ser distrito de Chapecó⁵ e, em 1961, passou para a categoria de município. No censo demográfico de 1970, o município contava com 15.914 habitantes (gráfico 01). A população ainda continuou aumentando e, em 1980, constatou-se o maior número de habitantes para o município, ou seja, 21.458 habitantes.

No entanto, havia uma pequena busca pelo espaço urbano. Em 1970, 91,8% da população de Quilombo residia na área rural e, em 1980, este índice diminuiu para 86,5%. Na segunda metade da década de 1980 ainda verificou-se uma busca de novas fronteiras agrícolas e muitas famílias deixaram Quilombo, ocasionando assim, um decréscimo da população total do município, passando de 21,4 mil para 19,3 mil

⁵ Em 1958, Chapecó possuía 11 distritos, dentre eles, Quilombo. IBGE, 1959.

habitantes em 1991. Ocorreram fluxos migratórios em direção a outros estados brasileiros e para o Paraguai. A fertilidade do solo, a possibilidade de expansão da área para os cultivos diversos, dentre eles o da soja, foram fatores que contribuíram para tal saída (PERTILE 1998, p.31).

A possibilidade da migração interna levou um grande contingente populacional para o Centro Oeste brasileiro. Assim, Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atraíram dezenas de famílias sulinas, incluindo do município de Quilombo. Nesse sentido, é interessante acrescentar o relato de Narciso:

... eu bem me lembro que, em 81, 82, por aí, eu fui junto com algumas famílias morar lá. Eu me lembro quando fui com o Benedito Bernardi e o Agostinho Pertile para o Mato Grosso. O Bernardi foi comprar terra e eu fui ajudar roçar. Depois de comprar a terra, derrubar o mato, o Bernardi em 85 e depois outras famílias, foram morar pra lá.”

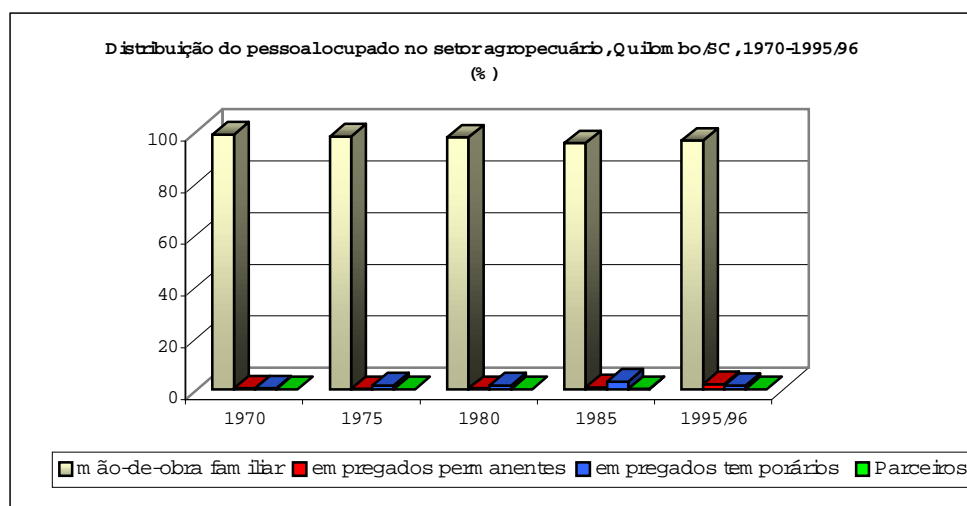
Num momento seguinte, início da década de 90, outros migraram para o Estado do Rio Grande do Sul, principalmente para as cidades mais industrializadas em busca de trabalho. Tanto as pessoas que foram para outras áreas agrícolas, quanto aquelas que foram para as cidades, principalmente os jovens, partiram com a perspectiva de encontrar condições que lhes proporcionassem uma vida mais digna. Já em 1996, a população de Quilombo apresentou um declínio e o município contou com apenas 10.925 habitantes. O fator principal do decréscimo da população do município pode ser atribuído ao fato de ter ocorrido a emancipação de dois de seus distritos, Irati e Formosa do Sul no ano de 1993. Considerando-se o êxodo ocorrido, tanto o campo-cidade, bem como o cidade-cidade, em que as pessoas partiram para outros núcleos urbanos maiores, a população rural do município de Quilombo ainda representa um percentual bastante significativo. No ano de 1996, cerca de 30% das pessoas ainda residia no meio rural. Nessa perspectiva, este índice ainda superou os índices encontrados para o Estado de Santa Catarina (26,6% da população catarinense encontrava-se no meio rural) e para o Brasil (apenas 20%).

2.3 A DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO

O setor agrícola tem sido uma importante atividade na economia catarinense e representava 17,4% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual em 1997. Mas, se forem contabilizadas também as atividades agroindustriais e outras relacionadas com o setor, este percentual elevava-se para mais de 40%. Destas atividades, a agroindústria respondia por aproximadamente 19% da renda gerada, proporcionando trabalho para cerca de 35 mil pessoas em seus três mil estabelecimentos rurais (SANTA CATARINA, 1997).

Dentre os produtos agropecuários catarinenses, cinco deles foram os que mais contribuíram para a exportação naquele mesmo ano: aves, soja, fumo, maçã e suínos. Do total do valor exportado pelo Estado de Santa Catarina, os frangos, os suínos e a soja representavam 27%. Apesar de todas as porções do estado praticarem a atividade agropecuária, o Oeste Catarinense foi a que mais se destacou. Sua produção, em relação ao total estadual, foi de 74% do milho, 69% da soja, 81% da carne de frango e 68% da carne suína. Salientamos a importância dessas cifras, uma vez que grande parte desta produção foi dirigida por trabalhadores rurais familiares.

Gráfico 02



Neste sentido, a distribuição do pessoal ocupado no setor agropecuário do município de Quilombo (gráfico 02), também apresentava a predominância da mão-

de-obra familiar sobre as demais formas de distribuição da mão-de-obra agrícola no município em estudo. A agricultura familiar, associada à pequena propriedade, tem sido característica marcante do rural de Quilombo. Desde 1970, até o final da década de 90, o município possuía mais de 95% da mão-de-obra da agricultura com base no trabalho familiar.

Os empregados permanentes apareceram em número bem restrito, alcançando apenas 2% em 1996; o mesmo ocorreu com a condição de parceiros e seus índices foram muito pouco significantes, não chegando a representar 1% nos censos analisados (1970-1996). Já os empregados temporários, mesmo tendo baixos índices de participação, representam uma prática adotada, principalmente na época da colheita dos produtos agrícolas. Esta categoria representou menos de 5% do pessoal ocupado no setor agropecuário e veio afirmando a importância da mão-de-obra familiar para este setor no município de Quilombo.

Acreditamos, porém, que os dados assinalados possam ser correlacionados com o tipo de estrutura fundiária predominante na área estudada. No referido município, havia o predomínio de pequenas propriedades e, em muitas delas, ocorria uma maior limitação da área propícia para exploração agrícola por conta do relevo acidentado. Nestas propriedades têm sido praticadas atividades de cunho estritamente familiar, como o criatório de suínos e aves em sistema de "integração" com as empresas, a produção de leite e outras atividades agrícolas. Sendo assim, o trabalho mais usual, tem sido a força de trabalho familiar, com a eventual contratação de empregados permanentes e/ou temporários. A contratação destes últimos tem ocorrido, principalmente, por ocasião da colheita de alguns produtos agrícolas.

Quando nos referimos a ocupação da população na área rural do município, faz-se necessário discorrer também sobre a pressão que esta, junto com a população urbana, exerce para geração de emprego e renda. Em diversas administrações públicas municipais de pequenas cidades, a instalação de uma indústria de médio ou grande porte, tem sido considerada como sendo a solução do problema de emprego e arrecadação de impostos. Sendo assim, tem ocorrido muitas disputas chamadas de

“guerras fiscais”, entre municípios onde as administrações oferecem desde terreno e a infra-estrutura básica como terraplanagem, água, esgoto, luz, até a isenção de tributos municipais por médio e longo prazo.

O município de Quilombo é um bom exemplo onde esta lógica vem predominando entre os administradores públicos. Para que o município fosse "beneficiado" com a implementação de um frigorífico de aves da Cooperativa Central Oeste Catarinense - Coopercental/Aurora, a administração deslocou o maquinário como tratores, carregadeiras e patrulas, entre outros, para o preparo da infra-estrutura no terreno. Com isso, as estradas do interior ou meio rural do município, ficaram "abandonadas", na expressão de alguns agricultores.

A administração municipal de Quilombo teve na construção do frigorífico, a "promessa" de oferta de emprego para grande parte da população local. Porém, apenas parcela desta conseguiu se encaixar na nova atividade de assalariado. A maior parte destes eram jovens que, desestimulados com a atividade da agricultura, abandonaram a mesma pela possibilidade de um salário mensal garantido e uma certa independência econômica da família. Apesar de trabalharem enquanto assalariados, parte destes jovens, continua residindo com seus pais na área rural de Quilombo e evitando gastos com aluguel.

Esta situação fez com que a atividade agrícola, em muitas propriedades, fosse abandonada ou reduzida aos cultivos de subsistência em pequenas áreas. Nesse caso, a atividade antes desempenhada por toda a família, pais e filhos, ficou a cargo dos que lá permaneceram. Estes, normalmente com idade avançada, passam a sobreviver com a aposentadoria, quando possível, ou com a ajuda financeira dos filhos.

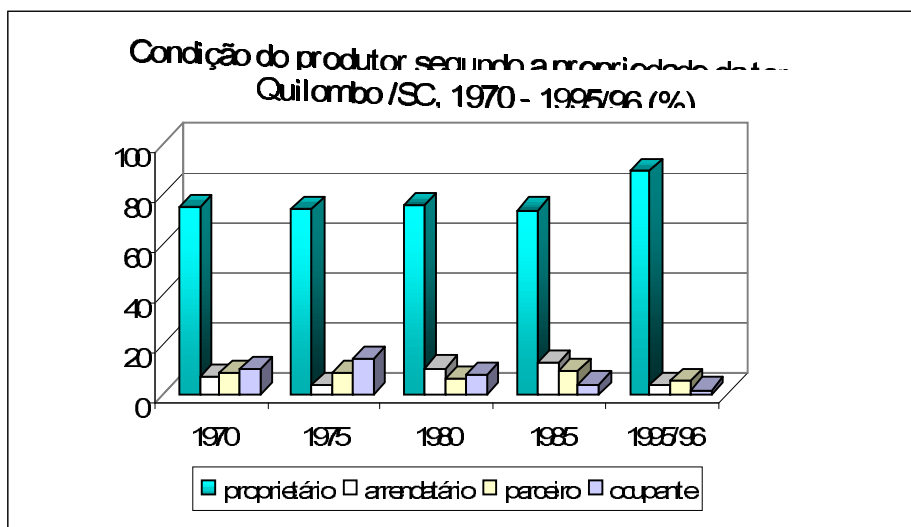
2.4 A CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A PROPRIEDADE DA TERRA

Quanto à propriedade da terra na área rural de Quilombo, entre os anos de 1970 e 1996, houve um constante predomínio dos proprietários em relação aos demais produtores no município (gráfico 03). Entre 1970 e 1985, a condição de proprietários

representava em média, 73,5% e 89,1% em 1996. Esses dados reafirmam a predominância da condição do produtor proprietário, juntamente com a mão-de-obra familiar, em pequenas propriedades na produção agrícola deste município em estudo. A condição de arrendatário está associada, muitas vezes, ao baixo poder aquisitivo de famílias. Estas, com dificuldades para adquirir sua terra, continuam a trabalhar em propriedades alheias, tanto na agricultura e/ou na criação de suínos e aves, de forma "integrada". Em alguns casos, o "integrado" é o proprietário da terra, mas quem trabalha efetivamente na criação é o arrendatário.

O arrendamento de terras, no município de Quilombo, tem sido associado aos proprietários com até 10ha. Estes, normalmente arrendam alguns hectares (1 ou 2) de terra de outras propriedades maiores que a sua, a fim de complementar suas necessidades. Além destes, outros trabalhadores que vivem nas periferias do município, eventualmente arrendam alguns hectares para cultivar produtos de subsistência.

Gráfico 03



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Já na condição de ocupante, podemos perceber no gráfico 03, que a maior incidência desta categoria ocorreu em 1975. Salientamos que, a partir da década de 80, houve o surgimento de diversos movimentos sociais que tiveram grande influência na

luta pela terra. Estes movimentos de trabalhadores rurais e de mulheres agricultoras, entre outros, tiveram grande apoio e/ou foram organizados pela Igreja Católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Acreditamos que, com isso, grande parte dos então ocupantes, mas também parceiros e arrendatários, passaram a integrar o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Muitos pequenos produtores que fizeram parte deste movimento, vislumbraram no mesmo, a única alternativa para terem acesso à terra. Para tanto, tiveram que se deslocar para outros municípios como Dionísio Cerqueira no Extremo Oeste, Abelardo Luz no Oeste e Campos Novos, no Planalto. Nestes, houveram diversas ocupações e enfrentamentos com os proprietários e autoridades para que se efetivassem as desapropriações de áreas consideradas improdutivas. Assim, determinados Sem, passaram a ter acesso à terra, contribuindo para a reprodução da pequena produção no campo brasileiro.

2.5 O USO DO SOLO AGRÍCOLA

Na área do Oeste Catarinense o relevo apresenta-se em cerca de 20% de seu total como ondulado e suavemente ondulado, em que a atividade agrícola pode ser desenvolvida sem restrições quanto a mecanização das lavouras.⁶ No entanto, na maior parte da área, o relevo se apresenta de forma bastante íngreme. As atividades agrícolas, neste caso, apesar de intensas, são pouco recomendadas por serem inadequadas à aptidão do uso do solo.

Em Quilombo, assim como ocorre em grande parte do Oeste Catarinense, as restrições ao uso do solo decorrem do tipo de solo, do relevo e da queda da fertilidade natural. Este município, que pertence ao Planalto do Rio Uruguai, possui seus solos formados a partir do basalto e o relevo acidentado. De acordo com pesquisas realizadas por PELUSO JUNIOR (1991, p.272), a constituição do "planalto do Rio Uruguai é de rochas basálticas de idade juro-cretácea". Quanto ao relevo, o autor define que o "planalto do oeste tem 1.200m de altitude nas cabeceiras do rio Chapecóe menos de

⁶ SANTA CATARINA, *Bacias Hidrográficas de Santa Catarina*: diagnóstico geral. 1997.p47.

300m em sua foz no rio Uruguai." Portanto, são 900m de declive entre a nascente e a foz do rio Chapecó e, Quilombo encontra-se em meio a este trajeto, com aproximadamente 430 metros de altitude.

Sendo assim, o relevo é constituído pelo planalto de topografia acidentada e com área restrita de topografia levemente ondulada. Por conta disso e por ser caracterizado como um município onde predominam as pequenas propriedades, a área propícia para o cultivo acaba sendo muito reduzida. Isso tem acarretado uma série de dificuldades para muitos agricultores cuja renda depende da produção de grãos. Estas dificuldades estão relacionadas ao baixo poder aquisitivo que não permite que os mesmos tenham acesso, via aquisição de outras parcelas de terra para aumentarem sua produção.

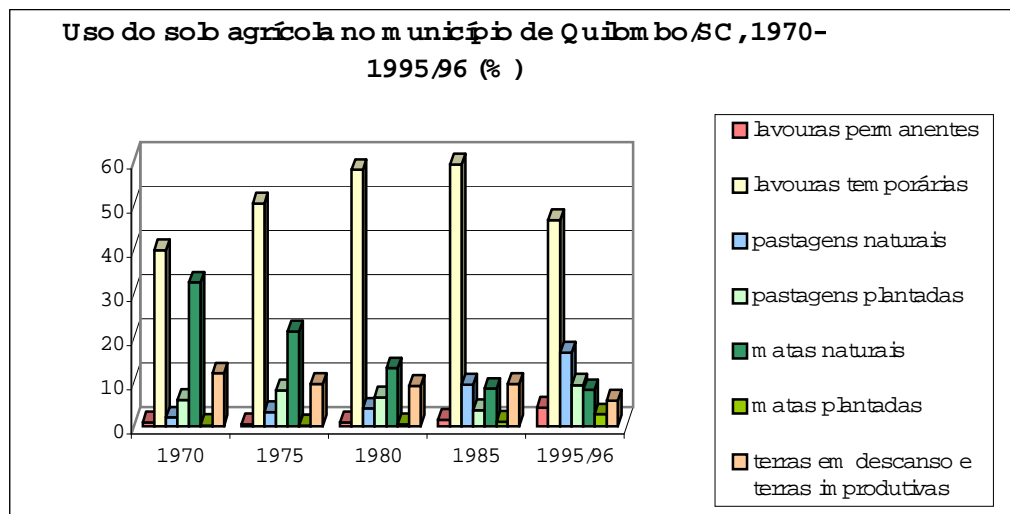
2.5.1 A cobertura vegetal

No processo histórico de ocupação de Quilombo, anteriormente à chegada dos colonos, parte da madeira da mata nativa foi retirada e aproveitada economicamente. As chamadas "madeiras de lei", a exemplo dos cedros, eram extraídas para comercialização, mas somente as que se encontravam nas proximidades dos maiores rios como o Rio Chapecó porque as que estavam mais distantes, não tinham como serem transportadas até a margem dos rios. Estas, eram cortadas, arrastadas e roladas até o rio e, assim, iam deslizando até o Rio Uruguai. A partir de lá, eram amarradas com cipóe formavam as balsas. Cada balsa era constituída de 100 a 200 toras (troncos de árvores). Sobre elas iam de 8 a 20 homens para remar e cuidar da madeira que seria, então, conduzida até a Argentina a fim de ser enviada, via marítima para a Europa. A época do ano mais usual para conduzir as madeiras rio abaixo, correspondia com a ocorrência das enchentes, sobretudo do mês de setembro, com as chamadas "enchentes de São Miguel".

Com o processo de colonização nos anos 50, porém com outra finalidade, a mata continuou sendo derrubada. Parte dela, serviu para construir casas e demais instalações na "nova" propriedade. Outra parte, a constituída por "madeira de lei", foi

explorada e comercializada com as serrarias locais. Assim, o município que "era só *mato*", passou a ceder lugar para áreas de cultivos diversos. Retirava-se a mata e plantava-se na mesma área.

Gráfico 04



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

No ano de 1970, o município possuía cerca de 38.628ha de terras rurais. Destes, 39,8% estava sendo utilizado por lavouras temporárias, principalmente com culturas como o milho e o feijão que foram produtos bastante cultivados no município em questão. Observando o gráfico 04, ainda pode-se verificar uma considerável quantidade de matas naturais existentes no censo de 1970, quando representavam 23% do total da área no município.

Esses dados revelam um pouco do interesse da migração para aquela área. O fluxo migratório que partiu do Rio Grande do Sul, em 1970 até meados da década de 80, para o município de Quilombo, também foi atraído pelas terras mais baratas e "novas", resultantes do processo de extração da mata.

A mata existente na área apresentava-se também como um agravante das dificuldades já enfrentadas pelos colonos. Ao chegarem no local destinado à sua propriedade, a primeira ação consistia em derrubar parte da mata, antes para construir a moradia, depois para dar lugar aos cultivos. Algumas poucas madeiras eram aproveitadas, basicamente as que seriam utilizadas para construção de outras

instalações na propriedade. A maior parte da madeira era derrubada e queimada: "*... não tinha jeito, não tinha com que transportar, como transportar pra vender.*" Quanto ao cultivo, este era de subsistência, "*...as roça, a gente fazia pra comer, plantava milho, feijão, mandioca, batata.*"

A limitação dos meios e das vias de transporte afetava diretamente o produtor, principalmente no momento de escoar a produção. Por isso, na maioria das vezes, eles produziam somente o que era consumido na própria unidade familiar. Quando necessitavam fazer algumas aquisições, normalmente restringia-se ao sal, fósforo e farinha, eles vendiam um pouco de feijão ou um porco. Mesmo assim, encontravam dificuldades para encontrar quem comprasse, segundo um entrevistado. Após a abertura das primeiras estradas no interior do município, os moradores começaram a cultivar milho e feijão em maior quantidade, a fim de constituir um excedente.

Quando a produção era insipiente, não havia ainda o uso de agrotóxicos e era preservada a boa qualidade das águas. Conseqüentemente, os demais alimentos consumidos pela população agrícola, também estavam livres desses "venenos" que atualmente estão impregnados em boa parte dos alimentos. Por esse motivo, acreditamos que as lembranças do "início de Quilombo" continuarão registradas na memória daqueles que lá primeiro chegaram. No depoimento de um outro entrevistado, percebemos a importância que o mesmo atribui ao meio em que vive. A correlação que ele faz do ciclo hidrológico no lugar onde mora e sua preocupação quanto à utilização de produtos químicos, em especial os agrotóxicos, nas lavouras e a conseqüente contaminação das águas:

... Eu moro aqui em baixo, mas tudo isso aí, tá vendo? ... (apontando para todo o em volta, os morros) Tudo aí, é cheio de veneno. Eles não estão nem aí. E o pior, é que muitas vezes, nem eles sabem que, se eles passam veneno lá em cima, a água leva ele até a laje. Ali na laje, ele escorre por dentro da terra, e quem vai tomar água envenenada sou eu que moro aqui em baixo. Por causa desse veneno todo, tem muita gente que morre novo hoje.

Sabendo da importância da mata para a preservação do meio, o poder público não tem contribuído para manter o que restou de mata que anteriormente encobria o

seu território. A devastação ocorreu como uma consequência da divisão da terra em pequenos lotes rurais, onde a mata ia sendo derrubada para ceder lugar aos cultivos, como visto anteriormente.

Como ocorre em grande parte do Oeste, a vegetação primária do município de Quilombo encontra-se atualmente, bastante degradada, exceto algumas pequenas áreas, resquícios da mata que lá existia há pelo menos 60 anos atrás. Além do mais, a pouca quantidade de vegetação ainda existente na área é de pouco valor econômico, já que a maior parte da mata primária foi devastada pela atuação das madeireiras. A vegetação secundária é composta, sobretudo, por samambaias, capim rabo-de-burro, vassoura, bracatinga e canela. A vegetação primária e secundária representava apenas 11% do uso do solo naquela área em 1997 (SANTA CATARINA, 1997).

E foi assim, no decorrer de poucas décadas, que as áreas de mata de Quilombo foram tornando-se escassas. Parte da madeira foi beneficiada por madeireiras e utilizada em diversas construções e destinada à fabricação de móveis. Porém, parte das matas foi queimada e transformada em carvão. Havia pelo menos duas carvoarias ativas no município ainda na década 80, produzindo carvão vegetal para uso doméstico e em churrascarias, por exemplo.

A área que outrora era ocupada pela mata deixava exposta a "terra nova" que foi sendo tomada por lavoura temporária, além de também por lavoura permanente, principalmente após 1985. Naquele ano, 59,2% da área total era ocupada por lavouras temporárias. Isso representou, em números absolutos, um montante de 30.218ha ocupados por plantio de culturas diversas, principalmente a do milho e do feijão.

Talvez tenha sido o fator produtividade, que em 1986, quando no 25º aniversário do município, as autoridades parabenizaram os agricultores quilombenses pela maior produção de milho do estado. Foram produzidas naquele ano, aproximadamente 2 milhões de sacas de milho e cerca de 300 mil de feijão, (QUILOMBO, 1986). Por outro lado, as razões que levaram a um aumento de áreas com lavouras permanentes, podem ser atribuídas à perspectiva dos agricultores em obter um retorno

financeiro a médio e longo prazo. Com isso, eles passaram a plantar mudas de erva-mate e, principalmente, de laranjeira.

O plantio de laranjeiras teve incentivo técnico da Cooperalfa que, entre meados da década de 80 e 90, introduziu milhares de mudas de laranja apropriada para a produção de suco no Oeste Catarinense. A matriz desta cooperativa, a Aurora, possui uma fábrica de sucos concentrados, incluindo suco de laranja, no Oeste. Em Quilombo, os produtores afirmaram que os técnicos em citricultura chegavam em suas propriedades quando havia interesse no plantio. Uma das primeiras medidas consistia em efetuar o corte de outras espécies de laranjeiras, especialmente as comuns.

Com o passar de alguns anos, as "laranjeiras da cooperativa" começaram a produzir. Logo os produtores se deram conta de que as laranjas, apesar de bonitas, eram bastante ácidas ou "forte" para o consumo, como costumam dizer os produtores: *" ... Sabe, deu saudade daquelas laranja comum que a gente tinha. Aquela sim é que era boa, bem doce, não como esta daí, que não dá nem para experimentar, de tão forte que é. Só serve para suco mesmo. Então, tem que vender, quando acha de vender."*

Apesar das laranjeiras terem sido inseridas como uma alternativa em aumentar a renda na agricultura familiar, este produto parece não influir nos ganhos da família, segundo depoimentos dos entrevistados. A seguir, transcrevemos um trecho que aborda esta questão:

... Quando a gente acha de vender a laranja pra cooperativa, a gente vende por uma bagatela. Pra ter uma idéia, se você for tirar laranja e furar um dedo com um espinho da laranjeira, você pode vender um caminhão de laranja e é bem capaz que não vai dar dinheiro suficiente para pagar uma consulta no médico. Então, às vezes dá vontade de deixar a laranja no pé do que tirar e não ganhar quase nada.

Assim, os produtores, mesmo com uma certa resistência, acabam comercializando a laranja pelo preço que a empresa oferece, pois a quantidade produzida fica além do consumo da família. Normalmente, eles vendem para a própria Cooperalfa. Esta transporta o produto para sua unidade industrial no município de Pinhalzinho - SC, onde as frutas são processadas e transformadas em suco concentrado, distribuído pelo Brasil e exportado para diversos outros países.

Além do aumento de áreas de lavouras permanentes, na década de 90, houve um acréscimo da área de pastagens, tanto naturais, quanto plantadas. Esse aumento pode ser considerado pelo crescente interesse, por parte dos agricultores, pela criação de gado leiteiro. A possibilidade de venda do leite tem sido considerada, pelos produtores, uma importante fonte de renda da família.

Segundo alguns criadores de gado leiteiro, por menor que seja a quantidade de leite produzido, a família pode dispor desta renda mensalmente. Enquanto que, com as outras atividades, torna-se necessário esperar o término de todo um ciclo de vida, seja na criação de animais, como suínos e aves, ou mesmo na lavoura, em cultivos como o milho e feijão, em que são necessários vários meses para obter algum retorno financeiro.

No Censo Agropecuário de 1996 foi registrado um pequeno aumento da área de matas plantadas, alcançando cerca de 2,6%. A silvicultura é uma atividade praticada em locais de relevo mais íngreme e/ou solos impróprios para outros cultivos e a criação de animais. Apesar da tendência de expansão desta atividade, no município em estudo ainda apresenta-se em áreas restritas.

O cultivo de árvores florestais exóticas, como o *pinus* e eucalipto, não pode ser caracterizado como resultante de conscientização do pequeno produtor no sentido de preservação da flora e fauna. Muitas vezes, está associado à necessidade de fornecimento de lenha, seja para o uso doméstico ou para o uso em aquecedores dos aviários. Como constatamos no trabalho de campo, os criadores "integrados" necessitam plantar árvores para obter lenha, destinada à queima e fornecimento de calor aos aviários. Assim, eles evitam gastos com a compra da mesma.



Foto 01 - A lenha utilizada nos aquecedores dos aviários é proveniente, na maioria das vezes, de áreas de silvicultura. Na ilustração, a madeira serrada, a chamada "uva-japonesa", está próxima a uma fornalha de aquecimento central do aviário.



Foto 02 - Plantação de "uva-japonesa" ao lado do aviário, por toda sua extensão. As árvores altas fazem sombra sobre o aviário e assim, possibilita a diminuição do calor nos dias mais quentes.

Nesse sentido, salientamos que uma das empresas "integradoras" possui um programa especial de "produção florestal" junto aos avicultores. O programa tem como principal objetivo, o plantio de eucalipto para a produção de madeira. Com isto, eles podem suprir a sua necessidade de lenha para o uso em aquecedores dos aviários (foto 01), além da possibilidade de vender o excedente de lenha produzido para a própria empresa.

Por exigência das empresas, os "integrados" fazem, também, uma espécie de "muralha verde". Eles plantam duas ou mais carreiras de árvores nas laterais dos aviários, a fim de protegê-los contra a ação dos ventos e do sol (foto 02). Além de servir como quebra-vento, as árvores servem para amenizar a temperatura no interior dos aviários, principalmente no verão, quando o calor em excesso pode ser prejudicial à criação das aves. Na área pesquisada, os tipos de árvores mais encontradas para esta finalidade, foram o eucalipto e a chamada "uva-japonesa". Estas espécies apresentam um crescimento rápido se comparado às demais e por isso mesmo, bastante comuns nas propriedades pesquisadas.

Os produtores consideram importante o fato do rápido crescimento das árvores, pois o consumo de lenha nos aviários é constante. Para eles quanto mais rapidamente as árvores fornecerem lenha, melhor. Nesse sentido, consideramos que a maior preocupação em plantar árvores, independente da espécie, está ligada ao consumo de lenha nos aviários.

Quanto aos cultivos temporários praticados no município, destacam-se o milho, o feijão, a soja e o fumo. O feijão é cultivado para o consumo da família e, também, para ser comercializado. O milho, nesse mesmo sentido, uma parte é destinada ao consumo da família e dos animais (como veremos adiante) e outra parte é vendida. Já a soja e o fumo são produzidos com a finalidade de serem comercializados.

Além destes, outros produtos de cultivo temporário são produzidos em menor escala, os de subsistência, comuns na agricultura familiar. Dentre estes, podemos citar

trigo, mandioca, batata inglesa (batatinha), batata-doce, tomate, cebola, amendoim, pipoca, vassoura, entre outros. O plantio e o cuidado destes últimos, comumente são atribuídas às mulheres ou aos idosos. Quando as mulheres são as responsáveis, geralmente realizam esta atividade em dias chuvosos ou em momentos como após o almoço, para aproveitar melhor o tempo. Normalmente, além de cuidar dos filhos, as mulheres necessitam cuidar de todos os afazeres domésticos, tirar leite e, também, ajudam a cuidar dos outros cultivos da roça.

Ressaltamos que, neste caso, a roça é compreendida como a área da propriedade onde são cultivados os produtos de maior importância econômica para a família, como o milho, o feijão e o fumo. Os cultivos de subsistência, acima citados, são considerados as "miudezas" e, geralmente, utilizam uma área pequena na propriedade se comparada aos outros cultivos.

Da diversidade de produtos cultivados nas pequenas propriedades, podemos considerar que o milho seja uma constante. De forma geral, este é o cultivo que se sobressai em meio aos demais na paisagem rural de Quilombo e de todo o Oeste Catarinense. Sendo assim, o milho é uma cultura bastante representativa junto àqueles produtores familiares. Para muito além da paisagem, o milho é representativo, também, na alimentação da família e a base na alimentação dos animais. Para as famílias de ascendência italiana, a polenta é elaborada a partir da farinha de milho e se constitui num alimento bastante nutritivo e fundamental, mesmo nos dias atuais. Segundo alguns comentários, " ... a polenta é um prato que sustenta e, prá quem trabalha no pesado, como nós da roça, ela é muito importante, não pode faltar." Já na alimentação dos animais, a partir do milho, são elaboradas as rações, entre outros produtos.

Além de o cereal ser cultivado para o consumo familiar e para a alimentação dos animais, o milho é o produto mais cultivado por possuir sua comercialização garantida junto a Cooperalfa, demais empresas cerealistas ou mesmo entre os próprios agricultores. Em diversos momentos, o milho tem servido como uma forma de moeda na comercialização de equipamentos agrícolas e, até mesmo, terrenos. O valor destes, era convertido em sacas de milho e o produtor tinha a responsabilidade de produzir a

quantidade de milho necessária para quitar as prestações adquiridas. Este exemplo expressa um pouco a importância que o cereal representa na agricultura oestina.

Os criadores de suínos normalmente produzem todo ou a maioria do milho necessário para a alimentação dos animais. Porém, quando isso não ocorre e a produção de milho é insuficiente, eles necessitam adquirir o cereal da Cooperalfa ou de outros produtores. Para efetivar o contrato de "integração" com os suinocultores, a empresa mais atuante no município de Quilombo, a Alfa/Aurora, exige que os mesmos produzam cultivem o mínimo de 70% do milho necessário à sua criação.

Sendo assim, o produtor de suínos de ciclo completo possui o número de matrizes equivalente à capacidade de produção de milho. Esta produção está diretamente relacionada à quantidade de terra cultivável existente em sua propriedade. Entretanto, o criador pode arrendar terra para plantar mais milho e/ou comprar o milho. Tomando como exemplo, um produtor que possui 6 matrizes, o resultado da criação corresponde a cerca de 150 cabeças/suínos/ano. Estes números têm a ver com a quantidade de milho produzida. Caso o produtor criasse mais suínos necessitaria comprar mais milho, e assim, o custo de produção seria mais elevado. Elevando o custo de produção do suíno e, considerando o baixo preço pago, a probabilidade de insatisfação dos "integrados" em relação à empresa, aumentaria. Com isso, estrategicamente, a "integradora" libera uma quantidade de matrizes de acordo com a condição de produção de milho de cada produtor.

Visto assim, o milho tem sido o cultivo de maior destaque e típico da paisagem rural de Quilombo, independente do tamanho da propriedade ou de forma como o relevo se apresenta. Faz-se necessário considerar que o município possui áreas onde o relevo é bastante íngreme e, por isso, o uso de maquinários fica dificultado ou até mesmo inviabilizado. Mesmo assim, há uma certa "persistência", segundo um técnico agrícola do município, por parte dos criadores, em plantar milho. Este cereal possui mais resistência e melhor adaptação, inclusive em áreas acidentadas do relevo daquele município. O comentário de um produtor de Quilombo nos ajuda a entender porque eles plantam, mesmo em áreas íngremes:

... não tem jeito, você vai deixar de plantar só porque é morro? Não. A gente tem que se virar. Nem que se 'plante com a espingarda e se colha a laço'. Mas precisa plantar porque o terreno é pequeno e tem que aproveitar todo espaço.

Percebemos assim, que não se trata somente da "persistência", mas de necessidade em aproveitar, da melhor forma possível, todo o terreno disponível. Se os produtores tivessem uma área maior ou de relevo mais favorável ao cultivo, certamente deixariam aquelas áreas difíceis de serem trabalhadas.

Indiscutivelmente, a pequena propriedade tem sido, ao longo do tempo, a grande responsável pela produção de alimentos, ao passo que as grandes propriedades geram produtos para obtenção de divisas via exportação (café, soja e outros). Assim, o município de Quilombo, onde ocorre o predomínio das pequenas propriedades e de mão-de-obra familiar, é um exemplo a ser citado quando estamos nos referindo à produção de alimentos. Basta lembrar o que o município produz milho, feijão, suínos, aves, leite e diversos outros produtos agrícolas consumidos na propriedade, "*as miudezas pro gasto da família*", como são chamados pelos produtores. Contudo, a realidade dos preços destes produtos destinados, tanto ao abastecimento do mercado interno do país, como aqueles voltados à exportação, a exemplo da carne de aves e suínos, têm sido mantidos bastante baixos, desestimulando muitos dos produtores a continuar na atividade agrícola.

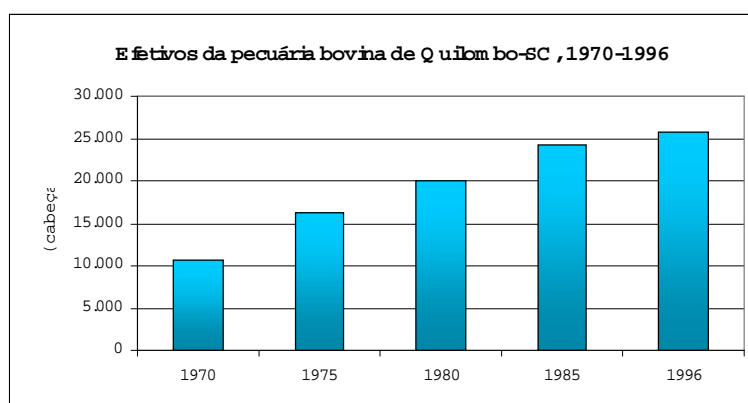
2.5.2 A pecuária bovina, suína e aves

Os primeiros moradores de Quilombo produziam os alimentos necessários à subsistência de suas famílias. Mas com a chegada dos colonos, muitas mudanças ocorreram nos hábitos das pessoas que residiam em Quilombo. Aos poucos houve a introdução da criação de gado bovino e suíno e, posteriormente, a criação de aves.

2.5.2.1 O efetivo de bovinos

A criação do gado bovino representou, inicialmente, uma fonte de alimentos, acima de qualquer outro objetivo. Além da carne, o gado bovino foi de extrema importância para o preparo das roças e para o transporte dos produtos agrícolas na propriedade. Eram (ainda são) utilizadas as "juntas", ou seja, dois bois para puxar o arado e a carroça. Ainda quanto à alimentação, o gado leiteiro desde muito tempo se faz presente na pecuária da pequena propriedade. O leite e seus derivados têm sido muito importantes na mesa do produtor. Além disso, há a possibilidade de comercializar o este produto e seus subprodutos a exemplo do queijo.

Gráfico 05



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Nesse sentido, tem-se observado um contínuo e considerável crescimento da pecuária bovina no município em estudo. Em 1970, o efetivo total de bovinos em Quilombo era de 10.649 e em 1996 chegou a 25.785 cabeças (gráfico 05). Pode-se considerar que, grande parte desta, é parte integrante da pecuária leiteira do município.

2.5.2.2 O efetivo de suínos

O suíno pode ser considerado um dos primeiros produtos a ser comercializado no município de Quilombo. A "simplicidade do campo" estava refletida no modo de vida dos primeiros moradores. Esta "simplicidade" também pode ser traduzida como dificuldade: de vias de acesso, de meios de locomoção, de escoamento do que era produzido, como relata o entrevistado:

Em São Brás, eu também fui o primeiro morador (...) fui morar na terra do Matia Weirich para cuidar dos porcos. Era porco solto no mato. Quando eles estavam gordos, nós tocávamos pelas picadas até Quilombo, alguns eram vendidos lá, outros eram levados de caminhão até Chapecó

O relato acima, nos faz refletir sobre o cotidiano daquelas pessoas, suas famílias e a "lida" da roça. O "trato" dos animais já não acontece como naquele tempo. As inovações na agricultura, não somente trouxeram junto consigo formas modernas de alimentar os animais, como trouxeram também, novas raças. Os animais introduzidos com novas linhagens e genética bastante alteradas, não diferentes daqueles animais criados soltos, os chamados porcos comuns. Com tantas mudanças em termos de alimentação e genética, tornou-se necessária também, modificação nas instalações para abrigar estes animais. As mudanças ocorreram não somente na criação de suínos, mas também na avicultura.

Atualmente, em Quilombo, o tratamento com estes animais ocorre de maneira bastante diferenciada do que no passado. As instalações apropriadas para a criação de suínos e aves, ou seja, as pocilgas e os aviários, têm sido construídos seguindo o modelo padrão das empresas "integradoras", para proporcionar uma maior concentração e qualidade dos animais ali criados. As instalações se sobressaem na paisagem rural, principalmente pelo seu tamanho e colorido.

Ao percorrermos as comunidades do município, pudemos constatar nas entradas que dão acesso às propriedades, placas indicando o nome e a atividade exercida pelo proprietário e o nome da empresa. Esta atividade é, na maioria das vezes, a mais importante na propriedade e confere ao produtor o título de "integrado". Assim, como nas pocilgas e aviários, as placas também contêm as cores-padrão da empresa "integradora". Além das instalações, o cheiro exalado dos aviários e pocilgas é outro aspecto que chama a atenção de quem passa pelas proximidades. O odor característico de cada atividade criatória, seja suinícola ou avícola, pode também, ser considerado como componente da paisagem rural daquele município.

O início da suinocultura no município em estudo aconteceu conforme o costume dos colonos, que migraram e trouxeram em sua "bagagem", a forma simples e comum de cuidar dos animais. Como relatado anteriormente, no início os suínos eram criados soltos no "mato". Num momento seguinte, eles continuaram soltos, porém, passaram a ser criados em mangueiras e começaram a ser alimentados com "lavagens" compostas de abóbora, mandioca, batata-doce, milho, restos de outros alimentos da cozinha, água e farelos.

Os suínos representavam uma fonte básica na alimentação e deles extraíam-se diversos subprodutos para o consumo da família. A carne era cozida e guardada na banha em latas para aumentar sua durabilidade, já que não havia possibilidade de refrigeração. Faziam salames, toucinhos, banha, morcilha, queijo de porco, entre outros. Além disso, faziam sabão contendo soda cáustica e os restos do animal abatido. Os suínos constituíam, ainda, em uma reserva que podiam ser comercializados caso ocorresse alguma doença na família, além de outras eventualidades quando necessitavam de dinheiro.

Com o passar do tempo, os produtores foram levados a apresentar um produto comercial capaz de gerar recursos financeiros, permitindo a formação de uma "poupança familiar" como se refere PIZZOLATTI (1996, p.148). Para tanto, os produtores passaram a dedicar-se com mais empenho à suinocultura. Essa prática já era adotada no Rio Grande do Sul, de onde se originaram a maioria dos moradores do município de Quilombo. Por volta dos anos 50, para chegarem até onde atualmente está instalada a sede de Quilombo, as animais eram conduzidos a pé, como relata um de nossos entrevistados: *"... quando eles estavam gordos, nós os tocávamos pelas picadas até Quilombo, alguns eram vendidos lá, outros eram levados de caminhão para Chapecó"*. Ao chegarem naquele município, os animais eram abatidos para a fabricação de banha.

Em Quilombo, assim como em outros municípios do Oeste Catarinense, os produtores que possuíam sua principal fonte de renda associada à criação de suínos, eram primeiramente, produtores de subsistência. Naquele momento, o produtor tinha

liberdade para definir sobre sua produção. Ele decidia quanto e como produzir, embora não houvesse garantia de escoamento de sua produção.

A respeito da comercialização de porcos no passado, um suinocultor enfatizou:

... às vezes a gente tinha para quem vender os porcos, ali a pouco, tinha vários querendo comprar. Logo depois, a gente já não tinha mais quem comprasse, era uma folia. E depois, você vendia e não sabia quando ia receber. Algumas vezes, até ficamos sem receber por causa de uns sem-vergonha de uns picaretas ali do comércio. Então... para você ver... não era fácil também naquele tempo.

À medida que a produção de suínos aumentava, os produtores reordenavam as instalações das propriedades, mas sem alterações significativas. Esta atividade teve um maior impulso a partir do melhoramento dos meios de transporte e das estradas. Esse fator propiciou um aumento na produção e comercialização dos animais. Com isso, também ocorreu a ampliação das fábricas de banha já existentes. Num momento seguinte, houve a instalação de novas e modernas fábricas processadoras da carne suína em alguns municípios do Oeste Catarinense. Esses frigoríficos centravam o abate de suínos procedentes dos diversos distritos e municípios vizinhos.

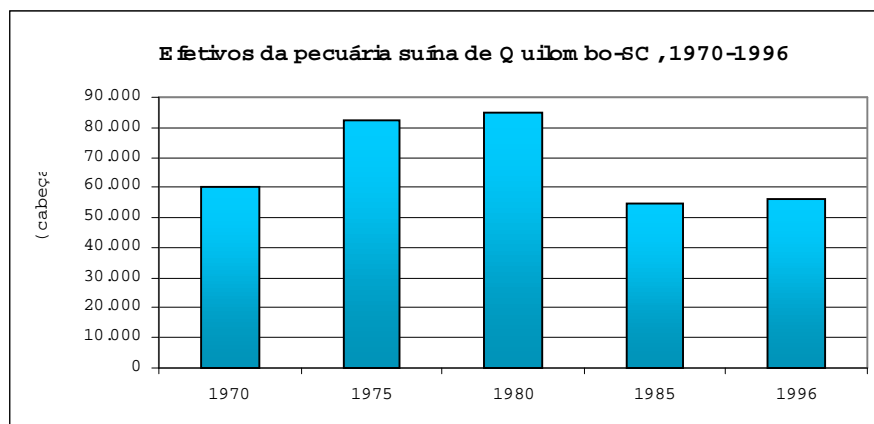
De acordo com CAMPOS (1987), entre a década de 40 e de 60, houve o surgimento e a multiplicação dos frigoríficos na área. Naquela fase, também se iniciou a mercantilização de alguns segmentos da produção familiar. Com o aumento da industrialização da carne suína, o excedente produzido pelos produtores não foi mais suficiente para garantir a demanda das fábricas. Ao fornecerem carne suína e derivados aos grandes mercados urbanos do centro-sul brasileiro, o Oeste Catarinense já estava inserido na divisão social do trabalho a nível nacional.

Em 1940 foi fundada a Perdigão S/A Com. e Ind. (Videira), em 1942 a Com. e Ind. Saule Pagnoncelli (Joaçaba), em 1944 a Sadia-Concórdia S/A (Concórdia), em 1952 a S/A Ind. Com. Chapecó - SAIC (Chapecô), em 1956 o Frigorífico SEARA (Seara), em 1962 a S/A Frigorífico Itapiranga (Itapiranga), em 1963 a UNIFRICO S/A Ind. e Com. (Salto Veloso), década de 60 Indústrias Reunidas Ouro S/A (Ouro), em 1969 Cooperativa Central Oeste Catarinense (Chapecô) e em 1975 o Frigorífico São Carlos - FRISCAR (São Carlos). Os suínos criados em Quilombo eram abatidos em Chapecó

As modificações na atividade ligada a criação de suínos, vêm ocorrendo desde a década de 60, quando a banha suína passou a ser substituída gradativamente pelos óleos vegetais diversos como o de algodão, amendoim e soja. As espécies de suínos foram estudadas e alteradas geneticamente ao longo destes últimos 40 anos e o resultado disso, foi a substituição das espécies rústicas do tipo banha para as variedades do tipo carne.

Na evolução da produção de suínos (gráfico 06), o município de Quilombo apresenta seu auge entre a segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80. No ano de 1980 a produção chegou a mais de 84 mil cabeças.

Gráfico 06



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Em 1985 o efetivo total de suínos apresentou declínio e apresentou um pequeno aumento no censo seguinte. Se considerarmos que, naquele censo já haviam sido desmembrados os municípios de Formosa do Sul e Irati, as 55.902 cabeças representam um número significativo e uma concentração da criação de suínos no município estudado. Ao concentrar a produção de suínos num dado espaço, agravaram-se alguns problemas, como os ambientais. O excesso de dejetos suínos provocando, entre outros danos, a contaminação de lençóis freáticos.

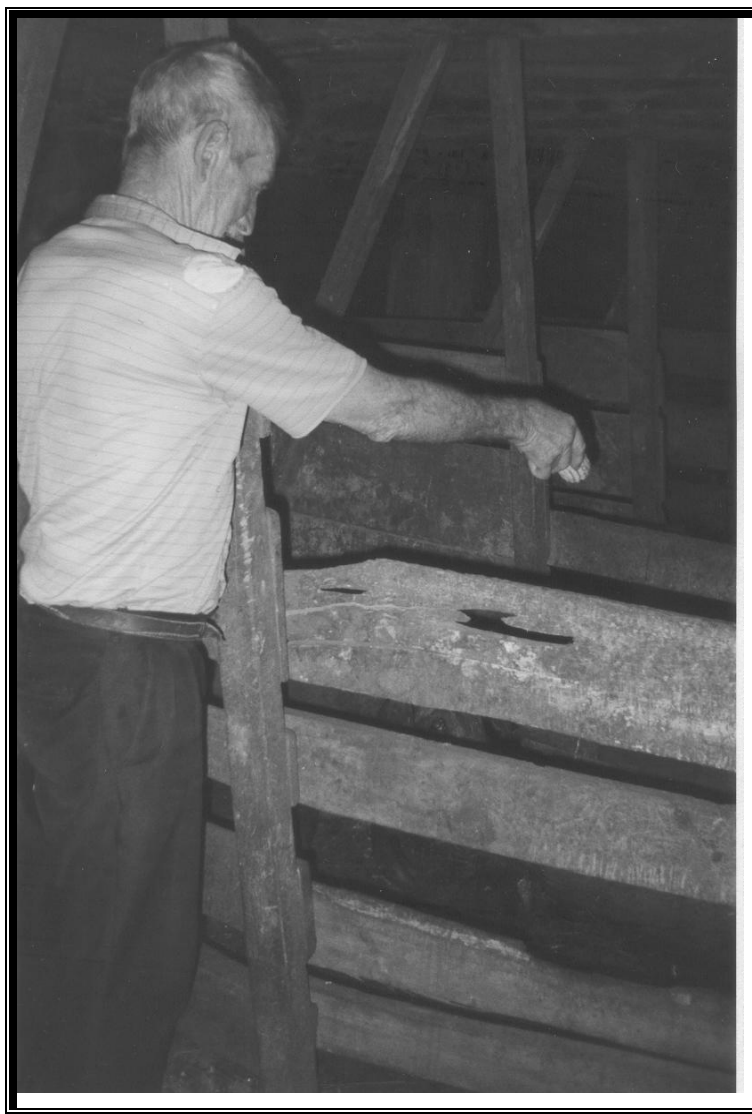


Foto 03 - Ainda ocorre no município, o antigo sistema de criação de suínos, de forma não-integrada. Na fotografia, o agricultor trata o seu "porquinho" com espigas de milho, como fazia há 40 anos atrás em suas instalações rústicas e não aceitas pelas "integradoras".

Mais recentemente, os suínos tipo MS-58, conhecidos como "suínos *light*", têm recebido bastante destaque por apresentar um maior rendimento da carcaça e alta produção de carne magra. Este suíno foi desenvolvido com tecnologia da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e repassada para cooperativas e produtores independentes. Dentre os que adquiriram o suíno MS-58, está a Coopercentral.

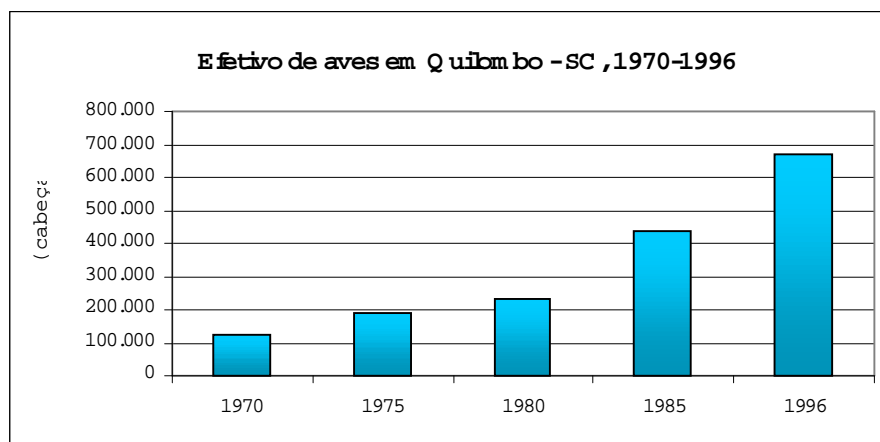
Para se chegar ao nível da suinocultura dos dias atuais, muitas modificações vêm sendo feitas também nas propriedades dos produtores. Além da adoção das

espécies cada vez mais evoluídas geneticamente, mudaram drasticamente a alimentação e os métodos utilizados na criação dos animais. Houve ainda, alteração nas instalações dos mesmos para atender aos cuidados que a fragilidade dos animais demanda.

2.5.2.3 O efetivo de aves

A avicultura é outra atividade que vem imprimindo fortemente a paisagem rural do município de Quilombo. Os aviários são instalações que chamam a atenção por seu tamanho, com uma variação entre 25, 50 ou 100 metros de comprimento e pela sua padronização. A maneira como são construídos não varia muito de uma empresa para outra. Percebe-se a diferença pelas cores adotadas por cada empresa. O colorido padrão das empresas vai dizer a quem estiver passando na estrada, se o proprietário daquela área está "integrado" em uma ou noutra empresa. O colorido dos aviários, vai também, delimitar os territórios de atuação de cada empresa no município, por isso a padronização.

De acordo com dados da ACAV - Associação Catarinense de Avicultura, no ano de 2000, o Brasil exportou 5.976 mil toneladas de carne de frango. O estado de Santa Catarina exportou, no mesmo período, 4.322 mil toneladas, representando 72,3% da exportação nacional. No Oeste Catarinense, estão concentradas as maiores indústrias processadoras de frangos do estado. Em Quilombo, está instalado um dos mais modernos frigoríficos de aves da América Latina, com capacidade para abater 120 mil frangos/dia. A instalação do frigorífico, em 1996, promoveu a elevação do número de aves criadas no município, como demonstram os dados censitários entre 1970 (em torno de 200 mil cabeças) e 1996 (670 mil cabeças de aves).

Gráfico 07

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

As empresas procuram concentrar a produção de matéria-prima na área próxima a seus frigoríficos. O principal motivo está na redução de despesas com transporte, além de evitar perdas de animais por sufocamento durante o trajeto entre a propriedade e o frigorífico. Nesse sentido, a maioria de aves produzidas no município destina-se a abastecer de matéria-prima grandes empresas como a Coopercentral/Aurora. Esta agroindústria possui uma unidade frigorífica instalada no município em estudo, tendo sua matriz no município de Chapecó Além da Aurora, a Chapecó Cia Alimentos também atua com avicultura no município de Quilombo. Atualmente, esta empresa está sendo administrada por um grupo argentino e possui sua sede avícola no município de Xaxim, SC.

Quanto ao processamento das aves, no ano de 2000, a Aurora processou 24,2 milhões de cabeças, enquanto que a Chapecó processou 19,7 milhões. A soma do montante de cabeças de aves industrializadas pelas duas empresas representou 23,28% do total processado pelas empresas catarinenses no ano de 2000, segundo a AINCADESC - Associação das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina.

Ao discorrer sobre a política do governo para com agricultura, ORLANDO (1994, p. 18), afirma que o governo tem seguido a tendência de aumentar a diferença na taxa de lucro de certos setores da agricultura e a taxa geral. Desse modo, segundo o autor, o capital tende a abandonar, pelo menos de forma parcial ou temporária, os setores que

trazem menos lucro. E, assim, abrir novas possibilidades para a agricultura de pequena propriedade.

Vemos porém, afirmações em termos de medidas governamentais nem sempre são revertidas em condições para os produtores. A avicultura brasileira, por exemplo, serviu como um dos pilares de sustentação do Plano Real. Por conta disso, o setor veio acumulando perdas há algum tempo e, no ano de 2000, houve cortes de produtores do sistema de "integração". Este, provavelmente, foi o "corte mais dolorido", mas somente para o "integrado" que acaba de ser excluído do processo de produção de aves. Sem contar outras perdas enfrentadas pelos empregos diretos e indiretos em todo processo produtivo de carne de frangos. Este exemplo do estado gaúcho serve como ilustração do que ocorre em outras áreas onde está implementado o sistema de "integração" produtor-agroindústria. Eis o que temem os produtores: depois de um alto investimento nas instalações para a produção das aves, a exclusão.

2.6 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A agricultura familiar possui grande representatividade na produção de alimentos no país. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do total dos estabelecimentos agrícolas brasileiros existentes em 1995, 89,3% possuíam menos de 100ha e ocupavam apenas 20% da área total, acrescentando-se ainda que 79,9% dos estabelecimentos eram explorados por mão-de-obra familiar. As proporções de concentração de terras em nosso país são ainda mais alarmantes se comparadas aos extremos. Assim, em 1995, 49,7% dos estabelecimentos com áreas menores de 10ha, detinham 2,3% do total de terras, enquanto isso, as propriedades com mil hectares e mais, representando cerca de 1%, detinham aproximadamente 45,1% da área dos estabelecimentos.

Gestado como sendo alternativa à Reforma Agrária, o modo de organização social da produção e os padrões tecnológicos advindos da modernização agrícola, se fizeram *contra os trabalhadores do campo*. O processo favoreceu uma maior concentração

da terra, com massiva incorporação de pequenas unidades de produção por médias e grandes propriedades, reforçando assim, o caráter polarizado da estrutura agrária brasileira.

A concentração de terras em nosso país é uma realidade da qual não se pode fugir, porém, a mesma realidade não pode ser generalizada para todos os municípios brasileiros. Em Santa Catarina, as parcelas agrícolas vêm sendo subdivididas. Neste sentido, no ano de 1995, dados censitários revelaram que, de cerca de 90% do número dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina encontravam-se com menos de 50ha. No Oeste do estado, por exemplo, a pequena propriedade apresenta-se como uma característica fundamental de diversos de seus municípios.

Ao analisarmos a situação da estrutura fundiária do município de Quilombo, com base nos censos de 1970 a 1996, a maioria das terras estavam ocupadas por estabelecimentos agrícolas com tamanho inferior a 50ha (tabela 01).

Tabela 01 - Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Quilombo - SC: 1970 – 1996

Estratos de área (ha)	1970		1975		1980		1985		1996	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
- 05	18,3	3,5	24,5	4,7	25,1	4,9	29,1	6,2	11,7	2,2
05 - 20	45,6	27	47,9	33,4	50,1	37,8	49,4	40,5	56,5	37,3
20 - 50	30,9	49,1	23,5	43,5	21,4	41,6	18,8	40	27,2	42,5
50 - 100	4,7	16,6	3,5	13,9	2,9	12,4	2,4	11,4	3,1	11,3
100 e mais	0,5	3,7	0,53	4,4	0,4	3,3	0,22	1,9	1,5	6,7
Totais (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

A predominância de pequenos estabelecimentos, ou seja, com dimensões inferiores a 50ha, é explicada em parte, pelo processo histórico. A distribuição dos lotes rurais foi realizada através da ação de uma empresa particular, a Companhia de Colonização Bertaso. Esta demarcou os lotes rurais com dimensões, em média, de 25ha. Até os anos 50, muitos colonos puderam obter seus lotes de terra demarcados pela colonizadora. Eles conseguiram comprar sua propriedade até mesmo com poucos recursos financeiros, pois pagavam em prestações.

A partir de então, com a diminuição da oferta dos lotes rurais, as terras foram valorizadas, sobretudo após o início da década de 70. Naquela época, o processo de modernização da agricultura estava sendo impulsionado e o preço das terras disparou ainda mais, tornando a renda fundiária demasiadamente elevada. Como uma das consequências imediatas, a compra de terra, para garantir às novas gerações, foi limitada ou mesmo impedida.

Há, porém, os casos dos caboclos que residiam no município antes mesmo da chegada dos colonos do Rio Grande do Sul. Estes, porém, não compartilharam as terras com os seus filhos porque eles mesmos não tiveram acesso a um *pedaço de chão* para plantar. Atualmente muitos deles trabalham com empreitadas na colheita de produtos como o milho e feijão, na capina, na roçada ou ainda no carregamento de frangos. Eles residem nas proximidades da cidade que poucos empregos tem a oferecer.

Gráfico 08

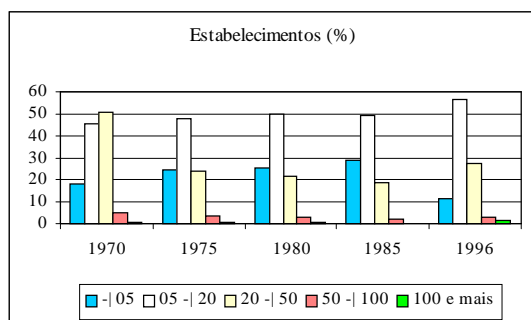
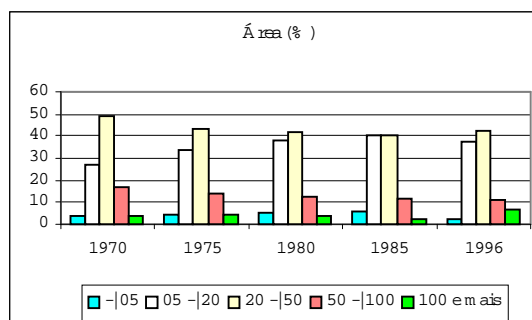


Gráfico 09



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Comparando-se os dados dos dois censos (1970 e 1996) constatamos que na evolução da estrutura fundiária do município, houve um pequeno aumento dos estabelecimentos com área inferior a 20ha (gráficos 08 e 09). Cerca de 63% dos estabelecimentos possuíam menos de 20ha em 1970 e 68% em 1996. Ressaltamos que, destes, 17,2% possuíam reduzida dimensão, ou seja, com menos que 5ha no último censo levantado, deixando a vista o processo de exclusão do campo no município em estudo.

Um dos fatores responsáveis pela reduzida área (até 5ha), está relacionado com a subdivisão das propriedades entre pais e filhos que não vislumbraram possibilidades de aquisição de novas áreas, como expresso anteriormente. Os colonos buscavam meios para continuar o processo de reprodução familiar e condições de reprodução econômica, à medida que seus filhos constituíssem famílias.

A reprodução dessas unidades exigia recursos financeiros para adquirirem novas áreas de terra, dentro do processo de expansão horizontal. Na medida do possível, os agricultores evitavam o intenso fracionamento da propriedade pela partilha por herança. Porém, à medida que a colonização ia avançando, o preço das terras ia aumentando. E quando o número de filhos era grande, o problema agravava-se ainda mais. Neste sentido, pode ser percebida a situação de limite da propriedade, em que inúmeros pequenos produtores se entravam e ainda se encontram, tanto no município em estudo, bem como em outros municípios com realidades semelhantes.

Além disso, medidas políticas são desenvolvidas com a finalidade de aumentar a produtividade com a opção de produção para a exportação, em detrimento de outras que poderiam ser voltadas às questões sociais. Esses (des)interesses para com parte do setor agrícola brasileiro, têm forçado uma expropriação da força de trabalho antes ocupada nos lotes com reduzida área, como pequenos proprietários, filhos de pequenos proprietários ou outras formas de parceria. No sentido de contrapor a situação de muitos produtores rurais, houve o surgimento de movimentos organizados que atuam a nível nacional e regional. Assim, as ações que implementa o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em Santa Catarina, para conquistar a "terra do trabalho", iniciaram-se no oeste, onde a pressão pela terra tem sido mais sentida e expressiva.

Esses produtores marginalizados, ao longo do tempo, foram sendo excluídos do acesso a terra. Outros que possuem reduzidas parcelas, muitas vezes, estas são de péssima qualidade, apresentando áreas íngremes e pedregosas. Grande parte destes trabalhadores é obrigada a complementar a renda através do arrendamento de terras de outros proprietários e/ou venda de mão-de-obra de determinados membros da

família. Para estes, além da necessidade de políticas diferenciadas de crédito e de uma assistência técnica mais intensiva, acreditamos que a reforma agrária seja uma condição vital para sua viabilização/permanência enquanto agricultores.

CAPÍTULO III

A "INTEGRAÇÃO" E ALGUMAS MARCAS NA PAISAGEM RURAL DE QUILOMBO

Num primeiro momento, a agricultura contava com a *força da terra* que se sustentava, sem qualquer uso de agrotóxicos e/ou outros produtos químicos e grande parte do trabalho era realizado de forma manual. A *entre-ajuda* solidária fazia parte do cotidiano dos agricultores de Quilombo que viviam com expectativas de melhorar suas condições de vida. No decorrer do tempo, com o advento da modernização da agricultura, sobretudo na década de 70, um número significativo dessas famílias passou a se "integrar" às indústrias, fornecendo suínos e aves como matéria-prima para que as mesmas processarem. Junto com as novidades trazidas pela modernidade, chegaram também, determinadas alterações socioeconômicas e culturais que refletiram no cotidiano daquelas pessoas.

Ao atuarem num mercado em constante modificação e, cada vez mais concorrido, as indústrias têm se utilizado de estratégias para implementar seus planos de ação no meio onde estão inseridas. Ao definir estratégia, RAFFESTIN (1993, p.42) faz uma analogia do termo para fins militares. Estratégia seria, para ele, a "*combinação de uma série elementos a serem convocados para chegar a um objetivo.*"

Sendo assim, ao reportarmos as indústrias processadoras de carnes, elas também se utilizam de algumas estratégias, ou seja, elaboram planos para atingir um fim, adquirir ou controlar mecanismos. Investem, principalmente, no melhoramento genético das matrizes animais para obterem um melhor produto final, de acordo com as constantes exigências do mercado. Para obter um produto (aves e suínos) de alta qualidade, as empresas repassam várias exigências aos produtores das matérias-primas, ou seja, os "integrados". Neste contexto, estes criadores são mediadores entre a inovação e os produtos qualificados.

Na suinocultura, uma exigência está associada à aquisição de animais que devem fornecer o mais baixo teor de gordura possível na carne. Além desta, também exigem uma padrão de construção ou reforma nas instalações para os animais de acordo com sua fase de crescimento, manejo para com os animais, entre outros. Na avicultura estão associadas, também ao manejo, a aquisição de equipamentos destinados a proporcionar um ambiente confortável para as aves, como aquecedores, ventiladores, bebedouros automáticos, entre outros.

O espaço da suinocultura e/ou avicultura que nos defrontamos, guarda na aparência, uma organização econômica familiar. Tanto a atividade suinícola, quanto a atividade avícola são desempenhadas, fundamentalmente, pela força de trabalho da família. Além dos elementos que formam o núcleo central da família, trabalham outras pessoas nas fases que requerem mais mão-de-obra, como na época da colheita dos produtos diversos ou no carregamento dos frangos.

A relação entre os pequenos produtores e indústrias do Oeste Catarinense, assemelha-se ao que já vinha ocorrendo nos anos 70 e 80 (séc. XX): "*o sacrifício dos sócios mais fracos em benefício dos sócios mais fortes*", (GUIMARÃES, 1982, p.94). Esse sacrifício faz-se "necessário" para o "crescimento" das grandes empresas possuidoras de centenas de variedades de subprodutos destinados a um mercado bastante exigente. Na década de 90, quando da abertura dos mercados, as empresas visando assegurar maior competitividade, reestruturaram suas organizações e, como estratégia, concentraram a produção de suas matérias-primas.

Com a concentração da produção e, pode-se dizer, sem uma vontade política que apoiasse a agricultura, este setor da economia foi o mais rapidamente afetado. Os produtores rurais tiveram pouco tempo de se reorganizar e, assim, ficaram mais expostos a abertura dos mercados e a concorrência internacional. O resultado disso foi a exclusão de muitos produtores rurais, principalmente os considerados "mais fracos". Por outro lado, os produtos que chegam aos consumidores, pouco ou nada demonstram do seu local de origem e de quem os produziu, muitas vezes com dificuldades ligadas a questão financeira.

Ao refletir sobre o trabalho destes produtores na agricultura familiar, KROTH (1999) constatou que as transformações tecnológicas, fruto do processo de modernização da agricultura, atingiram consideravelmente as pequenas propriedades e alteraram o modo de vida daquelas pessoas que vivem no campo. Para ela, as novas tecnologias (im)postas, propiciaram mudanças nos valores da vida na roça. As famílias começaram a perceber que as relações de trabalho passavam por alterações em face das mudanças nas formas de financiamento dos bancos, por exemplo. Aqueles financiamentos foram braços que o Estado utilizou para estender parte da tecnologia ao campo brasileiro.

Nesse contexto, muitas famílias fizeram financiamentos junto aos bancos para adquirir equipamentos e/ou produtos para a lavoura como adubos e outros insumos. Para saldar tais dívidas, parte dessas famílias necessitaram vender maquinários agrícolas, animais e, até mesmo, parte ou todo o terreno. Algumas delas continuaram trabalhando na agricultura na condição de arrendatário, outras, porém, foram para as cidades em busca de trabalho remunerado. Aquelas que conseguiram permanecer na agricultura puderam presenciar a propagação de um "progresso" tecnológico prometido. Esta mesma tecnologia levou muitas famílias a mudarem seus modos de viver. Segundo a citada autora, as mudanças começaram a aparecer na industrialização do leite, ao invés da produção artesanal do queijo; na utilização de agrotóxicos, ao invés da capina; na "integração" às indústrias, ao invés da autonomia da produção, entre outros.

Com isso, novos valores chegaram, pouco a pouco, também ao espaço doméstico da vida do campo. A forma de comer e o que comer, também foram sofrendo alterações e, de acordo com KROTH (1992), as famílias começaram a se questionar se deveriam continuar tomando o suco das frutas naturais ou comprar suco industrializado? Moer o milho lá da roça para fazer a polenta ou comprar Fubá⁷ da

⁷ Fubá é a farinha de milho, uma das marcas de subprodutos da Cooperativa Regional Alfa, filial da Aurora. Esta empresa atua no município de Quilombo no processo de "integração" de suínos.

Cooperativa? Outros exemplos podem ser acrescentados, como o de consumir margarina e não manteiga; substituir a banha suína por óleos vegetais.

Aos poucos, as ações do cotidiano foram passando por modificações e as *"mulheres agricultoras passaram a se questionar: 'afinal, o que sobrava para a mesma, sendo que era ela quem dividia o seu tempo de trabalho entre a casa, o aviário e a roça?"* Essas e outras questões foram originando novas discussões no meio rural e na própria sociedade. Segundo a referida autora, foi nesse contexto que emergiram diversas organizações e movimentos voltados às questões agrárias em defesa da vida da mulher e do homem do campo, num regime de economia familiar.

Porém, verifica-se ainda hoje que continuam as inovações em relação aos equipamentos agrícolas e também aos demais equipamentos destinados aos produtos da "integração". Pensamos que, a partir do momento que os produtores investem valores elevados na aquisição dos equipamentos, eles não podem abandonar a atividade, tornando-se subordinados.

Neste sentido, gostaríamos de nos reportar ao município de Quilombo, onde também houve demonstrações de mudanças de hábitos da população, mudanças advindas do novo processo modernizante da agricultura. KROTH (1999, p.29) ressalta que:

... o trabalho, o cotidiano das famílias passou a adotar uma lógica diferenciada (daquela vivida nos primeiros tempos), imposta pela dinâmica da integração regional. Os dias de trabalho se transformaram em trocas, o tempo ficou condicionado em função dos aviários, chiqueirões, entre outros, alterando sobremaneira os modos de vida das mulheres e dos homens da roça.

Muitas tradições e costumes foram sendo (re)alimentados ao longo dos anos. Assim, por exemplo, quando abatiam um animal (um suíno ou um boi) era costume enviar em pedaço de carne para os vizinhos mais próximos. Poucas famílias ainda continuam vivenciando costumes, porém de maneira mais restrita. O tempo que *"deve ser aproveitado ao máximo"*, é o fator responsável por isso, segundo alguns depoimentos de "integrados": *"... não dá mais tempo nem de ir na casa do compadre ou do vizinho para*

tomar uma cuia de chimarão na hora do meio-dia. O aviário mesmo, tem que vigiar o tempo todo!" Se não há mais tempo para a *roda do chimarão*, tampouco haverá tempo para ajuda, troca de favores entre vizinhos.

Outro costume alterado foi o de consumir galinha caipira. Os produtores "integrados" de frangos são impedidos de criar qualquer tipo de ave em sua propriedade. A empresa alega sobre a possibilidade de propagação de doenças entre os diversos tipos de aves. Com o "pedido" da empresa, os produtores abandonaram a criação de outras aves (galinha caipira, galinhas poedeiras, marrecos, entre outros). Nesse sentido, os produtores podem retirar de cada lote (contendo mais de 14 mil aves), até 10 frangos. Estes, antes de serem consumidos, passam algumas semanas sendo alimentados com milho, a fim de resultarem em carne com "*um gosto melhor*" do que se fossem retirados do aviário e abatidos em seguida. Sobre este assunto, transcrevemos trechos de entrevistas que relatam o abandono da criação de galinhas diferentes daquelas da "integração":

... Nós tínhamos muitas galinhas comuns criadas soltas no pátio. A gente tinha também alguma galinha poedeira, elas estavam presas, na gaiola. Os ovos, a gente vendia e tinha um dinheirinho a mais, mas tivemos que parar de criar.

... Aqui em casa nunca faltava galinha caipira, a gente sempre tinha umas que eram o suficiente para produzir ovos e carne, mas tivemos que parar de criar. Paramos, mas tivemos várias brigas com os técnicos porque as galinhas dos vizinhos, ali de baixo (apontando para duas residências próximas), vinham aqui ao redor do aviário. Agora, você imagina que a gente ia matar cada galinha que vinha aqui, seria comprar briga também com os vizinhos.

Para estes criadores, as galinhas tipo caipira, tornaram-se algo do passado, mas não por opção própria. Nesse sentido, eles não tiveram liberdade entre continuar ou não a criação daquelas aves comuns. A empresa simplesmente determinou que não seria mais possível tal atividade paralela à avicultura "integrada". Com isso, os produtores foram obrigados a aceitar a decisão, ou então, serem penalizados por isso.

Sendo assim, quando necessitam e têm a possibilidade, esses produtores adquirem galinhas caipiras de outros produtores que não são "integrados". Com isso, o

costume que as famílias descendentes de italianos possuíam de comer galinha caipira em risotos e brodos nas festas comemorativas, acaba sendo limitado ou mesmo impedido. Estes são pratos típicos da culinária italiana e difundidos entre os seus descendentes. O risoto é à base de galinha caipira e arroz; o brodo é um caldo também composto a partir da galinha caipira. Os pratos citados eram comuns em comemorações de aniversários em que se reuniam as famílias dos aniversariantes e as famílias dos vizinhos, normalmente acompanhados por vinho.

Os criadores também estão proibidos de retirar aves dos lotes para serem vendidas a terceiros. A possibilidade de retirada de aves do lote dá-se em função do consumo na própria família do "integrado". Quando ocorre a morte de animais, seja por sufocamento e/ou doença, eles não podem, de forma alguma, serem reaproveitados. Nesse caso, há algum tempo, os animais vinham sendo enterrados em valas cavadas, na maioria das vezes, próximas ao aviário. Porém, com as constantes preocupações em manter os "selos de qualidade ambiental" entre outros, as empresas passaram a exigir a construção de um *silo de compostagem*.

O silo de compostagem constitui-se em uma construção de alvenaria, com pelo menos, três divisórias onde os animais mortos são depositados. Em sua utilização, segue-se uma ordem de preenchimento completo de cada parte da construção. As carcaças dos animais são depositadas em camadas. Sobre cada camada, é colocada uma outra de serragem para evitar a propagação do mau cheiro e para auxiliar na decomposição. Este material, após decomposto e seco, é utilizado na lavoura como forma de adubo. Uma agricultora "integrada" referindo-se ao assunto, nos disse:

... o técnico pediu que a gente construísse este silo de compostagem. Lá fomos nós, gastando dinheiro outra vez. Mas, pelo menos, vamos ter o retorno do adubo que vai para a roça. Antes, a gente enterrava os animais e não aproveitava nada. Pelo menos, uma boa idéia da empresa!

Além do citado, outros depoimentos confirmaram a existência de uma certa preocupação em adaptar, da melhor maneira, o que o técnico sugere ou exige. Os

"integrados", em sua maioria, procuram não contrariar as recomendações "sugeridas" pela empresa.

De acordo com os produtores entrevistados, a quantidade de perda de animais varia conforme a época do ano. No verão, principalmente, ocorrem mais mortes devido as altas temperaturas, associadas com a fragilidade dos animais. Houveram os que citaram outro motivo de perda. Esta foi associada aos lotes de pintinhos com qualidade inferior. Para eles, certos "integrados" recebem pintos que dão bons resultados e outros recebem lotes com qualidade variada, dificultando sua criação.

A seguir, transcrevemos trechos de depoimentos a respeito da heterogeneidade dos lotes de pintos:

... quando os pintinhos chegam 'feinhos', eles são mais fracos e exigem mais cuidados.

... a gente se desdobra em cuidados e, mesmo assim, morrem com mais facilidade.

... parece que, quando os pintos são ruins, a ração é ruim, tudo é ruim.

... a gente sempre faz o melhor que pode, mas nunca conseguimos ficar em primeiro lugar na escolha dos lotes. Eu gostaria de saber qual é a receita para ficar em primeiro lugar.

A preocupação em acompanhar as exigências da empresa demonstra a submissão que a maioria dos produtores do processo de criação de aves, em grande escala, se encontra em relação às empresas. Porém, o resultado do trabalho de toda uma família, mesmo não alcançando o que é desejado e/ou merecido, talvez seja a fonte principal de renda de muitos dos entrevistados e de tantos outros pequenos produtores de aves de Santa Catarina.

3.1 "INTEGRAÇÃO": MARCAS DA MODERNIZAÇÃO

A modernização das atividades criatórias a partir da "integração" da pequena produção às empresas, ocasionou mudanças no modo de viver das pessoas do campo,

como definições de o quê produzir, como produzir, para quem produzir, entre outros. Aos poucos, algumas dessas mudanças puderam ser percebidas no modo de viver dos pequenos produtores, nas diversas comunidades. Estas mudanças, decorrentes da "integração", marcam com rupturas, o distanciamento do produtor ao que um dia foi sua autonomia no processo produtivo. Percebemos ainda, que a empresa "integradora", como parte do sistema socioeconômico, acaba (des)integrando parte das comunidades com as poucas e breves relações entre vizinhos, entre famílias e, por conseguinte, entre as pessoas.

O conjunto de ações que as empresas têm imprimido neste município, impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o ou preservando-o em suas formas e interações espaciais, são consideradas como sendo as "práticas espaciais", por CORRÊA (1995). Este autor considera que essas práticas espaciais derivam das diferentes culturas de cada tipo de sociedade, das possibilidades técnicas que estas possuem, e que vão, por isso, fornecer significados diferenciados à natureza e à organização espacial antes já distinta. Tais práticas são adotadas pelas empresas no momento em que estas produzem sua organização espacial. As práticas espaciais resultam, portanto, de decisões tomadas que podem alterar o conteúdo do espaço ou mantê-lo inalterado, dependendo dos interesses em jogo. A construção da organização espacial dependerá dos objetivos da empresa e da função de cada unidade ou área submetida segundo a estratégia da empresa.

Neste sentido, as práticas espaciais das empresas processadoras de carne que atuam em Quilombo, refletem no espaço agrário onde atuam. Junto aos outros atores, numa constante relação de poder, elas (re)definem sua territorialidade e modificam a paisagem com a dinamização das atividades agrícolas. Pudemos perceber que o espaço rural está marcado por relações de poder entre as diversas empresas e os produtores "integrados". Estas relações, entre outras, estão expressas nas cores e logotipos que cada empresa imprime nas propriedades.

As instalações, onde ocorre o alojamento dos animais, são pintadas de acordo com as cores das empresas em que os produtores estão "integrados". Esse colorido,

diferente entre empresas é, segundo PIZZOLATTI (1996, p.04), *"uma prática que vigorou e se espalhou por grande parte do Oeste Catarinense, onde a paisagem está fortemente imprimida pelas instalações apropriadas à suinocultura e avicultura."*

Dentre as empresas que atuam em Quilombo, duas delas destacam-se na avicultura: a Chapecó e a Aurora. A primeira utiliza as cores amarela e azul e a segunda, branca e laranja como padrão. Assim, a paisagem rural do município de Quilombo, está marcada pelas cores da "integração" de cada empresa. Estas marcas na paisagem se constituem apenas em mais uma demonstração do poder que as empresas exercem sobre os "integrados", marcando no sentido de delimitar o terreno ou (de)marcar território de sua atuação.

O lugar ou espaço da suinocultura/avicultura que nos defrontamos, portanto, possui muitos outros espaços também (de)marcados, como em qualquer outro que se queira pesquisar. E o resultado das atividades ali empreendido, corre parte do mundo. A paisagem de áreas como esta, *"...nada aponta sobre a orientação que toma o trabalho excedente daí extraído"* segundo SILVA (1992, p.10). A partir do momento da entrega, o produtor perde o contato com o produto por ele produzido, os animais criados. Cada suíno ou ave, quando é entregue à empresa, leva consigo um pouco do trabalho do produtor. Este é o trabalho não pago, do qual a empresa se apropria.

3.2 O TRABALHO "INTEGRADO"

Ao refletirmos sobre a pequena propriedade de Quilombo, faz-se necessário tecer algumas considerações. Nas últimas duas décadas, principalmente, registrou-se um significativo aumento na produtividade agrícola em Santa Catarina. Porém, de acordo com BRITO e ALTMANN (1999), o número de produtores caiu de 235 mil para cerca de 200 mil entre os anos de 1985 e 1998. Com a diminuição do número de produtores e os ganhos de produtividade, a agricultura liberou parte da mão-de-obra e, transferiu capital e renda para o setor urbano.

Os dados expressos na tabela 02 são o exemplo desse processo ainda corrente em Santa Catarina. Em 1985, havia cerca de 54 mil produtores que tinham na suinocultura a principal fonte de renda. Destes, mais de 22 mil estavam "integrados" às agroindústrias. Em 1998, o número de suinocultores catarinenses caiu para 24 mil e pouco mais da metade destes, encontravam-se inseridos no processo de "integração". Ao mesmo tempo em que houve redução do número de produtores de suínos, houve aumento da produtividade neste ramo. No mesmo período, o número de avicultores "integrados" dobrou e a quantidade de aves criadas aumentou em mais de quatro vezes. Portanto, foi registrado um processo de concentração da produção em ambos criatórios.

Tabela 02 - Evolução do número de produtores de animais em Santa Catarina - 1985-1998

indicadores	1985		1998	
	suínos	aves	suínos	aves
n.º de produtores	54.180	35.940	24.380	26.990
n.º prod. Integrados	22.110	4.450	12.500	9.200
Produção (mil ton.)	229,35	204,9	526,00	927,00

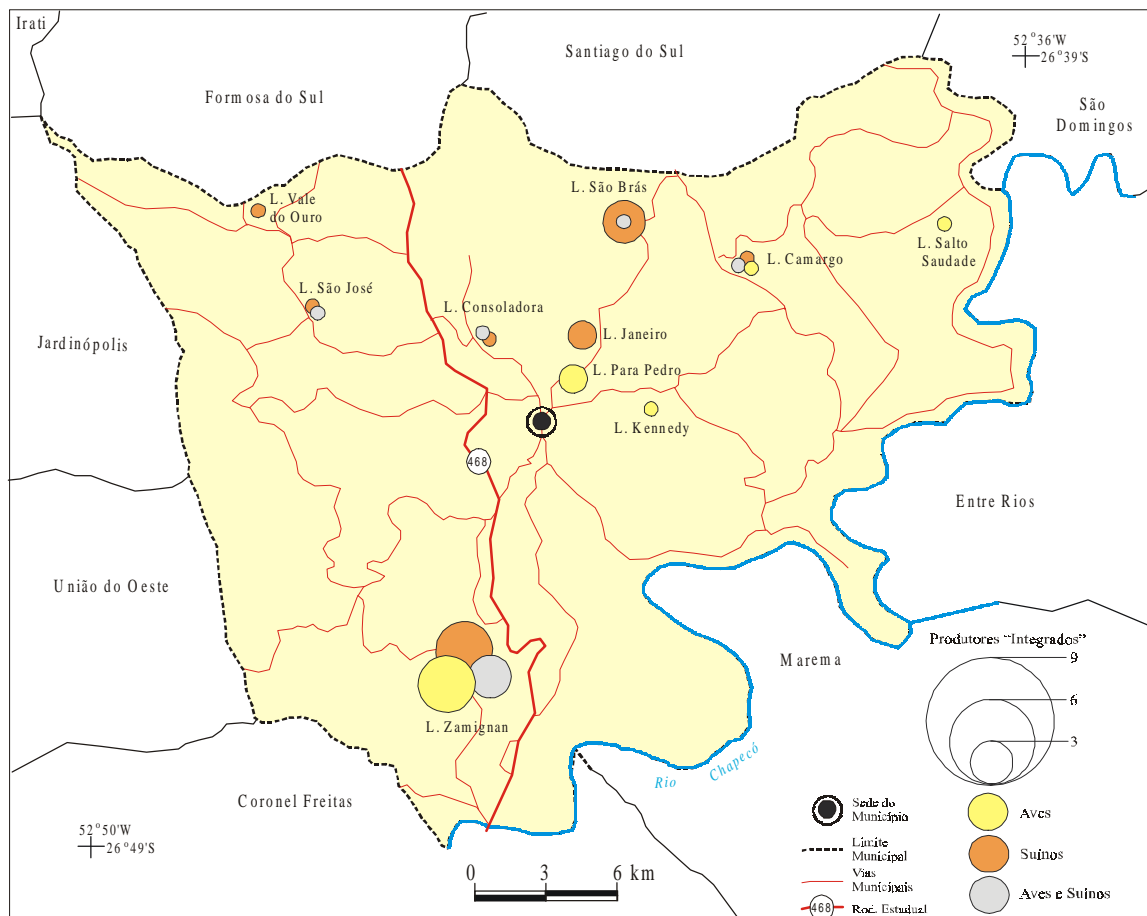
Fonte: IBGE, Instituto CEPA/SC e Ministério da Agricultura.

No município de Quilombo, onde realizamos entrevistas com os produtores vinculados à empresas "integradoras", diferentemente da avicultura industrial, a suinocultura é uma atividade considerada tradicional e praticada na grande maioria das propriedades. Somente na área pesquisada, esta atividade correspondia a 60% dos entrevistados. Os "integrados" na avicultura representaram 20% e, os "integrados" nas duas atividades, suinocultura e avicultura simultaneamente, foram constatados outros 20%. Estes números vêm confirmar o predomínio da suinocultura como sendo a principal atividade de "integração" na área em estudo, (figura 3).

Os dados talvez não representam uma "simples opção" do produtor entre criar aves e/ou suínos. Acreditamos, porém, como constatado em depoimentos obtidos que, a predominância na produção de suínos, está diretamente relacionada à tradição e ao alto investimento, porém, menor se comparado com o da criação de frangos. Outro ponto levantado foi a necessidade de haver uma pessoa da família que disponha de sua força de trabalho para cuidar do aviário, continuamente. E ainda, sabe-se que as

empresas não aceitam todos os pedidos de "integração" e apenas alguns produtores têm sido escolhidos.

Figura 3 - Distribuição dos Produtores "Integrados" Entrevistados no Município de Quilombo - 2000



Fonte: Adaptado de Atlas de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento e Prefeitura Municipal de Quilombo.

Quanto a criação de aves, eles consideraram que o tempo de criação de cada lote permite receber a "grana" em espaço de tempo menor. Pelo elevado investimento empregado no aviário, eles procuram permanecer na atividade.

O estar "integrado" que oferece determinadas "garantias" ao produtor, também lhe impõe exigências e limites. Contudo, os (des)encantos com a "integração" aparecem diversas vezes nas falas dos produtores "integrados". Com as entrevistas, buscamos entender o que os próprios criadores compreendem em ser um agricultor "integrado". As respostas foram as mais variadas e, por vezes, repetidas. Dentre os entrevistados, alguns se mostraram bastante comprometidos em defender a empresa "integradora".

Um suinocultor enfatizou a importância da "integração" para que seus filhos possam dar continuidade na atividade criatória:

... Com a integração você tem garantia de venda dos produtos e recebe em 7 dias. Tem assistência técnica, atendimento lá na empresa e toda mercadoria que precisar. Não tem desvantagem. Integração é importante para os filhos continuar criando porco aqui na roça. Sóna lavoura é muito difícil.

Ao mesmo tempo em que o produtor defendeu a empresa considerando-a como "salvadora" por oferecer algumas garantias, por outro lado, ele demonstrou insatisfação com o preço do suíno que a empresa determina e implementa. Esta e outras contradições aparecem ao longo do seu relato:

... a gente tem que acompanhar, eles querem que o integrado vá bem! Mas o problema é que a gente fica amarrado com eles porque pagam o preço que querem para o porco que a gente vende. Quando não era integrado, eu receberia mais por fora, no comércio. Por isso, precisava que ninguém fosse integrado, assim ganhava um pouco mais.

Em outro depoimento, o criador reclamou dos preços pagos pela "integradora":

... a gente tem obrigação de vender o produto para a empresa, mesmo que o preço pago seja menor que das outras empresas. A empresa é quem comanda tudo, inclusive os preços. A gente fica assim... sabe?! Se eu ganhasse pouco e quem come na cidade, também pagasse pouco, tudo bem! Mas não é isso o que acontece! Isso que dá mais raiva, porque se sabe que é sempre o pequeno que 'paga o pato'.

Em grande parte das entrevistas houve contradições dentro de algumas respostas. Às vezes, o produtor discordou com algumas das atitudes da empresa e, depois, tratou de defendê-la. Outros apresentaram pontos considerados positivos e, em seguida, os negativos da "integração". Porém, apesar de muitas respostas apresentadas serem contrárias à "integração", a maior parte dos produtores que assim se pronunciaram, apresentaram a garantia de venda da produção como sendo fator positivo da "integração", conforme trata o trecho de um relato:

... A gente tem a garantia de vender os produtos e receber o dinheiro em 7 dias... tem um pouco de assistência técnica... mas não pode comprar e vender fora da empresa. Se isso acontecer, eles tiram você da integração... você se obriga a ficar ali. Ela prende o integrado e é

ela que define o preço dos porcos. Você não é mais dono da tua propriedade.

Os produtores sentem-se comprometidos com a empresa que lhes oferece uma certa segurança quanto ao recebimento dos produtos. Como produzem em grande quantidade, necessitam garantir a venda da produção. Na prática, quem oferece esta garantia, estabelece critérios de produção e também determina os preços dos produtos. Neste sentido, os produtores não "podem" reclamar ou exigir melhores preços. Eles não têm opções de vender para outra empresa e, por isso mesmo, sentem-se como se estivessem presos à empresa, como se fossem "empregados", porém, sem os direitos trabalhistas. Nos relatos a seguir, produtores expressam parte do que pensam sobre sua situação enquanto "integrados":

... É ter garantia na hora da crise. É ter uma orientação da empresa. É como ser um empregado da empresa, mas sem ter direito à férias, porque nunca se tem férias na roça; sem fundo de garantia e sem ter 8 horas de trabalho por dia, a gente trabalha muito mais que isso, não tem horário pra cuidar dos bichos. Se eles estão com fome, tem que dar comida, aliás, eles não podem ficar com fome. Sempre tem que ter comida pra eles. Você não tem liberdade nenhuma, a empresa decide tudo.

... Você tem compromisso com a empresa porque tem que prestar um serviço pra ela, fornecer o produto. Você segue todas as normas da empresa. Não têm direitos. É pior que empregado direto da empresa. A empresa se aproveita da fraqueza do agricultor porque se você não acompanha o que eles mandam, você tá fora. A gente fica empregado e mal remunerado. Nós temos que marchar conforme a música.

3.3 A DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA PEQUENA PROPRIEDADE

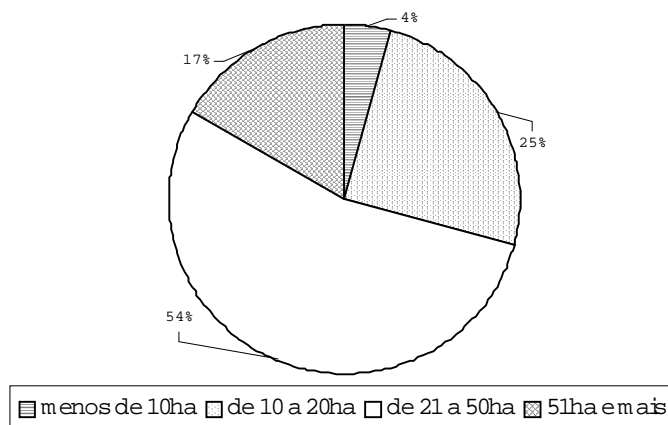
Os "integrados" em avicultura não dependem da produção de grãos para alimentar as aves. Porém, na suinocultura, a produção de milho é fundamental para a criação dos animais. Assim, os suinocultores necessitam dispor de uma quantidade de terra suficiente para possibilitar o cultivo do milho para os suínos por ele criados. Na área pesquisada, as empresas não exigem uma determinada quantidade de terra para que o produtor esteja "integrado", desde que ele produza, pelo menos, 70% do milho destinado aos suínos. Tanto na suinocultura como na avicultura, as empresas enfatizam

a necessidade do "integrado" diversificar suas atividades na propriedade, para que o mesmo não dependa, exclusivamente, de uma única alternativa de renda.

Pensamos que esta "preocupação" da empresa para com a diversificação da propriedade do "integrado", esteja relacionada aos baixos ganhos que o mesmo obtém da atividade de criação "integrada". Por isso, quanto mais ele produzir e, diversificadamente, podem ser aumentadas as chances de maiores rendimentos em sua propriedade. Nesse sentido, quanto maior a extensão da propriedade, maior é a possibilidades de introdução de novas atividades. Por outro lado, quanto menor a propriedade, maior a redução destas possibilidades. Entre os entrevistados, constatamos que mais de 80% possuía uma propriedade com até 50ha, destacando-se as com dimensões entre 21 e 50ha (gráfico 10).

Gráfico 10

Área da propriedade dos "integrados" entrevistados



Fonte: Noeli Pertile, Pesquisa de Campo. Quilombo, SC. 2000

Pudemos perceber, também, que algumas famílias defrontavam com dificuldades por possuírem sua propriedade de tamanho reduzido, com até 20ha e sem possibilidade visíveis de serem subdivididas entre os filhos, como no relato:

... Como a terra é pouca, só na lavoura não dá. A terra é bastante 'dobrada'. Então, nós procuramos a integração, no começo, pra procurar a diversificação daqui, já que não dava pra plantar muita coisa.

As dificuldades enfrentadas são, principalmente, de ordem econômica, uma vez que a atividade da "integração" exige maior investimento. Diversos entrevistados se pronunciaram nesse sentido e destacamos um trecho de um criador:

... mas a gente não consegue comprar mais terra, porque não tem dinheiro. E na integração, um dos problemas é que eles tentam monopolizar. Na verdade, eles empobrecem o agricultor mais ainda. Eles não deixam você ganhar dinheiro. É como você estar na UTI, você está quase morrendo e eles dão uma injeção pra animar, mas não recupera. No aviário, por exemplo, o que a gente investe é demais pra nós que somos pequenos produtores. Investir 25 mil reais aqui num 'barraco', não é fácil.

Com a impossibilidade de acesso a uma parcela maior de terras, torna-se comum encontrar filhos casados residindo na mesma propriedade dos pais. Outro fator a ser considerado, é a dificuldade que muitas famílias encontram em reunir mão-de-obra suficiente para desempenhar todas as atividades que a policultura, a suinocultura ou a avicultura exigem.

Salientamos que esta realidade foi detectada em pelo menos 70% das propriedades visitadas, independentemente se a principal atividade desenvolvida era a criação de aves e/ou de suínos, onde os filhos ou filhas casados dividiam a mesma moradia com os pais. Em dois casos destes, os filhos trabalhavam na propriedade pela parte da manhã, e no segundo período, trabalhavam no Frigorífico Aurora, localizado na área periférica da cidade de Quilombo. Os dois utilizavam motocicleta como meio de transporte para chegar até a empresa. Em outro caso, além de um filho casado morar na mesma casa, um segundo filho, também casado, morava numa casa construída próxima a do pai, todos em uma única propriedade. Apenas 30% dos entrevistados não dividiam a propriedade com os filhos, apesar de demonstrarem preocupação quanto ao futuro crescimento dos filhos. Uma das propriedades visitadas possuía o reduzido tamanho de apenas 7 ha.

Esta amostra da estrutura fundiária no município pesquisado, reflete o modo de colonização efetuado no passado. Possui também, reflexos da condição econômica em que se encontra a agricultura brasileira. Com pouco ou sem estímulos para melhoria, as famílias mal conseguem manter a propriedade que os pais conseguiram adquirir ao longo de suas vidas. Os filhos que ainda permanecem na roça, não vêem muitas perspectivas que lhes possibilitem ampliar a propriedade, tampouco vêem ser valorizados seus produtos, tanto da "integração" como os outros.

Por estas questões, empenham ao máximo, a força de trabalho familiar nos cultivos realizados na lavoura e, principalmente, na atividade da "integração". Nesta última, normalmente tem sido investido o dinheiro proveniente dos esforços efetuados, com tanto suor, ao longo dos anos de trabalho da família. Ocorre a participação de todos os membros da família nas diversas atividades, incluindo o manejo dos animais (suínos e aves). Em diversos casos, constatamos que o chefe da família aparece como o principal responsável da propriedade. A figura masculina sempre esteve presente como responsável do estabelecimento, salvo uma propriedade em que uma mulher jovem salientou que todas as decisões eram tomadas em conjunto, ela e o esposo. Assim, ela mesma respondeu às nossas perguntas.

Apesar de sabermos de uma certa abertura que houve entre pais e filhos referente à tomada de decisões fomos surpreendidos com a evidência desses casos junto às propriedades visitadas. Em mais de 60% das famílias entrevistadas, o filho residente ou o genro apareceu como o principal condutor para o encaminhamento das maiores responsabilidades da unidade familiar. Contudo, acreditamos que o principal motivo desta ocorrência tenha relação direta com a idade mais avançada do pai ou sogro, estando os mesmos vivendo na mesma casa. Outro motivo pode estar associado às constantes modificações que as atividades "integradas" requerem. Estas, decorrentes do contínuo avanço de pesquisas, são repassadas aos produtores pelas empresas que exigem um retorno, através da matéria-prima, em tempo breve. Os mais jovens não apresentaram certas resistências em incorporar as "novidades".

Mesmo assim, nas propriedades em que havia duas atividades "integradas", a suinocultura e a avicultura, o trabalho realizado pelas pessoas mais velhas, mostrou-se de grande importância, principalmente junto à suinocultura. Enquanto que na avicultura, ficava a cargo dos mais novos por ser uma atividade que exige mudanças e dedicação. E, por isso, os mais idosos não se sentem à vontade para acompanhar algumas mudanças, segundo um entrevistado de 68 anos, morador da localidade de Linha Zamignann:

... já que é assim, que exige muito cuidado, a gente deixa a criação de frangos para os mais novos. E, depois... criar porco? Ah, é diferente! A gente sempre criou porco, desde o tempo que eram criados soltos nas mangueiras. Agora mudou, mas mesmo assim, eu ainda prefiro lidar com porco. Parece que já está assim... com a gente, é uma paixão trabalhar com esses bichinhos.

Esta "paixão", misturada com um certo "saudosismo", da qual se refere o entrevistado, pode ser observada em diversos outros produtores de suínos do município. Especialmente, entre os mais idosos que iniciaram a atividade desde a época quando vieram residir naquelas áreas, como colonos procedentes do Rio Grande do Sul. Assim se refere outro entrevistado: *"...Sim, eu crio porco e vou continuar criando porque sempre tive porco. Desde criança eu já criava porco solto. E esta é a última atividade que vou deixar de fazer."*

Certamente, as empresas que atuam no município, têm se apropriado desta chamada "vocação" de criar suínos e inseri-los no sistema de "integração". E, por "gostarem tanto" de criar suínos, muitos dos produtores acabam absorvendo as instruções técnicas repassadas quanto ao manejo para com estes "bichinhos", como foram carinhosamente denominados por alguns entrevistados. Tais mudanças vêm sendo implementadas num tempo e medida mais maleáveis, pode-se assim dizer, se comparado à avicultura. Porém, têm acontecido nos moldes determinados pelas empresas que acompanham as "necessidades" de um mercado cada vez mais crescente e exigente de produtos alimentícios.

Como vimos, mudanças vêm ocorrendo nas propriedades dos "integrados". Estas podem ter afetado em maior ou menor grau, as relações de trabalho dentro da unidade familiar, já que esta é a maior responsável pela criação de suínos e aves para as empresas na área pesquisada. Assim, todos os membros da família trabalham, cabendo às esposas ou filhas, uma diversidade maior de tarefas a serem executadas na propriedade: o trabalho dentro de casa, a busca de pasto para as vacas, tirar leite, cuidar das crianças (quando possuir), plantar as verduras e miudezas, participar dos cuidados no aviário (quando a atividade "integrada" for a avicultura) e ajudar na roça, quando for possível.

Descrevendo rapidamente, pode ser passada a idéia de que a mulher agricultora não tem muita contribuição nas atividades cuja produção destina-se ao mercado. Porém, percebemos que o cotidiano destas mulheres está imbricado de importância para a manutenção da pequena propriedade, mas fundamentalmente, para a manutenção da família, pois é esta que "toca" a produção.

No dia-a-dia da agricultora, ela necessita fazer e refazer muitas atividades. Às vezes, pode contar com o auxílio das filhas meninas, da mãe ou sogra e, outras vezes, sozinha. Porém, tantas outras atividades na propriedade são desempenhadas pelos homens. Algumas destas atividades, como a suinocultura, a aração das terras e o manuseio com maquinários e agrotóxicos, são os "trabalhos pesados" que ficam ao encargo, quase exclusivo, dos homens. Estes trabalhos são considerados como sendo "serviços para os homens". Por isso, desde logo, os meninos acompanham o pai na roça e ajudam a cuidar dos leitões; vigiando se eles têm água, se estão brigando e participando na "hora do trato". Estes são, entre outros, "serviços mais leves" que a "gurizada ajuda a gente fazer".

Aos poucos, percebe-se a importância da contribuição tanto do trabalho dos homens, das mulheres e também das crianças, nas atividades praticadas na pequena propriedade. Mesmo as crianças, desde cedo, aprendem e ajudam os seus pais na lida diária dos trabalhos no campo, no cotidiano de uma unidade familiar rural que envolve seus componentes nas distintas atividades, que vão para além das atividades da "integração".

3.4 O TRABALHO CONTRATADO

A força de trabalho contratada era pouco praticada nas propriedades entrevistadas. Quando ocorreu, estava associada às atividades agrícolas como no "preparo das roças", na "hora da colheita" ou no carregamento de suínos e/ou aves.

A contratação de trabalhadores temporários acontece esporadicamente quando o produtor sente necessidade de suprir a falta de força de trabalho, principalmente para colher os produtos agrícolas. Neste caso, contratam os "peões" ou "diaristas", como são denominados estes trabalhadores que prestam serviço para os pequenos produtores. O termo "diarista" já sugere que se tratam de trabalhadores que vendem sua força de trabalho "por dia", recebendo o pagamento pelos dias trabalhados.

Dentre os produtos agrícolas, existem alguns que exigem maior cuidado que os outros por conta de sua fragilidade após a maturação. O feijão é um produto que pode ser citado para exemplificar este caso. Já o milho é uma cultura que possui maior resistência em relação às intempéries. Porém, como normalmente é plantada em maior quantidade que os outros cultivos, na época de colher, demanda mais tempo e mais braços também.

Nestes casos, são contratados os diaristas para ajudar a família. Trata-se de pessoas da própria comunidade e/ou pessoas que residem na periferia da cidade. Os agricultores empregam este tipo de trabalho em sua propriedade entre 3 e 10 dias por ano, dependendo do tamanho da lavoura e/ou da quantidade de trabalhadores existentes em sua família. De forma geral, no ano de 2000, pagavam aos trabalhadores, cerca de R\$ 10,00 (dez reais) por dia e mais uma refeição, o almoço. Salientamos porém, que esta prática não ocorre somente nas propriedades de produtores "integrados", sendo comum também entre outros produtores.

Na suinocultura, encontramos um caso em que o "integrado" contratava diaristas para auxiliar no carregamento dos suínos. Nesta propriedade, os trabalhadores contratados eram todos vizinhos e também recebiam R\$ 10,00 pelo trabalho exercido e mais uma refeição, dependendo do horário.

Na avicultura, até 5 anos atrás, era comum a prática da ajuda mútua ou *troca de dias de trabalho*, comumente denominada entre os produtores. Esta prática ocorria no final do ciclo de criação das aves e consistia em reunir um determinado número de pessoas (cerca de 15) para apanhar e carregar as aves até os caminhões. Os envolvidos

nesta prática, normalmente consistiam em pessoas da mesma comunidade, vizinhos ou parentes do produtor "integrado".

A troca de dias de trabalho acontecia entre os "integrados" ou os não "integrados". No primeiro caso, um determinado número de pessoas de uma família participava do carregamento de frangos de uma propriedade, vizinha ou não. Como troca, a família que recebia a ajuda devolvia o mesmo número de braços ou a quantidade de horas equivalentes a este, também no carregamento de aves. No segundo caso, a troca ocorria por ocasião da colheita dos produtos ou em horas de maquinário, como aração de terras com trator. Acontecia ainda, como troca por outros favores, uma "corrida de automóvel", quando alguém necessitava se deslocar e não possuía o veículo.

Até meados da década de 90, PIZZOLATTI (1996, p.219-220), verificou que esta prática de ajuda mútua ainda era utilizada entre os "integrados", apesar da maioria utilizar trabalho contratado por ocasião do carregamento das aves. Em nosso trabalho, verificamos que esta prática de ajuda mútua estava desaparecendo no município de Quilombo. Encontramos apenas uma propriedade que utilizava para o carregamento de frangos e segundo o produtor:

... a gente ainda troca os dias entre nós, porque somos da mesma família. Senão não dá mais certo, ninguém mais quer, ninguém tem tempo. Ou quando tem, prefere fazer seu trabalho antes, somente depois vai ajudar o outro. Então, não é mais fácil como antigamente encontrar pessoas para ajudar a trabalhar.

Nos demais estabelecimentos visitados, o carregamento das aves tem sido efetuado por uma empresa prestadora de serviço. Como previsto por PIZZOLATTI (1996, p.233), o carregamento de aves, hoje se constitui num trabalho específico. O serviço é quarteirizado, pois estes trabalhadores ficam em um quarto nível. Os produtores "integrados" contratam uma empresa de carregamento que, por sua vez, contrata os prestadores de serviço, os "galeteiros", chamados assim por carregarem galetos.

No município estudado, apenas uma empresa atuava no ramo de carregamento de aves. O responsável pela empresa organiza equipes de trabalhadores, para o carregamento de frangos em cinco municípios vizinhos a Quilombo. Quando os avicultores possuem a data definida de entrega das aves, imediatamente informam ao responsável da empresa de carregamento a fim de que seja agilizada a organização da equipe de "galeiteiros". O criador informa o dia em que será feito o carregamento, o horário, a quantidade de frangos, o tamanho do aviário (50 ou 100m) e, se as aves são machos, fêmeas ou mistos. Esses dados são necessários para saber o número de trabalhadores necessários para o carregamento dos frangos. Os dados para o carregamento são informados via telefone e, no caso dos produtores que não dispõem de telefone, informam pessoalmente no escritório da empresa.

Após marcar a data de carregamento, faz-se necessário a organização das equipes. Os interessados em trabalhar no carregamento dirigem-se à empresa e são inscritos numa lista. No passo seguinte, o candidato acompanha a equipe no carregamento de um lote de aves para apreender algumas técnicas aplicadas ao específico trabalho. Segundo o responsável pela empresa, o candidato precisa apresentar *"força de vontade para trabalhar e condicionamento físico apropriado"*. Caso passe no teste, o "novo galeiteiro" que poderá compor as equipes constituídas de 15 a 18 pessoas e aguardar ser chamado para participar de um carregamento.

Os trabalhadores do carregamento de frangos possuem idade variando entre 16 e 35 anos. Alguns são os únicos da família a trabalhar na atividade e outros possuem irmãos, pais e/ou tios que também participam no carregamento de aves. A maioria destas pessoas é do próprio município de Quilombo. Muitas destes trabalhadores deixaram a zona rural e foram para a cidade, vislumbrando melhorar suas condições de vida através de um possível trabalho assalariado na cidade. Porém, com a reduzida possibilidade de oferta de emprego, estas pessoas residem hoje nas áreas periféricas da cidade de Quilombo e em condições de vida indignas.

Estes trabalhadores desempregados, em sua maioria, têm no carregamento de frangos a única opção de trabalho. A remuneração deste se converte na principal fonte

de ganhos monetários e, em alguns casos, da família. Outros conseguem trabalho como diaristas na área rural, nos dias em que não há carregamento nos aviários. Segundo o depoimento de um dos "galeiteiros", *"... é preferível trabalhar como diarista do que carregar frango. Não que o trabalho de carregar frango seja pesado, mas é muito mais intenso, o trabalho é bastante puxado"*. A preferência ocorre principalmente, em função do horário de trabalho. Na roça eles trabalham durante o dia e descansam à noite. Enquanto que no carregamento de frangos, eles não têm opções de dias e horários para o carregamento. O trabalho pode ser efetuado durante o dia, bem como no período noturno, pois quem determina o dia e horário de carregamento é a empresa de aves e, uma vez marcado, o carregamento necessita ser realizado. Nesse sentido, os carregadores dizem que esta atividade torna-se muito cansativa e, por isso, apontam o trabalho na lavoura como uma certa preferência, embora apontem um "problema": *"os agricultores quase não estão pegando peão para trabalhar na roça e então, a gente quase não pode trabalhar na lavoura"*.

Esta redução da contratação de trabalhadores temporários na agricultura, da qual os entrevistados se referem, pode estar correlacionada com a substituição do trabalho braçal pelo uso de agrotóxicos. Nas palavras de um outro entrevistado, é a "substituição da enxada pelos venenos". Assim, o aumento do uso de agrotóxicos nas pequenas propriedades rurais de Quilombo, tem levado a dedução da mão-de-obra contratada temporariamente e também da mão-de-obra familiar, no cultivo de alguns produtos. Os herbicidas são usados principalmente nas culturas de milho e feijão para combater as ervas daninhas. Então, na mesma área onde era efetuada a capina, por membros da família ou pelos peões, hoje ela está sendo deixada de lado pela praticidade dos "venenos".

Dada a limitação de oferta de empregos no município e as precárias condições de vida em que se encontram estas pessoas, o carregamento de aves ainda parece ser uma das únicas possibilidades por eles vislumbradas. Assim, estas pessoas dispõem-se a trabalhar no carregamento de aves e recebiam R\$ 5,00 (cinco reais) por aviário de 100m, no ano de 2000. Uma equipe de 16 pessoas, por exemplo, carrega em torno de

14.500 aves mistas (macho e fêmea) num aviário de 100m, gastando em torno de 3 horas de trabalho intenso, além do deslocamento.

No ano de 2000, para que fosse efetuado o carregamento das aves de um aviário de 100m, o produtor pagava ao responsável R\$ 140,00 e para um aviário de 50m, R\$ 75,00. Deste valor são subtraídos os gastos com combustível e depois, feito o pagamento dos peões. Se cada peão recebia R\$ 5,00, o gasto total que a empresa tinha com o pagamento de seus 16 peões era de R\$ 80,00, restando R\$ 60,00 para as outras despesas de manutenção, depreciação do veículo e ganhos.

As pessoas que trabalham no carregamento de aves, muitas delas, são pessoas que, historicamente, ficaram "*largadas por aí*", na fala de um produtor. Estes, caboclos e filhos de outros pequenos produtores que se encontram numa mesma situação. Foram para a periferia da cidade e, sem uma qualificação profissional, uns acabam arrumando um emprego, outra grande parte fica desempregada. Eles procuram sobreviver com um trabalho aqui e outro ali. Em Quilombo, algumas dessas pessoas formam as equipes dos "galeiteiros" e trabalham no carregamento de aves. Estes trabalhadores compõem parcela da sociedade marcada pela exclusão.

CAPÍTULO IV

A AVICULTURA "INTEGRADA"

A concentração da produção de matéria-prima não é o único fator a ser levado em consideração pelas agroindústrias quando se trata de competitividade. A avicultura moderna resulta de avançadas técnicas de engenharia genética, aplicadas à produção industrial de carnes animais. Por possuir alto grau de conversão de cereal em carne, o frango é o animal que melhor se adapta à produção maciça de carnes a menores preços. Com todo o controle genético, confinamento e a regulação alimentar, são reduzidos ou quando não eliminados diversos determinantes naturais do ciclo de reprodução biológica do animal (SORJ, 1982).

Para tanto, empresas especializadas vêm desenvolvendo todo um aparato de instrumentos que ofereçam condições para possibilitar um melhor rendimento de carne no menor espaço de tempo. Assim, alguns equipamentos são utilizados exclusivamente no inverno, enquanto outros, servem para amenizar as altas temperaturas dos longos dias de verão.

Torna-se imprescindível dizer que as mudanças, tanto aquelas referentes à constituição genética dos animais, quanto aquelas voltadas aos equipamentos, são exigências que as empresas "integradoras" repassam aos "integrados" criadores de aves. Dentre as duas empresas que atuam no município de Quilombo, a Aurora era a mais representativa entre os "integrados" entrevistados com 60%, enquanto a Chapecó Avícola possuía 40%.

Quanto a construção dos galpões para abrigar as aves, dentre os avicultores entrevistados, 10% possuíam aviários de 150 metros (1.800m²), 20% possuíam aviários de 100m (1.200m²) e 70% destes, possuíam aviários de 50m (600m²), representando a maioria. Quanto ao seguro do aviário, parte dos avicultores "integrados" com a Aurora pagam o "seguro mútuo". Este seguro cobre despesas contra vendavais e

chuvas de granizo. Assim, quando ocorrem problemas dessa natureza, atingindo um dos aviários daqueles avicultores que pagam o seguro, todos os assegurados contribuem para o "(re)estabelecimento" do produtor atingido.

O seguro do aviário estava sendo pago individualmente por cerca de 50% dos entrevistados, individualmente ou em forma de seguro mútuo que é considerada uma forma de seguro bastante eficiente, segundo os avicultores. Se a empresa exigisse que o seguro fosse de forma individual, muitos deles não teriam pagado em decorrência das elevadas despesas com o mesmo. Neste sentido, constatamos que a maioria dos entrevistados que pagavam seguro assegurava apenas o aviário. Os demais avicultores entrevistados não possuíam nenhuma forma de seguro, tanto para o aviário quanto para as demais benfeitorias.

O seguro tem a finalidade de proteger o patrimônio do avicultor e pode ser visto também, como interesse da empresa em precaver-se da falta de matéria-prima e outros transtornos advindos dos possíveis contratemplos. Os avicultores pagam o seguro mútuo com a importância descontada na folha de pagamento pela empresa, quando da entrega dos lotes de aves.

Quando um técnico destas empresas visita as propriedades "integradas", ele verifica os diversos itens de manutenção das instalações que "precisam" ser controlados pelo produtor. O técnico leva consigo uma listagem onde constam todos os equipamentos do aviário e os diversos manejos que necessitam ser realizados com os animais (anexo 01). A cada visita técnica são checados e registrados todos os itens para saber se o produtor está agindo corretamente ou não. Os itens incluem cuidados com o acesso ao galpão, organização externa do aviário, arborização, pintura, área de serviço, cortinado, cama, comedouro, bebedouro, sistema de ventilação, nebulização, sobra de ração, desinfecção, entre outros.

Em cada lote de frangos, é normal ocorrer à mortalidade de um determinado número deles, que varia de acordo com o tamanho do aviário. O "integrado" deve contabilizar diariamente, o número de aves mortas. Para tanto, ele recebe da empresa uma planilha e fica à disposição do técnico, na entrada do aviário. Além desta planilha,

o produtor recebe ainda, uma série de outras recomendações técnicas referentes ao manejo dos animais e equipamentos para uso no verão e no inverno, na falta de luz e procedimentos para a limpeza e desinfecção dos equipamentos e do aviário (anexos 2, 3 e 4). Ao entregar o lote de aves para a empresa, todos estes itens são analisados e, junto a outros de posse da empresa, servem de base para a elaboração da folha de pagamento ao "integrado".

Um dos itens avaliados pela empresa é a taxa de conversão alimentar. Esta taxa consiste em dividir a quantidade de ração consumida pela quantidade de carne produzida em cada lote entregue. Através desta, a empresa certifica-se também, se o produtor desviou a ração destinada às aves. Dentre todos, esta taxa é um dos principais itens que contribui para a definição do nível de produtividade. A partir deste, é calculada a parcela que o produtor vai receber como pagamento. Por isso, ao receberem as notas de pagamento, os produtores ficam atentos ao índice de conversão alimentar que, muitas vezes, torna-se motivo de inquietação e desgosto. Mesmo não compreendendo exatamente como a empresa determina o índice de cada lote, o produtor já sabe que, quanto maior o índice, menor será o preço a ser recebido pelo seu trabalho despendido.

O tempo de espera para recebimento de um lote de pintos pode variar entre 07 e 20 dias. Neste intervalo de espera, o produtor necessita fazer a limpeza do aviário e dos equipamentos, além da desinfecção (anexo 04). A cada troca de lote, o criador faz uma substituição parcial da cama do aviário dentro dos semicírculos formados com folhas de compensado, onde os pintinhos ficam na primeira semana de vida. Normalmente, o material mais utilizado para compor a cama é a maravalha, ou seja, aparas de madeira provenientes de serrarias, fábrica de móveis, entre outros. Porém, recentemente, alguns criadores têm se utilizado de papel em substituição à maravalha, alegando que os gastos na aquisição do papel são menores do que com a maravalha. Uma vez por ano, faz-se necessário uma limpeza e desinfecção completa do aviário, quando faz-se também a troca completa da cama do aviário por outra nova.

Em virtude de tantos afazeres e cuidados, dentre as atividades exercidas pela família, a avicultura é a que mais demanda tempo e trabalho, continuamente, segundo

os próprios avicultores. No município em estudo, os avicultores foram unânimes em afirmar que, para cuidar de um aviário, seja de 50 ou 100 metros, é indispensável a presença de pelo menos um trabalhador. Conforme salientou um criador, torna-se necessário que um membro da família dedique-se a esta atividade: "*...o tempo todo tem que ter alguém que esteja no aviário ou ali por perto. Não dá pra deixar o aviário sozinho, de forma alguma*".

Geralmente ocorre um revezamento entre os membros da família para que todos aprendam a cuidar das aves e para que, em caso de necessidade, o aviário não fique "abandonado". Dependendo dos equipamentos disponíveis, em determinados momentos o trabalho é mais intenso e exige maior esforço, como na hora da alimentação. Outras atividades mais rotineiras como o cuidado com os pintinhos, abrir ou fechar o cortinado do aviário, a limpeza e manutenção de alguns tipos de bebedouros e comedouros, podem ser executadas por idosos e, até mesmo, pelas crianças.

A grande maioria dos entrevistados afirmou que procuram conciliar as diversas outras atividades na propriedade com a avicultura. Além disso, ainda conseguem manter-se, porém de forma mais restrita, ligados à comunidade onde residem. Para isso, torna-se indispensável a presença de um membro da família na propriedade:

...Mesmo no domingo ou dia santo, tem que ter alguém ali por casa para cuidar do aviário. Então, quando a gente quer sair para passear, ir na Igreja ou na cidade, a gente se troca um como outro, assim... Porque não se pode abandonar, nem as coisas que se tem para fazer e nem o aviário.

Outro produtor nos disse que sua família nunca deixou de participar das atividades desenvolvidas na comunidade por causa do aviário. Mas que, por isso, era necessário que todos os membros da família colaborassem: "*... nós nunca deixamos de ir à Igreja, de participar das reuniões da comunidade. Eu até vou jogar bocha ou baralho no domingo à tarde.*"

Porém, outro produtor afirmou que a rotina mudou demais na propriedade após a "integração", principalmente pela escassez, cada vez mais acentuada, de mão-de-obra. Por isso, alegou não dispor de tempo para outras atividades que envolvam vizinhos ou comunidade, como era acostumado:

...Abandonamos mesmo, de vez em quando alguém aqui em casa vai ao culto, no domingo. Mas sair todo mundo não dá, se um sai e outro fica, também não dá certo. Então, na maioria das vezes, fica todo mundo em casa. A gente faz os serviços e descansa um pouco.

Percebemos ainda que, tanto os homens quanto as mulheres, desempenham diversas tarefas na avicultura. Os demais trabalhos, normalmente, são realizados com a colaboração dos familiares, uma vez que a atividade "integrada" não costuma ser a única da propriedade.

Contudo, a criação de aves é uma das atividades que vem se concentrando, especializando e num ritmo, cada vez mais, acelerado. Como um exemplo de concentração, em 1996, a quantidade de aves criadas, num período de 32 a 40 dias, num aviário de 100 metros, era cerca de 12.600 cabeças, segundo PIZZOLATTI (1996, p.13). Em pesquisa de campo realizada no ano de 2000, pudemos constatar que, num mesmo período de tempo e num aviário do mesmo tamanho, o número de aves chegou perto de 16.000 cabeças. Considerando que, durante um ano é possível criar sete ou oito lotes, o número de aves criadas por uma família pode ser considerado bastante expressivo. Uma unidade familiar é capaz de criar, além de outros animais, mais de 128.000 frangos por ano se tiver um aviário de 100m de comprimento ou 1.200m². Ao compararmos estes números com os de 1996, podemos perceber a gradativa concentração de produção pela qual a avicultura vem passando, a exemplo do que vem acontecendo também com a suinocultura.

Quanto às inovações dos equipamentos para os aviários e manejo com os animais, encontramos realidades bastante diferenciadas entre os "integrados" entrevistados. Enquanto alguns possuíam equipamentos considerados modernos em seus aviários, outros se encontravam em estágio bastante "atrasado", conforme os próprios produtores e técnicos. Havia ainda os que se encontravam em fase intermediária, possuindo parte dos equipamentos novos e parte antigos.

Encontramos apenas um criador que ainda possuía o sistema de bebedouros em forma de calha. Este sistema foi um dos primeiros a serem introduzidos na avicultura e, atualmente, é considerado ultrapassado. Por ser em forma de calha, e por isso aberto, permite que as aves respinguem água no chão, umedecendo a cama do aviário (foto 04). Com a umidade, pode ocorrer a propagação de fungos e afetar a saúde das aves, principalmente dos pintinhos.

Nas demais propriedades visitadas, estava instalado o sistema de bebedouro automático, do tipo *nipple* (foto 05) e considerado o mais moderno. Neste sistema, a água encontra-se num encanamento e, a cada 20 ou 30cm, há adaptação de um *nipple*. Este dispositivo possui uma ponta metálica que, ao ser acionada pelo bico das aves, libera a água necessária ao consumo das mesmas, sem molhar o chão do aviário.

Outro fator a ser considerado pela introdução desse sistema de distribuição de água refere-se a redução do tempo gasto em limpeza. No caso dos bebedouros "antigos", a limpeza necessita ser efetuada diariamente. Com o novo sistema, tal tarefa ficou dispensada. Assim, pelo menos duas horas de trabalho diário são poupadas e utilizadas para executar outras tarefas na propriedade. A altura do bebedouro é regulada conforme o crescimento das aves. No ano de 2000, um conjunto completo deste equipamento, contendo também um dosador de medicamentos e filtro de água para um aviário de 1.200m², custava R\$ 5.200 na empresa A e R\$ 6.140 na empresa B.

Novas tecnologias voltadas à avicultura vêm sendo desenvolvidas constantemente e, com o fornecimento de água para as aves, não poderia ser diferente, embora haja "vantagens" que o sistema de bebedouro *nipple* vem proporcionando. Nesse sentido, junto ao escritório da empresa de carregamento de aves no município de Quilombo há, estrategicamente, um espaço reservado para uma empresa que atua com representação de uma fábrica de equipamentos para avicultura. Assim, quando um avicultor vai procurar o serviço de carregamento, o responsável pela empresa aproveita e oferece os últimos lançamentos de equipamentos que se encontram disponíveis na loja. Como tivemos a oportunidade de acompanhar, em certa ocasião, quando visitávamos o estabelecimento comercial, uma funcionária mostrou o novo

equipamento e explicou ao produtor as "vantagens" que o mesmo poderia proporcionar à criação de aves. Segundo ela, aquele era o último lançamento de bebedouros automáticos e servia para não deixar cair "nenhuma gota de água no chão do aviário". Salientou ainda, a importância em evitar a umidade da cama do aviário, na tentativa de convencer o avicultor em adquirir o material.

Tratava-se de um acréscimo ao bebedouro tipo *nipple*, sendo o dispositivo em forma de colher ou tacinha de plástico (foto 06), para reter as gotas de água que, por ventura, possam cair na cama do aviário quando a ave acionar o bebedouro. A partir da existência de um novo equipamento ou acessório, induz ao criador a adquiri-los em busca de uma melhor produtividade. No caso que acompanhamos, o produtor não adquiriu as "tacinhas" para o bebedouro, mas adquiriu um ventilador. Ao saber da existência, este produtor poderá falar aos demais sobre a novidade. E, mais cedo ou mais tarde, acabam adquirindo o produto, seja por iniciativa própria ou por um "pedido" da empresa que sugere equipamentos "eficientes".

A tacinha para o bebedouro tipo *nipple*, era considerado (no momento da entrevista), juntamente com o sistema de aquecimento central (conforme veremos adiante), a última novidade em termos de equipamentos para os aviários. E, mesmo assim, dois avicultores no município em estudo, já haviam adaptado o sistema de bebedouros com as "novas" tacinhas e, pelo menos três, haviam adquirido o sistema de aquecimento central, segundo informações do revendedor que acrescentou: "... *estes sim, estão sempre acompanhando o que tem de mais moderno.*"

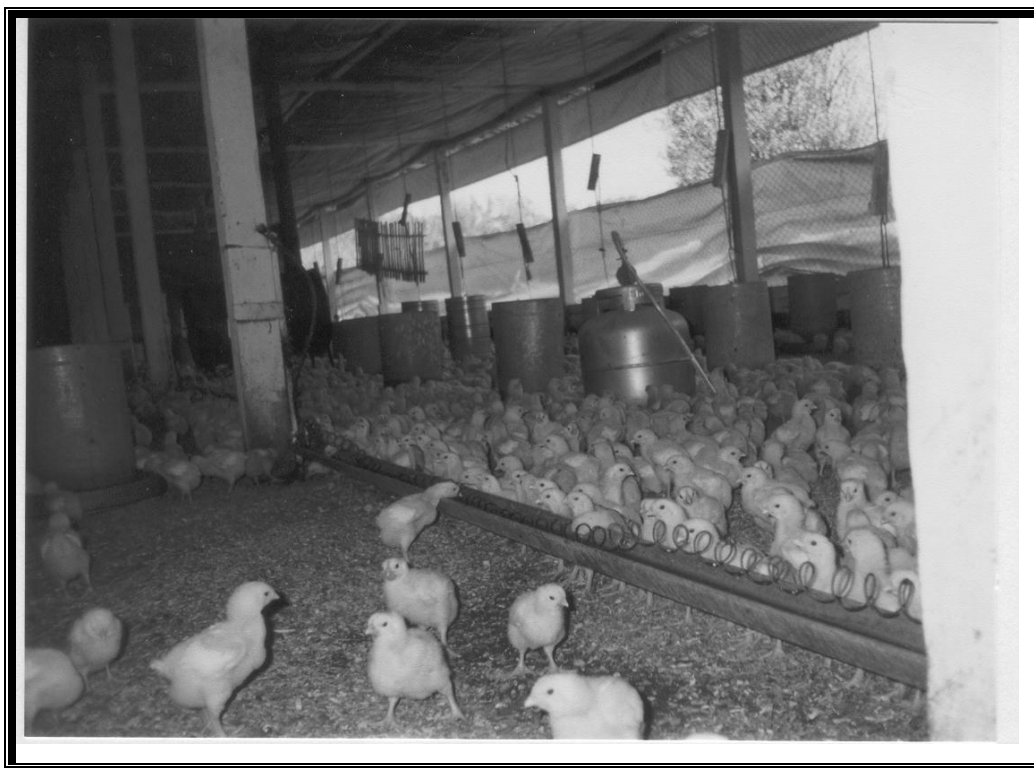


Foto 04 - O bebedouro em forma de calha é considerado anti-higiênico, pois permite que as aves respinguem ração dentro do mesmo e água na cama do aviário. Apesar disso, ainda pode ser encontrado em algumas propriedades. Porém, as empresas já não permitem que novos "integrados" se utilizem desse sistema para fornecer água às aves.

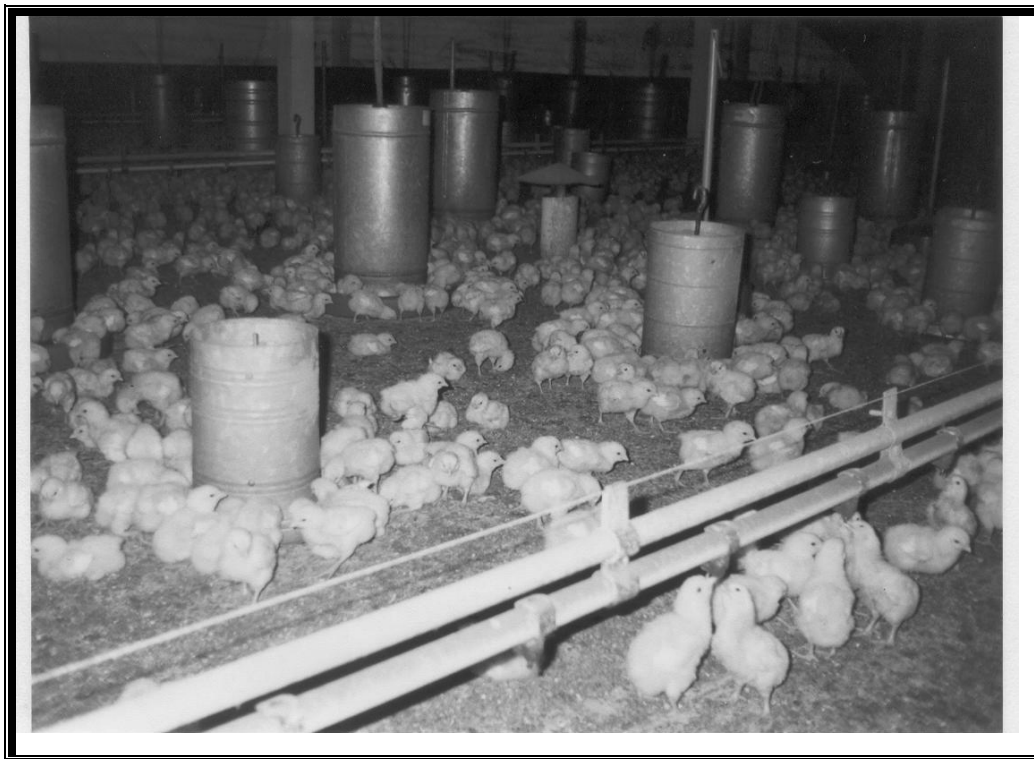


Foto 05 - O bebedouro automático *nipple* é o sistema de fornecimento de água mais indicado, segundo técnicos e produtores.

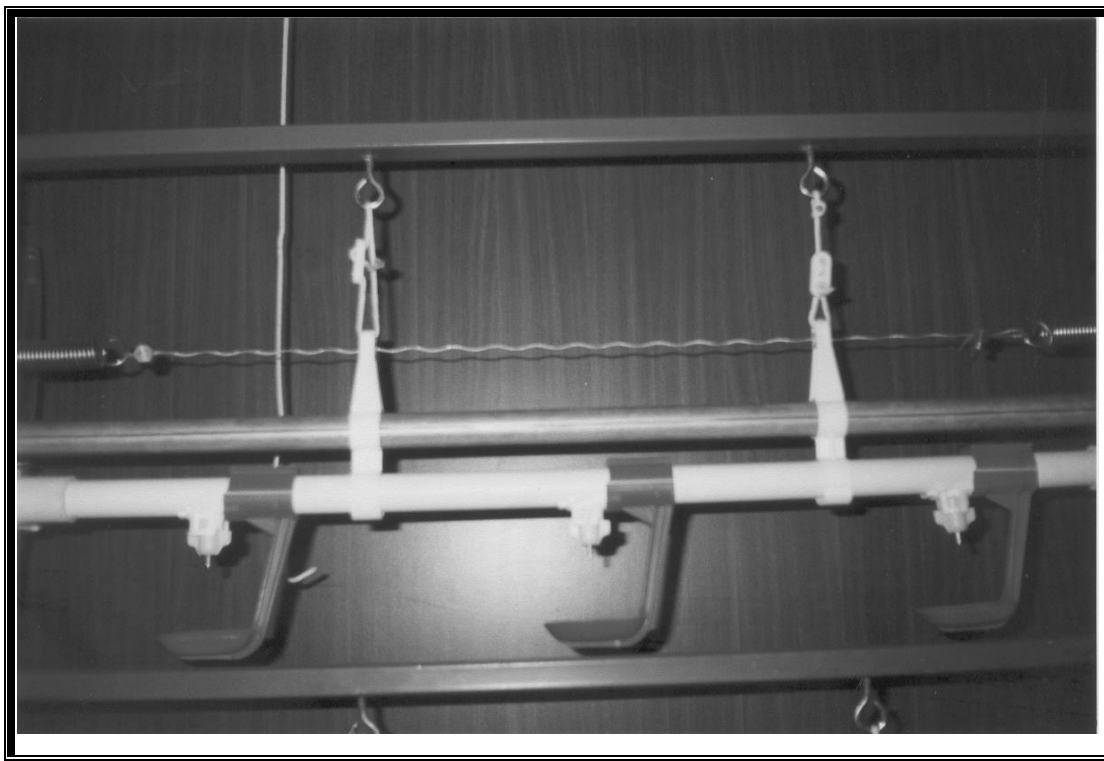


Foto 06 - A mais recente inovação em termos de equipamentos para avicultura, no momento de nossa pesquisa, eram as "tacinhas" para acompanhar o bebedouro automático *nipple*.

Os novos equipamentos ou acessórios são difundidos pelos técnicos das empresas que, eventualmente, possuem algum tipo de "ligação" com as empresas fabricantes. Nesse sentido, eles procuram mostrar ao criador, todos os "benefícios" que as novidades podem proporcionar às aves. A empresa "integradora", representada pelo técnico, interessa-se pelo êxito de seu criador. Por isso, passa a recomendar a mudança dos equipamentos antigos por mais modernos, com a finalidade de poupar tempo e receber um pouco mais de dinheiro.

Porém, o tempo liberado com o uso dos novos equipamentos não é, necessariamente, gasto com o lazer ou descanso. A esposa de um produtor afirmou o contrário e resume em poucas palavras, o que fazem para ocupar este tempo poupado:

... Nós nos obrigamos a colocar o comedouro automático pela falta de mão-de-obra, se não fosse isso, nós não teríamos colocado. Então, o tempo ganho no aviário, a gente gasta na lida da roça e no cuidado com os porcos, vaca de leite, tudo. Como o equipamento do aviário facilita e é prático, nós colocamos! Mas não pense que a gente ganha

muito por isso, viu? É um investimento muito grande. Até terminar de pagar tudo... meu Deus! Ali a pouco aparece outra coisa para comprar no aviário e assim vai, sabe como é... fazer o quê?!

Portanto, geralmente o tempo poupado numa atividade é utilizado em outros afazeres. Ao aumentar a produção e/ou a produtividade, não está havendo, necessariamente, um maior rendimento em termos financeiros para o "integrado". Na propriedade de um entrevistado havia dois aviários de 50m cada e o conjunto de comedouro automático tinha sido instalado em apenas um dos aviários. Segundo o produtor, após o término do pagamento pretendia comprar o equipamento para o segundo aviário.

O comedouro automático (foto 07) possui um sistema em forma de U, distribuindo ração automaticamente, por toda a extensão do aviário. Através de uma tubulação que parte do silo, a ração é enviada para cada bandeja do comedouro, com auxílio de uma espiral interna à tubulação. A última bandeja componente do conjunto, é de metal e possui um sensor acionado quando a ração chega até ela, sinalizando que todas as demais estão cheias. A partir disso, ocorre o desligamento automático do aparelho.

Um conjunto completo deste sistema de abastecimento de ração para um aviário de 100m, sem incluir o silo, custava em 2000, R\$ 8.000,00 na empresa A e R\$ 10.295,00 na empresa B. De modo semelhante ao bebedouro automático, o comedouro também é utilizado do início ao fim da criação das aves, tendo sua altura regulada conforme o crescimento dos animais. Os pratos permanecem os mesmos, sem haver necessidade de mudanças como ocorre em outros sistemas de alimentação.

Apenas em duas propriedades entrevistadas havia sido implementado este sistema de comedouros automáticos. Na grande maioria, predominava o sistema de comedouros tubulares, em que todo trabalho de preenchimento de ração era realizado de forma manual. Com auxílio de um carrinho, a ração é transportada e distribuída em cada comedouro (foto 08). Num aviário de 100m, há cerca de 60 comedouros com capacidade para 4kg de ração em cada um. Os pratos para a ração mudam de acordo com a fase de vida das aves.



Foto 07 - O comedouro automático de prato possibilita distribuir o alimento para cerca de 14 mil aves sem que o avicultor necessite percorrer pelo aviário. Com isso, há uma possível redução do tempo gasto para com o trato das aves. Na foto, os comedouros do aviário encontravam-se suspensos porque as aves estavam prestes a serem carregadas.



Foto 08 - Com auxílio de um carrinho de mão para transportar a ração dentro do aviário, o avicultor necessita abastecer, manualmente, cada um dos comedouros tubulares.

A atividade de alimentação das aves exige muito trabalho da família "integrada". Como exposto anteriormente, quanto mais antigos forem os equipamentos do aviário, maior será quantidade de mão-de-obra necessária para o manuseio dos mesmos. Por isso, há necessidade do engajamento de um maior número de braços na atividade, principalmente na fase inicial e no período próximo ao carregamento. Na fase inicial, em especial na primeira quinzena de vida, os pintos requerem muitos cuidados. Nesse período, eles não podem sentir frio em excesso, podendo contrair doenças e ocasionar a morte dos mesmos. Já na fase adulta, eles não podem sentir muito calor e asfixiam-se com facilidade. Por isso, a cada semana, o produtor necessita adequar a temperatura interna do aviário (entre 22 e 35°C) de acordo com a idade das aves, como expresso na tabela 03.

Tabela 03 - Temperatura ideal para frangos de corte	
Idade	Temperatura
1ª semana	35 a 30°C
2ª semana	30 a 28°C
3ª semana	28 a 26°C
4ª semana	26 a 24°C
5ª semana até o abate	24 a 22°C

Fonte: Coopercentral/Aurora. Departamento técnico de avicultura, 2000.

Os produtores foram unânimes em afirmar sobre as dificuldades em adequar a temperatura ideal para cada fase de crescimento das aves: "*... a gente tenta fazer tudo direitinho, mas parece que nunca é suficiente: ou está muito frio ou muito quente. O técnico sempre exige mais e mais. Às vezes, a temperatura está melhor dentro do aviário do que dentro de nossa própria casa*". Por ser uma tarefa difícil de conseguir, precisa de alguém que conheça bem o manejo dos equipamentos e, principalmente, investimento em equipamentos mais modernos.

O controle da temperatura interna do aviário ocorre de forma artificial e pode ser refrescada no verão e aquecida no inverno. Os períodos em que apresentam temperaturas extremas, quente ou frio demais, os cuidados para com os animais precisam se redobrados. Para tanto, os avicultores podem escolher um ou mais artifícios para manter a temperatura constante no interior dos aviários. A escolha dos mesmos varia de acordo com a possibilidade financeira de cada produtor.

As formas de aquecimento do aviário mais tradicionais e utilizadas, entre os entrevistados, foram a queima de lenha dentro de tambores e a combustão do gás de cozinha nas campânulas (foto 09). Normalmente, os produtores buscam conciliar as duas formas, de modo a economizar dinheiro com a compra de muito gás. A lenha, utilizada para queima nos tambores, provém do próprio estabelecimento. Para tanto, os "integrados" estão sendo "incentivados" a plantar mudas de árvores, como vimos no capítulo 02. Um dos principais inconvenientes do sistema de aquecimento, principalmente nas noites frias, é que os produtores necessitam alimentá-lo com lenha, constantemente.



Foto 09 - Neste aviário, o avicultor utiliza-se de tambores (em primeiro plano) e de campânulas à gás (ao fundo, no alto) para fazer o aquecimento do ambiente.

Encontramos três casos em que o aquecimento do aviário estava sendo efetuado a partir da queima da lenha, porém, de forma diferenciada dos demais. A queima ocorria numa "central de aquecimento à lenha". Segundo o técnico responsável de uma empresa de aves, este é o sistema mais moderno que existe no mercado, além de ser considerado mais prático.

O conjunto é composto por uma fornalha, um sistema de tubulação e um controlador automático de temperatura ou painel de controle. Da fornalha, que é de metal e fica na parte externa do aviário (foto 10), partem o sistema de tubos subterrâneos do aviário e uma fiação ligada ao controlador. As tubulações possuem terminais espalhados em diversos pontos do aviário. Cada terminal possui uma chaminé (foto 11) com cerca de 30cm de altura por onde chega o ar aquecido proveniente da fornalha.



Foto 10 - Com a fornalha o avicultor reduz suas inúmeras idas ao aviário para alimentar o aquecedor com lenha. A fornalha possui um sistema de fechamento bastante eficiente permitindo assim, aproveitar o máximo possível do calor produzido com a queima da lenha.

O controlador fica instalado dentro do aviário, no mesmo ambiente em que as aves se encontram. Através dele, o criador programa a temperatura desejada dentro do aviário e aciona o sistema. Quando a temperatura atinge a programada, o aparelho desliga automaticamente e permite manter uma certa homogeneidade na temperatura interna do aviário. Uma das maiores conveniências do painel de controle de temperatura é que o produtor não necessita fazer a vigia constante para verificar a temperatura do aviário, já que o aparelho possui esta função.

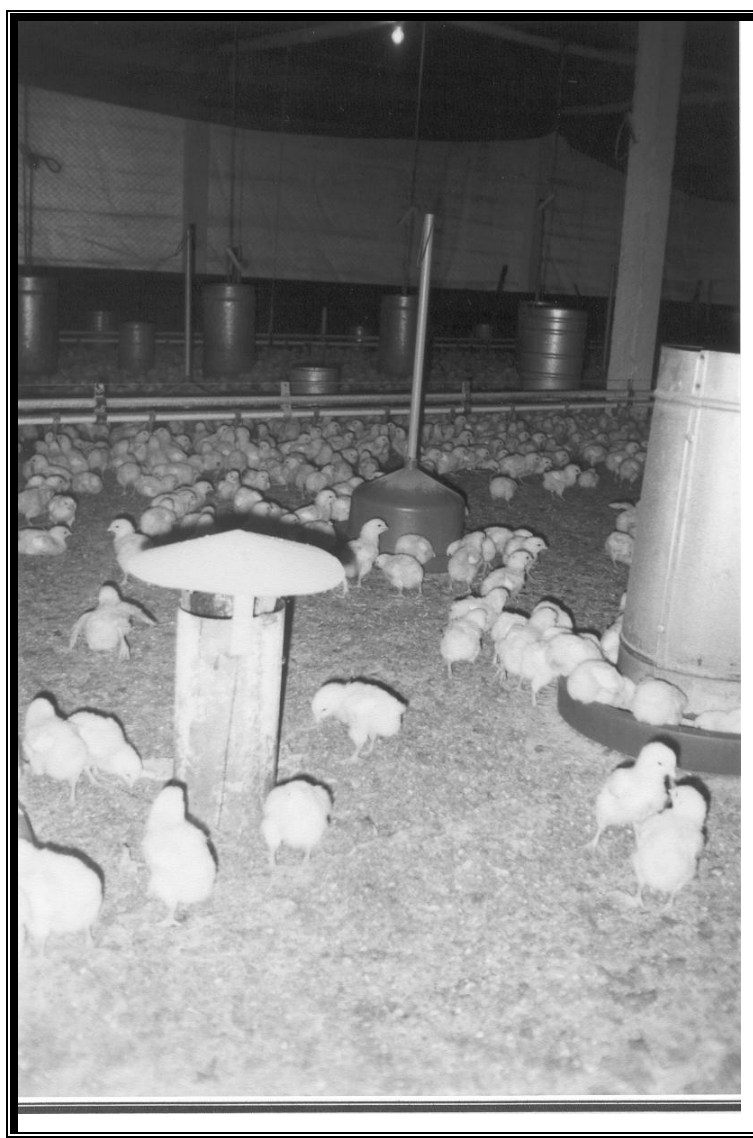


Foto 11 - Os terminais do sistema de aquecimento, em forma de chaminé, possibilitam espalhar o calor por toda a extensão do aviário.

A central de aquecimento, composta pelo conjunto de tubulações e a fornalha, estava sendo vendida, em outubro de 2000, por R\$ 3.800,00 na empresa A e por R\$ 4.000,00 na empresa B. A maioria dos avicultores entrevistados não tinha tido condições financeiras para adquirir tal equipamento e continuavam com as idas e voltas aos aviários (entre três e quatro vezes por noite), para controlar a temperatura dentro dos aviários.

Os produtores falaram que o pior período para "enfrentar" é o inverno. Ao sair de casa durante a noite, o produtor enfrenta um contraste de temperaturas de dentro de casa, do ambiente externo e de dentro do aviário. Em determinadas noites do inverno, as temperaturas chegam a ser negativas, inclusive com formação de geadas. Os criadores podem sofrer um choque térmico, com a ocorrência de doenças como gripes, resfriados e outras relacionadas ao sistema respiratório. Salientaram ainda, que os momentos em que o aviário exige maiores cuidados, também coincide com as noites mais frias do ano e quando as aves se encontram na fase inicial de vida.

Há, ainda, um outro componente que auxilia na manutenção da temperatura interna do aviário. A lona plástica, antes utilizada somente na parte externa ao aviário, atualmente é empregada também na parte interna. Faz parte do chamado "casulo" e consiste num revestimento em toda a extensão do aviário, nas laterais e na parte superior. Este casulo possibilita um melhor aproveitamento do calor produzido pelos aquecedores, no inverno. No verão, as laterais do casulo são suspensas, de modo a possibilitar uma melhor circulação de ar, sendo mantidas as lonas da parte superior do casulo.

Podem ocorrer noites de frio intenso no inverno e, em contrário, dias abrasadores no verão. Para tanto, o principal cuidado passa a ser com as aves já crescidas, para evitar seu sufocamento. Assim, o "integrado" necessita buscar uma ou mais maneiras de deixar a temperatura do interior do aviário mais amena. Com este propósito, recorre ao uso do nebulizador e dos ventiladores, aparelhos existentes nos aviários conforme a exigência das empresas "integradoras".

Os ventiladores ficam distribuídos por todo o aviário. Em um aviário de 100m de comprimento, por exemplo, são necessários 12. Os aparelhos devem ser ligados quando a temperatura ultrapassar a 25°C e desligados somente quando a temperatura baixar de 25°C. O conjunto de nebulização possui um encanamento com orifícios extremamente finos, por onde a água é exalada em cerca de 2 metros de altura do chão do aviário. Este necessita ser ligado quando a temperatura for superior a 28°C e desligado quando a mesma baixar para 25°C.

Com o auxílio dos ventiladores, a água aspergida pelo nebulizador é espalhada e forma uma névoa sobre as aves. Usados em conjunto, eles são capazes de deixar a temperatura bastante amenizada interior do aviário. Além disso, a recomendação técnica é que durante o verão, a água fornecida às aves ou no nebulizador, esteja a uma temperatura inferior a 21°C. Para resfriar a água, pode ser utilizado gelo na caixa da água e do nebulizador. Para equipar um aviário de 100m de comprimento com o conjunto de ventiladores e nebulizador, o avicultor necessitava pagar R\$ 3.130,00 na empresa A e R\$ 3.315,00 na empresa B, no ano de 2000.

Dentre os principais equipamentos componentes de um aviário, existe ainda o relógio programador de luz ou *timer*. Este relógio aciona as lâmpadas automaticamente, de modo a prover o aviário de claridade para que as aves possam alimentar-se continuamente. As aves recebem luz artificial para que se alimentem, mesmo à noite. Com mais horas de claridade, as aves se alimentarão e resultarão num crescimento mais rápido. Conforme a tabela abaixo, na primeira semana as aves são induzidas a comer mais, uma vez que ficam a maior parte do tempo com luz. A quantidade de horas/luz varia de acordo com a fase de vida das aves.

Tabela 04 - Programa de luz para frangos			
Idade			
1ª semana	2ª semana	3ª semana	4ª semana
Programar duas horas de escuro intercaladas no meio da noite	Programar duas horas de escuro e uma hora de luz. Ligar a luz ao anoitecer.	Programar uma hora de luz, seguida de uma hora de escuro. Ligar a luz ao anoitecer.	Programar duas horas de luz, seguido de uma hora de escuro. Ligar a luz ao anoitecer.
2 horas de escuro	8 horas de escuro	6 horas de escuro	4 horas de escuro

Fonte: Coopercentral/Aurora. Departamento técnico de avicultura, 2000.

A quantidade de equipamentos para compor um aviário é bastante significativa. Se, no caso, um produtor quisesse equipar seu aviário de 100m de comprimento ou 1.200m² de tamanho, contando com o galpão já estivesse construído, o mesmo necessitaria gastar entre 24 e 27 mil reais (no ano de 2000). Como vínhamos fazendo uma comparação entre duas empresas de equipamentos, o produtor gastaria, mais especificamente, R\$ 24.240,00 se adquirisse os equipamentos na empresa A e R\$ 27.641,00 na empresa B.

Os equipamentos mais modernos para a criação de aves têm sido adquiridos com o olhar atento das "integradoras". Quando os produtores contraem dívidas, eles comprometem parte da quantia a ser obtida com a entrega dos lotes de aves. Parte do resultado de diversos lotes entregues é dedicado ao pagamento, em prestações, do "novo" material.

Uma expressão é conhecida e bastante comum entre os produtores: "*... não dá pra fazer o passo maior do que a perna*", transmite um pouco da cautela deles quanto aos empréstimos bancários, principalmente. Assim, no caso de aquisição de equipamentos para o aviário, o preço vai sendo descontado em prestações. Como dizem: "*... o aviário vai se pagando. Quando a gente vende o frango, vai pagando o que comprou*". Para eles, essa negociação ainda "facilita" a aquisição. Contam ainda, com o fato de não precisarem, desembolsar toda a quantia para quitar a dívida ou fazer empréstimo em banco. Apesar de necessitarem trabalhar "um bocado" para pagarem as prestações, os produtores que conseguem adquirir o equipamento, aparentemente ficam satisfeitos. Também se sentem protegidos pela empresa, pois estão fazendo o possível para acompanhar as inovações que ela "sugere". Por outro lado, é de interesse das empresas que o "integrado" alcance pleno êxito em seu empreendimento. Para isso, ela "incentiva" que o mesmo modernize seu estabelecimento com a aquisição de equipamentos, além de prestar informações quanto ao manejo das inovações.

Encontramos a situação de um produtor "integrado" que possuía um aviário de 25 metros e foi "incentivado" pela empresa, a aumentar o tamanho da sua instalação. Para aumentar o tamanho do aviário em mais 25m e adquirir parte dos equipamentos necessários para o interior do mesmo, ele necessitou fazer um empréstimo junto ao

banco. Porém, na hora do pagamento, o criador não dispunha de recursos financeiros suficientes para saldar a parcela que devia. Assim, o avicultor viu-se obrigado a vender parte de seus bens, como um automóvel e uma carreta agrícola. Mesmo assim, ao entrevistá-lo, o produtor salientou que não havia conseguido saldar todas as suas dívidas.

4.1 O CARREGAMENTO DAS AVES

Quanto a data de carregamento das aves, os avicultores são informados previamente pela "integradora". A empresa, normalmente, utiliza-se do rádio como meio de comunicação, tanto para avisar aos produtores o dia e hora do carregamento das aves, bem como, para informar sobre os preços dos produtos por ela comercializados. O programa é transmitido num horário bastante estratégico, a fim de abranger o maior número de produtores ao mesmo tempo. Para tanto, é o horário do meio-dia, quando a maioria pode acompanhar a programação por ocasião do almoço. Nas entrevistas, todos os "integrados" acompanhavam a programação de abrangência regional.

Ao saber a data de carregamento das aves em sua propriedade, o produtor começa a agilizar o serviço necessário. Para tanto, a maioria entra em contato com a empresa responsável pelas equipes de carregamento e solicita a prestação do serviço. As empresas "integradoras" exigem que o número de 15 a 17 pessoas para compor cada equipe de carregamento. O trabalho de carregamento requer agilidade e cuidado para as milhares de aves (entre 14,5 a 16 mil) que devem ser carregadas no menor tempo possível, em cerca de 3 horas. O carregamento de aves é um trabalho considerado "bastante intenso" e, por isso mesmo, "desgastante", como dizem os carregadores.

Com intuito de compreender como o trabalho se efetuava, acompanhamos um carregamento de aves no município de Quilombo. Inicialmente, fizemos contato com a empresa que fornece este serviço no município para saber sobre a possibilidade de acompanharmos um carregamento. Da mesma forma, procedemos com o criador "integrado".

No dia marcado para o carregamento, seguimos até o Bairro Santa Inês a fim de "recolher os peões", na expressão do proprietário da prestadora de serviço. Partimos do centro em direção à periferia da cidade de Quilombo para encontrarmos os trabalhadores que efetuariam o carregamento de frangos na determinada propriedade. Após percorrermos pelo bairro, encontramos os 16 trabalhadores que estavam inscritos na equipe para efetuarem o carregamento.

O avicultor residia na Linha Fortaleza, cerca de 15km da cidade e 17km do frigorífico da empresa pela qual ele estava "integrado". Possuía dois aviários de 50m de comprimento cada. O lote era composto por aves mistas e estavam no aviário há 44 dias. Eram cerca de 14 mil cabeças de aves para serem carregadas nos caminhões. O fornecimento de ração havia sido suspenso 8 horas antes do horário do carregamento e a água permaneceu disponível para as aves até a hora do carregamento.

Em todas as etapas do carregamento, o produtor e o proprietário da empresa de serviço estiveram por perto acompanhando o trabalho. Havia ainda, outra pessoa responsável pelo carregamento que acompanha todo o trabalho dos "galeiteiros" (foto 12) e, às vezes, assume a responsabilidade do serviço quando o proprietário não pode acompanhar.

Ao chegar o primeiro caminhão na propriedade, começou o trabalho de carregamento. Inicialmente, as caixas (engradados plásticos) foram retiradas de cima do caminhão e espalhadas pelo aviário para facilitar o trabalho na hora do apanho das aves. A seguir, as caixas foram alinhadas em diversos cercados para impedir que as aves formassem um grande aglomerado e sofressem a possibilidade de ocorrer sufocamento (foto 13).

À medida que os "galeiteiros" apanhavam as aves e enchiam as caixas, eles empurravam as mesmas para cima do caminhão. No carregamento são utilizadas tubulações de PVC, encaixadas umas na outra para formar os chamados "trilhos". Os "galeiteiros" empurram as caixas, deslizando-as sobre os trilhos e evitando carregá-las por toda a extensão do aviário (foto 14).



Foto 12 - Com um galho verde na mão, um dos responsáveis pelo carregamento separa as aves a fim de elas não fiquem aglomeradas.



Foto 13 - Com aproximadamente 20 caixas, os galeiteiros formam semicírculos para represar as aves. Cada caixa comporta entre 14 a 16 aves fêmeas ou 8 a 10 machos. Estas caixas são perfuradas para permitir maior circulação de ar entre uma e outra, evitando assim, o sufocamento das aves. Possuem ainda, um sistema de fechamento para assegurar que as aves não fujam durante o transporte da propriedade até o frigorífico.



Foto 14 - Os galeiteiros empurram as caixas deslizando-as sobre os trilhos para facilitar o carregamento das aves.



Foto 15 - Em cima do caminhão, outros galeiteiros ficam recebendo e arrumando as caixas de modo que não fique nenhuma solta. Um caminhão comporta 320 caixas e são necessários 3 caminhões para um lote de aves fêmea e de 4 a 5 para o lote de aves macho ou mistos.

Em cima do caminhão, outras duas ou três pessoas ficaram recebendo e organizando as caixas (foto 15). Para preencher a carroceria de um caminhão são necessárias 320 caixas. Um carregamento de aves fêmeas precisa de 3 caminhões e um lote de aves macho ou mistas (macho e fêmea) necessita de 4 a 5 caminhões. Assim que as caixas de aves eram acomodadas e a carga completada, o caminhão era conduzido para o abatedouro da empresa.

Quanto ao pagamento das aves entregues, os produtores entrevistados foram unânimes em seu pronunciamento: "... o preço do frango para o produtor está muito baixo." Conforme a tabela 05, podemos constatar que a média dos preços dos frangos vivos na área de Chapecó (abrangendo nossa área de estudo), entre 1996 a 1998, teve uma oscilação entre R\$ 0,53 e 0,71, com a média anual de R\$ 0,63. Nos anos de 1999 e 2000, a média dos preços teve uma pequena elevação devido ao aumento nas vendas, tanto no mercado interno, quanto na exportação de carne de frango.

Tabela 05
Preço do quilo de frango vivo pago ao produtor - média da praça de Chapecó

ano mês	1996	1997	1998	1999	2000
jan.	0,58	0,64	0,65	0,62	0,77
fev.	0,53	0,63	0,65	0,66	0,77
mar.	0,58	0,63	0,65	0,66	0,72
abr.	0,60	0,62	0,65	0,66	0,66
maio	0,62	0,65	0,64	0,65	0,65
jun.	0,65	0,65	0,63	0,65	0,70
jul.	0,63	0,65	0,62	0,67	0,71
ago.	0,67	0,60	0,62	0,67	0,77
set.	0,71	0,62	0,62	0,68	0,80
out.	0,70	0,65	0,62	0,71	0,80
nov.	0,69	0,65	0,62	0,73	0,78
dez.	0,68	0,65	0,62	0,78	0,79
Média	0,63	0,63	0,63	0,67	0,74

Fonte: Instituto CEPA/SC, 2001.

Além dos preços baixos, alguns produtores demonstraram-se insatisfeitos também com o atendimento. Durante as entrevistas, alguns criadores compararam a maneira como eram atendidos pela empresa "integradora", há pelo menos 15 anos e

em 2000. Salientam ter ocorrido muitas mudanças na estruturação da empresa, a exemplo da informatização da mesma, "*... antes, eles pegavam a caneta e riscavam tudo o que a gente ia comprando lá, agora é tudo na máquina*". Após a informatização, os produtores sentiram ainda mais dificuldades em acompanhar os procedimentos tomados pela empresa, quanto a remuneração, "*... Agora a gente vai lá e tem o responsável pelo pagamento que fica batendo os números na máquina e nem fala com a gente. Nem se sabe direito o que ele está fazendo porque a gente não sabe como a máquina funciona...*". Parecem sentir uma maior pressão da empresa "dizendo" que eles são os produtores das matérias-primas para a ela que é a condutora do processo de "integração", "*...hoje eles não te respeitam mais e nós não temos valor*".

As mudanças que as empresas vêm implementando junto aos produtores, como pudemos constatar, ainda estão em curso. A implementação de melhores condições nas instalações e equipamentos que as empresas vêm solicitando para a criação dos animais, também acontece em tempos e condições diversos entre os "integrados".

Conforme ressaltamos, percebemos a existência de realidades bastante diferenciadas entre um produtor e outro, principalmente quanto ao acesso dos equipamentos mais modernos. Acrescentamos ainda, as especificidades pertinentes a cada criador, poderão contribuir para uma diferenciação no desempenho e remuneração que o "integrado" obteve por lote criado.

Com base nos demonstrativos referentes aos lotes de aves criados, elaborados pelas empresas, selecionamos alguns itens para avaliar a quantia paga ao produtor. A partir destes itens e, de acordo com o nível de modernização dos avicultores, elaboramos as tabelas 06, 07 e 08 que, ao serem correlacionadas, podem salientar alguns elementos importantes. Existem outros itens que merecem ser considerados e que influenciam, em maior ou menor grau, nos ganhos (ou perdas) do avicultor. Dentre estes itens, a sobra ou falta de aves, remédios e visitas técnicas, nem sempre estão expressos nas notas de pagamento. Mesmo assim, de uma forma ou outra, são itens pagos pelos criadores.

Tabela 06 - Avicultor "A"

data	sexo	idade (dias)	mortalidade (%)	Conversão alimentar (kg)	remuneração	bonificação	frangos entregues
05/02/99	macho	48	2,06	1,875	1.825,60	794,50	11.752
22/03/99	fêmea	38	2,17	1,778	2.223,37	915,50	13.695
26/05/99	misto	45	2,35	1,865	2.566,19	1.116,36	14.256
09/07/99	fêmea	34	2,84	1,630	1.804,28	676,60	14.476
11/11/99	macho	47	3,02	1,909	1.941,14	833,63	13.092
27/12/99	fêmea	34	1,32	1,740	1.609,60	499,53	14.801

Despesas

Funrural	258,42
Lenha, cama (maravalha e/ou papel), energia elétrica	1.600,00
Carregamento	840,00
Total	2.698,42

Remuneração

Remuneração	7.134,07
Bonificação	4.836,12
Despesas	2.698,42
Ganho líquido anual	9.271,77
Ganho líquido mensal	772,64

O avicultor "A" estava "integrado" na avicultura por 8 anos com a empresa Aurora. As aves criadas eram abatidas no mesmo município, onde a empresa possui um abatedouro. A atividade era exercida por ele mesmo e, eventualmente, contava com o trabalho da esposa. O casal possuía dois filhos menores e residiam junto com os pais da esposa. O aviário constituía-se numa construção de 1.200m² ou 100m de comprimento x 12m de largura. A referida instalação estava provida de equipamentos como bebedouro tipo *nipple*, comedouros pendulares, nebulizador, ventiladores e a central de aquecimento à lenha.

Os equipamentos considerados "modernos", muito provavelmente, contribuíram para os baixos índices de mortalidade e conversão alimentar. Mesmo considerando as variações entre as temperaturas do verão e do inverno, os índices de mortalidade não passaram de 3,02% durante todo o ano de 1999, obtendo uma média de 2,29% para aquele ano. No mesmo período, a média de conversão alimentar foi de 1,799kg, sendo considerado um bom índice pelos criadores.

Ao acompanharmos a tabela 06, verificamos que o avicultor "A" recebeu da empresa, em 1999, a quantia de R\$ 11.970,19 (soma da remuneração e bonificação) para

criar e entregar 82.072 cabeças de aves ao frigorífico da Aurora. Desta quantia recebida, deduzimos a parte correspondente às despesas (Funrural, lenha, cama, energia elétrica e carregamento) e dividimos pelo número de aves entregues, resultando em R\$ 0,11. Este resultado corresponde ao que a empresa pagou por cabeça de frango ao produtor, sendo que o peso médio das aves alcançou 1.995 gramas.

Multiplicando o preço médio do quilo do frango vivo pago pela empresa Aurora ao criador (R\$ 0,61), o número de cabeças criadas e o peso médio de cada ave, chegamos a importância de R\$ 99.877,52. A seguir, deduzimos a quantia paga ao criador, R\$ 11.970,19 e obtemos o resultado de R\$ 87.907,33. Esta é a quantia correspondente ao que a empresa retirou para pagar suas despesas com ração, pintos, transporte e outros.

Conforme demonstrado na tabela 05, o preço médio do quilo do frango vivo em 1999, para a praça de Chapecó foi de R\$ 0,67. Assim, o preço do quilo pago ao avicultor "A", esteve R\$ 0,06 abaixo da média regional. Considerando assim, os R\$ 11.970,19 recebidos pelo criador, menos a quantia destinada às despesas, (R\$ 2.698,42), dividido por 12 meses, coube ao mesmo a quantia média mensal de R\$ 772,64, no ano de 1999. Contudo, não foram consideradas as depreciações dos equipamentos e das instalações, tampouco, o trabalho da família.

Tabela 07 - Avicultor "B"						
Data	sexo	idade (dias)	mortalidade %	conversão alimentar (kg)	remuneração	frangos entregues
25/03/99	macho	45	5,29	1,945	1.364,65	10.418
14/06/99	macho	47	4,32	2,024	1.435,12	10.525
11/08/99	fêmea	36	5,52	1,877	1.137,66	11.326
28/10/99	macho	47	5,35	1,980	1.739,57	10.412
22/12/99	fêmea	37	3,26	1,825	1.449,64	11.609

Despesas

Funrural	-
Lenha, gás, cama (maravalha e/ou papel), energia elétrica	1.800,00
Carregamento	700,00
Total	<u>2.500,00</u>

Remuneração

Remuneração	7.126,64
Despesas	2.500,00
Ganho líquido anual	4.626,64
Ganho líquido mensal	385,55

O avicultor "B" estava "integrado" na empresa Chapecó Alimentos há 4 anos. Quando as aves estavam prontas para o abate foram enviadas para o município de Xaxim, onde a empresa possui um frigorífico de aves. A atividade foi exercida pelo produtor e sua mãe. As aves foram criadas num aviário de 1.200m². Os principais equipamentos do aviário consistiam no bebedouro tipo *nipple*, comedouros pendulares, nebulizador, ventiladores e, para aquecimento, o avicultor utilizou a queima de lenha em tonéis e campânulas à gás.

Comparando com o avicultor "A", os índices de mortalidade e conversão alimentar do avicultor "B", apresentam-se bem mais elevados. Se observados os dados da tabela 07, veremos que os índices de mortalidade chegaram a 5,52% enquanto que para o avicultor "A", não passaram de 3,02%. No ano de 1999, o avicultor "B", apresentou em média, 4,74% de mortalidade e 1,930kg de conversão alimentar.

Durante o mesmo ano, o avicultor "B" recebeu da empresa, a quantia de R\$ 7.126,64 (remuneração) para criar e entregar 54.290 cabeças de aves para a empresa Chapecó. As aves entregues pesaram em média, 2.122 gramas, sendo que a maioria dos lotes foram de machos que, normalmente, são maiores do que as fêmeas. Da quantia recebida, deduzimos a parte correspondente às despesas (gás, lenha, cama, energia elétrica e carregamento) e dividimos pelo número de aves entregues. O resultado correspondeu ao preço pago por cabeça de frango ao produtor em R\$ 0,08.

Como as notas do produtor não apresentavam o preço por quilo de frango, utilizamos a média de preços pagos aos produtores pelas empresas daquela área no ano de 1999, ou seja, pago na praça de Chapecó (R\$ 0,67). Assim, multiplicando o preço do quilo do frango vivo, o número de cabeças criadas e o peso médio de cada ave, chegamos a importância de R\$ 77.186,26. A seguir, deduzimos a quantia paga ao criador (R\$ 7.126,64) pela empresa e obtemos a quantia correspondente ao que a empresa segurou para si, R\$ 70.059,62. O avicultor "B" demonstrou-se insatisfeito com a atividade naquele ano de 1999, pois criou apenas 5 lotes de aves.

Da quantia recebida (R\$ 7.126,64) foram deduzidos R\$ 2.500,00 correspondentes às despesas, resultando R\$ R\$ 4.626,64. Esta quantia foi dividida por 12 meses e obtivemos um resultado de R\$ 385,55, ou seja, esta é a importância aproximada que o criador "B" recebeu por mês no ano de 1999, sem a dedução de despesas com a depreciação das instalações e equipamentos. Segundo o avicultor, aquele ano tinha sido muito ruim para os avicultores da Chapecó O principal motivo apontado foi de que a empresa estava passando por dificuldades no setor financeiro e por diversas mudanças no seu quadro administrativo, causando assim, transtornos aos seus "integrados". Disse ainda que pretendia mudar de empresa, embora pretendesse continuar na atividade.

Tabela 08 - Avicultor "C"

Data	sexo	idade (dias)	mortalidade (%)	conversão alimentar (kg)	remuneração	bonificação	frangos entregues
20/01/99	macho	48	3,68	2,097	696,30	232,10	6.068
18/03/99	fêmea	43	2,17	2,004	805,26	208,77	7.337
17/05/99	fêmea	34	2,67	1,775	1.132,67	785,43	6.618
08/07/99	fêmea	34	4,53	1,739	893,77	368,02	6.396
08/09/99	fêmea	46	2,57	1,979	886,17	295,39	7.794
17/11/99	fêmea	48	4,00	2,029	741,16	211,76	7.488
29/12/99	mistos	31	2,25	1,729	676,25	193,21	6.842

Despesas

Funrural	125,81
Lenha, gás, cama (maravilha e/ou papel), energia elétrica	850,00
Carregamento	525,00
Total	1.500,81

Remuneração

Remuneração	3.536,9
Bonificação	2.294,68
Despesas	1.500,81
Ganho líquido anual	4.330,77
Ganho líquido mensal	360,89

O avicultor "C" estava "integrado" na Aurora desde 5 anos atrás e as aves criadas estavam sendo abatidas no próprio município de Quilombo, a exemplo do avicultor "A". Inicialmente, o avicultor dispunha de um galpão de 25m para o criatório. Há cerca de um ano construiu outros 25m passando, assim, a criar aves num aviário com extensão de 50m, como na maioria das propriedades visitadas. A atividade era exercida pelo "integrado", sua esposa e um filho adolescente, havendo um revezamento entre os mesmos. A instalação possuía equipamentos semelhantes aos do

avicultor "B", tendo assim, bebedouro tipo *nipple*, comedouros pendulares, nebulizador, ventiladores e sistema de aquecimento provido e campânulas à gás e queima de lenha em tonéis.

De acordo com os dados da tabela 08, os índices de mortalidade durante todo o ano de 1999, tiveram uma média de 3,12% e a média de conversão alimentar foi de 1,907kg. O avicultor "C" recebeu da empresa, no mesmo período, a importância de R\$ 5.831,58 (soma da remuneração e bonificação) para criar e entregar 48.543 cabeças de aves para a empresa Aurora. Para obtermos o preço pago ao produtor, pela empresa, por cabeça de frango, deduzimos da quantia recebida, a parte correspondente às despesas (Funrural, lenha, gás, cama, energia elétrica e carregamento) e dividimos pelo número de aves entregues. O preço resultante foi de R\$ 0,08, que corresponde ao preço pago por cabeça de ave. O peso médio de cada ave foi de 1.905 gramas.

Relacionando o preço do quilo do frango vivo pago pela empresa (R\$ 0,64), o número de cabeças criadas e o peso médio de cada ave, chegamos a importância de R\$ 59.183,62. A seguir, deduzimos a quantia paga ao criador, R\$ 5.831,58 e obtemos o resultado de R\$ 53.352,04. Esta é a quantia correspondente ao que a empresa se beneficiou para "pagar suas despesas". Da parte que coube ao criador "C" (R\$ 5.831,58), foi descontada a importância de R\$ 1.500,81, correspondente às despesas e foi dividido por 12. Assim, coube ao avicultor "C", no ano de 1999, a quantia média mensal de R\$ 360,89, sem contar com os possíveis gastos com a depreciação dos equipamentos e das instalações, além da força de trabalho familiar dedicada a atividade.

Em virtude de parte do pagamento da dívida para aumentar o tamanho do aviário, o avicultor "C" necessitou desfazer-se de alguns móveis. Porém, no momento da entrevista, sua preocupação estava para além da dívida, com a ociosidade do aviário: *"... já faz dois meses que não recebo os pintinhos. A gente se endivida pra construir o aviário, constrói e depois fica o investimento ali parado, isso é puro prejuízo. Como é que se sai das dívidas assim?"* Segundo o produtor, a unidade frigorífica da empresa estava demorando no abate das aves porque havia sido reduzida a quantidade de aves para

exportação. Assim, estaria ocorrendo maior demora na distribuição dos pintinhos entre os criadores.

Contudo, naquela mesma semana, contatamos um técnico da empresa em que o avicultor estava "integrado" para averiguarmos sobre o tempo de espera entre em lote e outro. Ele afirmou que, normalmente, os aviários podem ficar "parados" até 15 dias, o prazo máximo. Mais do que 15 ou 20 dias de espera para o alojamento dos pintos no aviário, já é uma forma que a empresa encontra para punir os avicultores. Talvez seja nesse sentido a fala do avicultor "C": *"...a gente fica sendo vigiado, acompanhado o tempo todo e vive embaixo de ordem. Quem é integrado, é mandado e se você reclama, a empresa vem com bofetada."* Por algum motivo não exposto, o "integrado" já sabia que dois meses de intervalo entre o carregamento e o alojamento das aves, era uma punição da empresa.

O avicultor "C", por ocasião da entrevista, havia escavado um açude em sua propriedade com a finalidade de diversificar as atividades. Contudo, pretendia criar peixes para serem comercializados e "receber um pouco de dinheiro", porque o aviário ainda não estava gerando renda suficiente para cobrir todas as despesas da família. Seria este, um futuro excluído do sistema "integrado"?

Para possibilitar a renovação dos contratos de criação, os "integrados" não podem "deslizar" em nenhum momento. Caso isso venha acontecer, eles são penalizados. Por isso, antes de investirem na moradia, eles necessitam investir nas instalações dos animais. Antes de melhorar a qualidade de vida da família, necessitam antes, investir na qualidade dos animais entregues à empresa "integradora". Pudemos constatar a existência de moradias de criadores "integrados" que apresentavam más condições de conservação. Sabe-se que não é a "falta de trabalho" ou o "desleixo" dos avicultores, os principais motivos pelos quais os rendimentos com a avicultura têm sido baixos, na maioria das vezes. A maior parte da renda obtida é destinada a aquisição de equipamentos e a manutenção do aviário.

O trabalho dedicado à criação das aves é cercado de preocupações por conta dos investimentos aplicados na atividade, mas também, pela "necessidade" de atender as exigências da empresa. De forma constrangida, a esposa de um avicultor assim se referiu: *"...no aviário, tem cortina por fora e por dentro, ventilador, nebulizador... aqui dentro de casa, a gente passa calor no verão. Os frangos passam melhor do que a gente. Então é assim... a gente trabalha, não pra ter conforto, mas pra dar conforto para os frangos"*.

Dentre os entrevistados, os ganhos obtidos com a criação de aves, podem ser relacionados à utilização de equipamentos mais modernos. Estes são capazes de liberar força de trabalho e, por outro lado, exigem um alto investimento financeiro por parte dos avicultores. Os ganhos do avicultor "A", tabela 06, foram os mais elevados, se comparados aos demais. Este avicultor obteve uma média mensal de R\$ 772,64.

Em termos de comparação com os trabalhadores assalariados do município de Quilombo e também dos demais trabalhadores brasileiros, o avicultor "A", teve um ganho mais elevado. Enquanto um trabalhador assalariado recebia cerca de dois salários mínimos por mês, este avicultor obteve mais de 6 salários mínimos, sendo que o salário mínimo era de R\$ 120,00, em 1999. Por isso, alguns "integrados" têm sido considerados, por parte das empresas, como sendo modelos de produtores rurais, as "vitrines" do sistema de "integração", os bem sucedidos.

Contudo, a atividade não tem resultado numa renda mensal igualmente distribuída entre todos os avicultores. Como apontado anteriormente, alguns avicultores têm tido a possibilidade de "acompanhar o que a empresa sugere", adquirindo os mais modernos equipamentos. Enquanto outros continuam na atividade, porém, com equipamentos mais antigos, com maior demanda de mão-de-obra. Os primeiros, os que conseguem acompanhar o ritmo das mudanças exigidas pela empresa, resultam em rendimentos melhores, porém, investem elevada soma financeira no aviário e equipamentos. Os segundos, como "não conseguem acompanhar", necessitam dispor de mais tempo na avicultura, ao mesmo tempo em que vêm-se obrigados a "tocar" outras atividades paralelas para obterem outros rendimentos mensais, a exemplo da criação de gado leiteiro. Assim, em diversos

momentos, a família exige de seus componentes, trabalho redobrado, seja para com a atividade "integrada", seja para com outras atividades.

Além de fornecer as aves que servem de matéria-prima para as empresas, exemplo do que acontece no município de Quilombo, a família "integrada" fornece também, parte da mão-de-obra para o frigorífico. Nesse sentido, pode-se dizer que, em diversos momentos do processo produtivo, industrial e comercial da carne de frango, ocorre uma contínua exploração do trabalho daqueles que compõem parcela da agricultura familiar, ou seja, a família do "integrado".

CAPÍTULO V

A "INTEGRAÇÃO" SUINÍCOLA

A suinocultura é a atividade responsável pela produção da carne mais consumida no planeta, a carne suína. Para a manutenção desse *status*, ocorre, simultaneamente, o desenvolvimento de pesquisas para reduzir o desconforto que o manejo moderno desses animais traz. Cada vez mais, os suínos têm sido criados em maior número e em espaços reduzidos, opondo-se ao antigo sistema de criação extensiva em que eram criados soltos ou em mangueiras, sem muitos cuidados.

Contudo, há que se considerar uma crescente (re)acomodação não somente da criação e da pesquisa, mas também, das populações humanas envolvidas nesse processo. A relevância da suinocultura não se dá pura e "simplesmente" porque a carne porcina é a mais consumida no mundo, mas que, por isso, ela envolve um elevado número de homens, animais e mercados. Todos eles se movimentando sobre diversos espaços geográficos, a exemplo de nosso país, onde são criados entre 27 e 29 milhões de cabeças de suínos por ano. Aqui no Brasil, ao contrário do que ocorre em termos mundiais, a carne suína não é a mais consumida, mas a carne bovina que representa 52% do consumo. A carne de aves representa 34% de preferência, enquanto a carne suína, contraditoriamente à concentração de sua produção, aparece em terceiro lugar com 15% de representatividade entre os consumidores, (CERRI, 1999).

Segundo o Instituto CEPA/SC, em 1985, mais de 54 mil produtores catarinenses tinham como sua principal atividade econômica, a suinocultura. Em 1996, o número de suinocultores havia sido reduzido para cerca de 24 mil e, atualmente, em 2001, a estimativa é para que pouco mais de 15 mil criadores estejam no mercado. A previsão de produção para este ano situa-se em torno de 660 mil toneladas de carne suína, representando 30% da produção nacional e 0,7 da produção mundial. Refletindo um pouco sobre estes dados, percebe-se a importância que esta atividade exerce, não

somente na produção agropecuária catarinense, mas também na agropecuária brasileira. Aqui no estado, a produção de suínos concentra-se principalmente em duas áreas: o Oeste e o Sul. Porém, o Oeste é responsável por cerca de 90% da produção de carne suína.

Como exemplo de um dos municípios do Oeste Catarinense, Quilombo também tem na suinocultura, a atividade de criação mais exercida por seus pequenos produtores. Ao realizarmos nossa pesquisa de campo, constatamos esta realidade na maior parte das propriedades "integradas", como apontado anteriormente. Em todas as localidades do município, ocorre a "integração" de pequenos produtores às empresas. Outros produtores rurais do município exercem esta atividade, apesar de não possuírem vínculos com nenhuma das empresas.

Portanto, seja em nível local, regional ou nacional, o fato é que vem ocorrendo uma concentração da produção de suínos e isso tem implicado na liberação de parte da mão-de-obra familiar, ou seja, na exclusão de produtores familiares que produzem em pequena escala. De acordo com pesquisadores do assunto, a exclusão de um grande número de pequenos produtores familiares decorre de situações em que os níveis de produtividade e o volume de produção obtido pelo pequeno produtor são insuficientes para garantir uma renda familiar mínima (MACHADO, 2001). Por isso, os criadores que permanecem na atividade, são levados a aumentar e a concentrar a produção. Salientamos que, apesar de criar mais animais, os custos com a maior quantidade produzida também são elevados.

Para os criadores que permanecerem na atividade, o manejo desses animais exige muita persistência, num trabalho diário que exige mais ou menos atenção, de acordo com as fases de vida em que os suínos se encontram. Conforme alguns produtores entrevistados, nas primeiras fases os suínos demandam mais cuidados. A fase de terminação é considerada como sendo a melhor fase de ser trabalhada. Nesta fase, os suínos já são adultos e estão menos susceptíveis a doenças, como ocorre com os leitões, por exemplo.

Por outro lado, a fase de iniciação que vai desde o nascimento até o leitão completar 70 dias ou atingir peso 18 a 30 kg, é considerada a mais exigente em termos de cuidados. Com essa idade, o suíno não necessita mais ser alimentado com o leite materno e é capaz de se alimentar sozinho. Nesta fase, ocorre o desmame dos leitões e, com isso, eles ficam mais sensíveis com as mudanças de alimentação. Assim, faz-se necessária à utilização de suprimentos alimentares à base de ferro, bem como, de antibióticos.

Estes medicamentos atuam no organismo dos animais prevenindo-os de doenças, a exemplo da diarreia que provoca desidratação e perda de peso. Quando os leitões não forem bem cuidados na fase inicial poderão apresentar baixo desempenho na fase seguinte, a terminação. Sendo assim, o "integrado", preocupado em apresentar animais saudáveis para a empresa, acaba adquirindo os medicamentos necessários. Com isso, acaba aumentando as despesas com a criação, embora evite maiores preocupações quanto aos descontos na remuneração deste produto da "integração".

Sabe-se que a excessiva utilização de antibióticos na criação de animais como suínos, bovinos e aves, com o passar do tempo, podem acarretar riscos à saúde humana quando no constante consumo de carnes dessa procedência. No entanto, os "integrados" precisam seguir as recomendações dos técnicos das empresas e são obrigados a utilizar medicamentos no trato dos animais, mesmo sendo desfavoráveis a este procedimento.

Salientamos, porém, que as empresas possuem grande responsabilidade na conduta do processo produtivo de suínos e aves. Ao exigirem do produtor o uso de determinados insumos e uma genética avançada, estão assim, tendo sua parcela de contribuição na disseminação de produtos e tecnologias. Com a finalidade de obter maior produtividade na agropecuária, a própria empresa recomenda a utilização de agrotóxicos para as lavouras e diversos outros medicamentos destinados ao desenvolvimento animal.

Ressaltamos que tais produtos e a melhoria da genética, na maioria das vezes, são desenvolvidos por empresas multinacionais. Apenas como forma ilustração, trazemos o exemplo de uma empresa "integradora" de suínos, atuante na área em estudo, que divulga seus produtos em um jornal direcionado aos produtores à ela vinculados. Nesse jornal é comum aparecer em meio às diversas reportagens, anúncios publicitários de empresas estrangeiras⁸. Estas anunciam seus produtos que vão desde medicamentos para suínos e diversos tipos de insumos agrícolas como sementes híbridas, adubos e agrotóxicos, até maquinários em geral, a exemplo dos tratores. Parte desses produtos, comumente encontram-se nos postos de revenda desta empresa, para que o produtor possa adquiri-los.

No entanto, vale lembrar que, assim como ocorreu com o maquinário importado em tempos passados, desenvolvido para revolver solos congelados (europeus ou norte-americanos) e usado nos solos de nosso país tropical sem qualquer adaptação, o mesmo acontece com outros produtos ou genética desenvolvida por outros países e que, atualmente, estão em plena expansão no Brasil. Cabe aqui, uma expressão extraída de CERRI (1999, p.48), que assim se refere: *"... a genética predominante no país vem do hemisfério temperado, mas o clima que ela requer não pode ser importado."*

Neste sentido, as empresas "integradoras" também participam da divulgação de produtos e tecnologias junto aos produtores, à medida que exigem destes, a aquisição de equipamentos para a adaptação dos animais e a "genética importada". Estes acabam alterando sua dinâmica de trabalho familiar em sua propriedade em decorrência de certos tipos de tecnologias ali empreendidas. Algumas delas, para proporcionar maior e melhor conforto para os animais, acabam dispensando parte do trabalho da família.

Contudo, a concentração de suínos que o manejo intensivo traz, por exemplo, é um ponto que requer um pouco mais de atenção, tanto no que se refere ao trabalho da família (ocorrendo a suspensão de parte desta), quanto à questão ambiental. O impacto que a produção concentrada destes animais causa ao ambiente tem implicado,

⁸ Citamos alguns exemplos encontrados em uma edição do jornal: alimentação de leitões - *Nutron* (da *Eridania Béghin-Say*), sementes híbridas - *Pioneer Hi-bred International, Inc.*, adubos - *Manah*, tratores - *Massey Ferguson*.

inclusive, na maneira de viver do próprio homem. A contaminação de lençóis freáticos tem "freado", de certa forma, a produção intensiva de suínos em alguns países. Porém, esta não parece ser a principal preocupação em termos de suinocultura aqui no Brasil, onde a criação intensiva continua se expandindo.

Muito provavelmente, a forma extensiva de criar suínos ainda seja analisada mais cuidadosamente como uma necessidade pelos produtores, pelos órgãos oficiais voltados à agricultura e ao "meio" ambiente e pelas empresas agroindustriais interessadas num produto de qualidade e num mercado exigente. Mas, estas últimas, até o momento, muito pouco têm atuado no sentido de evitar e/ou resolver os problemas oriundos do excessivo número de suínos num mesmo espaço. Ao contrário, deixam a cargo do produtor toda a responsabilidade pelo armazenamento e destino do material poluidor, concentrado em pequenas áreas.

No município de Quilombo, encontramos produtores com até 30ha de terra, com criação de cerca de 4 mil cabeças de suínos/ano e mais as aves no sistema "integrados". Considerando o tamanho da propriedade e a quantidade de animais criados, não é difícil perceber que a quantidade de dejetos produzidos com a criação dos animais ultrapassa o limite de absorção do mesmo pela propriedade, como forma de adubo para as plantações. Um produtor nesta situação, disse -nos que todos os dejetos das referidas criações, destinava-se à adubação das pastagens para o gado leiteiro. Porém, vizinhos afirmaram que o "integrado" aproveitava somente o "adubo" produzido pelas aves e que os dejetos dos suínos eram lançados no rio, através de tubulações que partem da pocilga.

Outro suinocultor falou abertamente que os dejetos produzidos pela criação de 200 cabeças de suínos/ano tinham como destino o rio que passa próximo às instalações dos animais. Um terceiro suinocultor salientou a necessidade de aproveitar os dejetos dos suínos para a lavoura de milho e feijão. Mas, para que seja efetuado o transporte dentro da propriedade, ele necessitava do auxílio de um trator e de um distribuidor pertencentes à prefeitura, também responsável para fazer a distribuição dos dejetos nas lavouras. Segundo o criador, eles nem sempre são atendidos quando na solicitação

dos referidos equipamentos. Assim, por inúmeras vezes, os dejetos foram lançados "vertentes abaixo", atingindo, inclusive, a fonte de água do seu vizinho.

Um quarto produtor, "integrado" de suínos e aves, relatou que vendia parte dos dejetos produzidos pelas aves e outra parte, distribuía na lavoura. Uma parte dos dejetos produzidos pela criação de 1.400 cabeças de suínos/ano era distribuída na lavoura e outra parte, cedida aos vizinhos. Segundo este, era feito uma espécie de campanha entre outros produtores daquela comunidade (não-integrados), para que buscassem os dejetos em sua propriedade, para distribuí-los nas lavouras diversas: "*... às vezes eles não têm adubo e vêm buscar aqui em casa. Quando eles vêm, a gente fica contente, porque além de ajudá-los, acabam com o estoque, o que é muito bom pra gente, é um alívio.*" Os demais produtores de suínos entrevistados afirmaram que aproveitavam os dejetos dos suínos, principalmente nas lavouras de milho, feijão e pastagens para o gado leiteiro. Alguns destes produtores salientaram sobre a importância do manuseio e utilização correta dos dejetos suínos na propriedade.

Pensamos que a criação de suínos naquela área tem contribuído, significativamente, para que o município de Quilombo apareça no mapa da poluição dos recursos hídricos catarinenses.⁹ Nesse sentido, pode-se afirmar, mais uma vez, que as empresas eximem-se da responsabilidade, cabendo ao produtor responder pela concentração e a poluição trazida pela criação intensiva de suínos.

5.1 - A COOPERALFA E OS SISTEMAS DE CRIAÇÃO DE SUÍNOS

Das três empresas de "integração" de suínos atuantes no município de Quilombo, a Alfa é a empresa com maior abrangência entre os produtores entrevistados em nossa pesquisa de campo, atingindo em torno de 84% dos mesmos. As outras duas, Seara e Sadia, possuíam uma atuação, comparativamente, menor com representação de 11% e 5%, respectivamente. Essas grandes empresas têm sido responsáveis por parte do abastecimento de carne suína e seus derivados tanto no

⁹ Maiores informações a cerca dos recursos hídricos do estado, ver: SANTA CATARINA. Bacias Hidrográficas de Santa Catarina, 1997.

mercado nacional, bem como, parte gerada desses produtos, é destinada ao mercado externo. No município de Quilombo, atuam também outras empresas que, eventualmente, adquirem os suínos diretamente do produtor, porém sem nenhum tipo de contrato.

Os sistemas de criação de suínos são variáveis de acordo com a fase de vida dos mesmos. Alguns criadores trabalham com a fase inicial, outros com a fase terminação e outros com o ciclo de vida completo, desde o nascimento até o momento da entrega para o abate. Para exemplificarmos o que como ocorre em cada fase do sistema de criação, nos baseamos nos contratos que a Cooperalfa, afiliada da Coopercentral/Aurora, implementa junto aos seus "integrados".

Antes, porém, salientamos que a Aurora é uma agroindústria agregadora de 16 outras cooperativas menores, suas filiais. Dentre estas cooperativas, está a Cooperalfa - Cooperativa Regional Alfa - com sede em Chapecó. Em sua área de atuação, inclui o município de Quilombo onde cerca de 267 agricultores familiares estão vinculados à mesma com criação de suínos. Mais de 50 produtores estão vinculados diretamente com a Aurora na produção de aves. Alguns destes produtores de aves também produzem suínos e quando ocorrem estes casos, normalmente, o produtor é "integrado" com as duas empresas, Alfa e Aurora.

Ocorrem outras situações em que o produtor encontra-se "integrado" com a Alfa na criação de suínos e com uma outra empresa na criação de aves. Nestes casos, a Aurora costuma *convidar* os produtores a fazerem parte de seu sistema de "integração". Ao entrevistar parte dos produtores do município, constatamos que estes recebem o "convite" como uma forma de pressão exercida pela empresa no sentido de um maior controle na propriedade do "integrado".

A Aurora foi considerada uma das melhores empresas de alimentos do país em 1999 e, segundo MORAIS (2000), na classificação das 500 melhores, ela esteve em 14º lugar. A empresa obteve, naquele ano, um lucro líquido¹⁰ de 9,8 milhões de dólares

¹⁰ É o lucro líquido real apurado depois de reconhecidos os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis.

com seus 5.688 empregados e a riqueza gerada por empregado¹¹ foi de 10,4 mil dólares. A Cooperalfa, por sua vez, processa suínos e leite através da participação, respectivamente, em duas Centrais Cooperativas - Aurora e a Agromilk, empresa que congrega várias outras cooperativas singulares. A Cooperalfa processa ainda milho, soja e trigo que derivam outros subprodutos. A empresa possui, dentre seus sócios, aqueles que, junto com suas esposas, formam o chamado "casal líder". Eles são responsáveis, por exemplo, em participar das assembleias que a empresa promove em sua matriz de Chapecó e repassar estas informações aos demais produtores vinculados à empresa. Na filial do município de Quilombo, a empresa possui cerca de 70% dos agricultores em quadro associativo. A Cooperalfa abrange 61 municípios catarinenses e, segundo LANZMASTER (2000), a cooperativa possui 67 filiais, cerca de 10 mil famílias associadas e conta com mais de 250 "casais líderes". Ao nosso ver, são líderes porque são os primeiros a serem doutrinados conforme o que a empresa pretende, de acordo com suas exigências. Segundo um dos dirigentes da empresa, esses casais líderes recebem o "... *embasamento doutrinário da funcionalidade do sistema porque somente teremos unidade, se falarmos a mesma língua*" (op. cit. p.02).

Neste sentido, pensamos que a "doutrina" pregada pela empresa aos agricultores, poderá ser eficaz no sentido de disseminar os objetivos por ela delineados. Se levarmos em consideração o depoimento de Mário Lanzmaster, atual presidente da Cooperalfa, pode ser percebida a importância dessa disseminação doutrinária para a empresa. Ele aponta a importância do trabalho dos casais líderes para que a empresa se torne "mais presente e comprometida com os anseios do quadro social". Os casais são indicados pelos produtores em suas comunidades:

... Essa escolha, além de ser um exemplo de liberdade de escolha dos representantes, distingue a liderança como vital elo da ligação entre cooperados e Conselho de Administração, ainda mais no atual momento pelo qual passamos, onde democracia é a palavra de ordem em todas as relações sociais, LANZMASTER (2000, p.3)..

¹¹ É o total da riqueza criada dividida pelo número médio de empregados, não levando em conta eventuais serviços terceirizados. É uma medida de produtividade dos trabalhadores que indica a contribuição de cada um na riqueza gerada pela empresa.

Estes agricultores, muitas vezes, são os precursores das inovações que a empresa implementa na produção e na comercialização dos produtos agropecuários. Sendo assim, muitos desses líderes sentem-se honrados por serem "escolhidos" e, por isso, "vestem a camisa da empresa" e acreditam que esta é a forma "democrática" da empresa agir, como expresso no depoimento acima. Mas a empresa não diz aos mesmos que a participação é fundamental em todo o processo de tomada de decisões. Seja no campo administrativo da empresa, nas assembléias em que ocorrem as eleições para direção da empresa, seja em todo o processo produtivo, desde a produção até o momento da comercialização, os criadores não têm tido qualquer participação efetiva.

Ao participarem das reuniões ou assembléias, os agricultores são ouvintes e votantes, muito pouco opinam a respeito do que o presidente tem a informar-lhes. As decisões já estão tomadas, basta a aprovação dos sócios, e quem é que vai levantar -se contra o presidente? Normalmente, estas reuniões e assembléias são realizadas no período da manhã e, ao meio dia, a empresa oferece um almoço para os sócios presentes. E, assim, segue o que a empresa afirma ser "o cooperativismo", com a "democrática" participação dos sócios.

Na comercialização da produção concentra -se a maior expectativa do produtor, pois é o momento de receber financeiramente pelo que produziu. A empresa de forma alguma se mostra democrática e nem sequer escuta os apelos de seus sócios para uma melhor valorização de seu trabalho. Ela define o preço a ser pag o ao produtor e a ele cabe aceitar. A contradição entre o que a empresa prega e o que efetivamente faz junto aos produtores, está refletida, entre outros, nos contratos de criação de suínos que a mesma implementa junto a seus "integrados". Neles, pode ser percebido que o controle maior da produção é exercido pela empresa.

Para cada sistema de produção de suínos, a empresa possui um tipo de contrato. Os contratos são denominados contratos Suicooper, mudando as especificidades de acordo com cada fase de produção: inicial, terminação, ciclo completo e a chamada Parceria. Nesta última, que também é terminação, os produtores recebem da empresa os leitões e toda a alimentação para os mesmos. Nos

contratos, constam os compromissos da cooperativa para com o criador, os compromissos do criador para com a empresa e as considerações gerais (anexos 05 e 06).

Os "compromissos" que a empresa possui com os produtores "integrados" podem ser pontuados como sendo: o fornecimento de reprodutores (machos e fêmeas), o fornecimento dos leitões e insumos (rações, concentrados e medicamentos); garantia de absorção de toda a produção e, estabelecimento dos preços a serem pagos ao produtor.

Os suinocultores entrevistados salientaram que o sistema de "integração" tem sido procurado e mantido porque ele possibilita uma garantia de mercado, acima de tudo, mesmo em momentos de crise na suinocultura. Esta segurança da empresa perante o produtor é mantida pela garantia de compra de toda a produção e respectivo pagamento.

Os produtores se pronunciaram, também, a respeito de suas obrigações junto a empresa e disseram que os compromissos são repassados em "tons" de obrigação. Nesse sentido, destacamos alguns dos compromissos que os criadores de suínos têm para com a empresa e que constam nos contratos:

- o produtor deve vender toda a produção de suínos para esta empresa, caso isso não ocorra, o mesmo terá seu contrato suspenso, será desligado do programa de criação de suínos da empresa, além de estar "sujeito" às penalidades aplicadas pelo Conselho Administrativo;

- a alimentação dos animais é de responsabilidade do produtor, sendo que o mesmo deve produzir e/ou adquirir da empresa, somente desta, todos os insumos necessários à criação dos suínos, ao contrário, o mesmo terá seu contrato suspenso e será desligado do programa de criação de suínos da empresa;

- o "integrado" é responsável, também, pelo armazenamento e destino dos dejetos suínos que deve seguir as normas de manejo ambiental da FATMA;

- é responsável pelos custos de energia elétrica e manutenção da instalação;

- é responsável por todas as despesas trabalhistas, fiscais e previdenciárias, no decorrer do contrato, por não haver relação de emprego ou vínculo desta ordem entre os contratantes.

Ao destacarmos esses itens referentes ao contrato de criação de suínos, pode ser constatado, de forma explícita, como a empresa "integradora" exerce seu domínio sobre o produtor. Com isso, podemos compreender melhor o que alguns produtores apontavam quando na realização das entrevistas. Eles salientaram que não importava o seu pensamento sobre a "integração", porque uma vez "integrados", precisavam cumprir as orientações da empresa, mesmo não concordando com regras adotadas. No sentido de dizer que procuravam acompanhar as constantes inovações "propostas" pelas empresas na criação de suínos, alguns "integrados", se utilizaram de expressões como: "... a gente tem que fazer conforme a empresa diz." ou ainda, "... temos que marchar conforme a música".

Os diferentes contratos, conforme o sistema de criação de suínos, nos permite perceber parte das mudanças técnicas e do melhoramento genético que esta atividade veio absorvendo ao longo do tempo. Porém, as alterações ocorreram num ritmo mais lento se for comparada com a avicultura industrial, que já de início chegou bastante modernizada. A criação de suínos híbridos tem como um dos últimos resultados das pesquisas genéticas, o chamado "suíno *light*". Este suíno foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas pela EMBRAPA - Suínos e Aves de Concórdia (SC), em conjunto com outras empresas, a exemplo da Coopercentral/Aurora.

Segundo informações da própria COOPERCENTRAL (2001), esta agroindústria foi a primeira a adotar o sistema de tipificação de carcaças suínas. A tipificação é um processo que estimula a produção de suínos com baixo teor de gordura e adota um método de avaliação e remuneração das carcaças pela relação peso específico *versus* quantidade de carne magra nela contida. Em 2000, a empresa Aurora foi considerada líder brasileira na produção do suíno *light*, ou seja, o suíno híbrido da linha MS-58 e MS-60, de acordo com BEDIN (2000). Esta denominação dá-se em função de ser macho suíno

com 58% e 60% de carne magra concentrada nas partes nobres da carcaça - pernil e lombo - o que qualifica o animal como tipo carne e, por isso também, suíno *light*.

No sentido de estimular o consumo de carne suína no mercado interno, empresas e sindicatos de carne do estado catarinense têm efetuado constante divulgação do produto em meios de comunicação. Em jornais de circulação estadual, nutricionistas explicitam as qualidades da carne do suíno *light* e sugerem receitas de pratos à base de carne suína.

A linhagem *light* já faz parte dos plantéis de suínos de diversos municípios do Oeste Catarinense, incluindo o município de Quilombo. A exemplo disso, nas entrevistas junto aos suinocultores "integrados" a empresa Aurora, constatamos que eles estavam criando suínos derivados da linhagem MS-58. No caso do sistema de criação de ciclo completo ou iniciação, os criadores se utilizavam inseminação artificial ou o próprio suíno macho (MS-58) para fazer a reprodução dos animais na propriedade.

O ciclo completo é o sistema de produção de suínos em que o produtor é responsável pelos animais desde a escolha da fêmea, o nascimento dos leitões, seu desenvolvimento na fase adulta até o momento da venda. Para a efetivação de todas estas etapas, são necessários cerca de 180 dias. Neste sistema, para que o produtor seja aceito como "integrado", a Coopercentral exige que o mesmo possua em sua propriedade, o mínimo de 5 fêmeas híbridas. A empresa considera pequeno suinocultor aquele que possui de 5 a 9 fêmeas; médio produtor em torno de 30 fêmeas e grande produtor com 50 fêmeas ou mais. Nesse sentido, os suinocultores entrevistados do sistema ciclo completo, podem ser classificados como pequenos e médios criadores, pois nenhum deles possuía 50 criadeiras ou mais. Eles criavam 100 a 400 cabeças de suínos/ano, dependendo da quantidade de matrizes fêmeas disponíveis.

Verificamos que o sistema de criação de suínos em ciclo completo predominava sobre os demais na área estudada, representando perto de 53% dos suinocultores entrevistados. De acordo com um técnico de uma das empresas "integradoras", isso

corre porque, no ciclo completo, o controle da empresa sobre a produção não é "tão rígido" como nos demais sistemas de criação.

No sistema de ciclo completo, ao qual um dos técnicos referiu-se como sendo "*...o sistema em que o produtor tem mais controle*", é passada a imagem de que o "integrado" é mais "livre". Talvez o produtor tenha uma certa "liberdade" no prazo de venda dos suínos para a empresa, já que a data de entrega do produto, neste caso, está por conta do produtor. Porém, ele sabe que, ao vender o suíno abaixo do peso, terá desconto, ao entregar o suíno acima do peso, terá desperdiçado alimentação e em conseqüência disso, aumentado suas despesas. Nesse sentido, o produtor terá um "maior controle", mas somente para vender seus suínos no momento em que seja mais conveniente e que não lhe traga muitos prejuízos. Porque, o preço pago pelas empresas aos produtores, tem se mantido baixo e é um dos principais problemas levantados pelos "integrados".

Por outro lado, o iniciador que cria leitões até 70 dias ou até que o mesmo atinja de 18 a 30 kg, trata-se de um criador mais especializado. Neste sistema de criatório, as exigências e cuidados são maiores. Apenas 16% dos entrevistados, produtores de suínos, encontrava-se neste sistema, criando entre 3.700 a 5.000 leitões/ano. Eles criavam os leitões para a empresa distribuir aos suinocultores terminadores.

Independente da empresa de "integração", o sistema inicial da produção de suínos é a mais exigida quanto aos investimentos na propriedade por parte dos produtores, seja em termos de recursos tecnológicos em instalações, equipamentos ou na genética para a obtenção das fêmeas para a criação dos leitões. Entre os criadores de suínos, a genética é sinônimo de reprodutores (fêmeas e machos) de alta linhagem, que apresentam índices de gordura cada vez menores.

Portanto, em especial, os produtores iniciadores possuem grande responsabilidade para com a empresa, pois são eles que vão garantir a continuidade da produção de suínos com leitões *saudáveis*. Por isso, devem seguir à risca as orientações

técnicas da empresa "integradora". Nesta constante relação de subordinação, o criador vê diminuir sua participação na tomada de decisões no processo de criação de suínos.

O terminador é o criador que recebe os leitões da empresa e, num prazo de 110 dias, entregá-los prontos ao frigorífico. Nesse período, ocorre o desenvolvimento do suíno até o ponto de abate, atingindo entre 95 a 110kg. Este sistema estava presente em 21% dos entrevistados, cada um terminava entre 400 e 1.400 cabeças/suíno/ano.

Outro sistema adotado recentemente pela empresa é a chamada parceria. Este é também de terminação e há um controle por parte da empresa. O produtor fica responsável pelo trabalho e pelas instalações, enquanto que a empresa fornece os leitões, ração, medicamentos, assistência técnica e também define o prazo de entrega. O criador não necessita produzir milho para os suínos, já que a alimentação vem pronta da empresa. Neste sistema, não é permitido que o produtor abata nenhum dos suínos.

Cerca de 10% dos entrevistados faziam parte do sistema de parceria. Os criadores afirmaram que a empresa "vigia" constantemente a criação dos animais, através dos técnicos que acompanham, passo-a-passo, todo o processo de criação desses suínos. O rigor na criação em parceria pode ser explicado pelo fato de que estes animais serão as matrizes (macho e fêmea) que a empresa distribui para outros produtores. Os parceiros entrevistados criavam entre 110 e 580 cabeças/suíno/ano para a empresa.

Os produtores mencionados, exceto os de parceria, geralmente produzem a maior parte do milho necessário para a alimentação dos suínos. Para efetivar o contrato de "integração" junto aos produtores, a Alfa exige que os mesmos produzam o mínimo de 70% do milho. Sendo assim, o produtor de ciclo completo possui tantas matrizes quanto for possível a produção de milho. Esta produção está relacionada com a quantidade de terra existente em sua propriedade ou também com o arrendamento de parcelas de outras propriedades.

Ao tomarmos como exemplo, um produtor que possuía 6 matrizes, criava cerca de 150 cabeças/suínos/ano, de acordo com a quantidade de milho produzida em sua propriedade, no ano de 2000. Levando em consideração que a empresa pretende especializar, cada vez mais, sua produção e, somente possuir criadores com um número de matrizes próximo a 50, nos questionamos qual será o destino desses produtores cuja propriedade não comporta produção de grãos (milho) para tantos suínos? Adquirir o milho necessário para a alimentação dos animais, elevando o custo de produção ou deixar o sistema de "integração"?

Na maioria das vezes, o milho produzido fica armazenado no silo da própria empresa, no caso da Cooperalfa. Quanto aos custos com o transporte, secagem e armazenagem do produto, a empresa cobrava dos produtores, R\$ 1,20 para cada saca de milho armazenada no ano de 2000. Este custo referente ao armazenamento tem se tornado elevado para os produtores que não possuem outra forma de guardar sua produção.

Para cada sistema de produção existem também, instalações apropriadas. Segundo o responsável pela suinocultura da Cooperalfa, se o produtor quiser mudar de categoria na criação de suínos e não aceitar as inovações, a empresa não autoriza a mudança.

Por exemplo, se um produtor estiver trabalhando com ciclo completo de criação e quiser passar para o sistema de iniciação, ele deverá fazer todas as mudanças necessárias nas instalações. Estas mudanças na construção ocorrem de acordo com as técnicas adotadas pela empresa e adequadas para acomodar os leitões, como construção de maternidades e creches. Caso o criador não seguir as orientações da empresa, ele não conseguirá mudar de sistema de criação.

Portanto, assim como ocorre na criação de aves, na suinocultura também existem criadores que não conseguem acompanhar as mudanças que a empresa busca implementar na atividade. Para cada fase de criação, desde o nascimento até a fase adulta, os suínos passam por também diferentes espaços no criatório (fotos 16 e 17).



Foto 16 - Quando as fêmeas estão prestes a parir, elas são conduzidas até a maternidade. Nestas repartições ocorre o nascimento dos leitões e é ali que eles passam a primeira fase de vida.

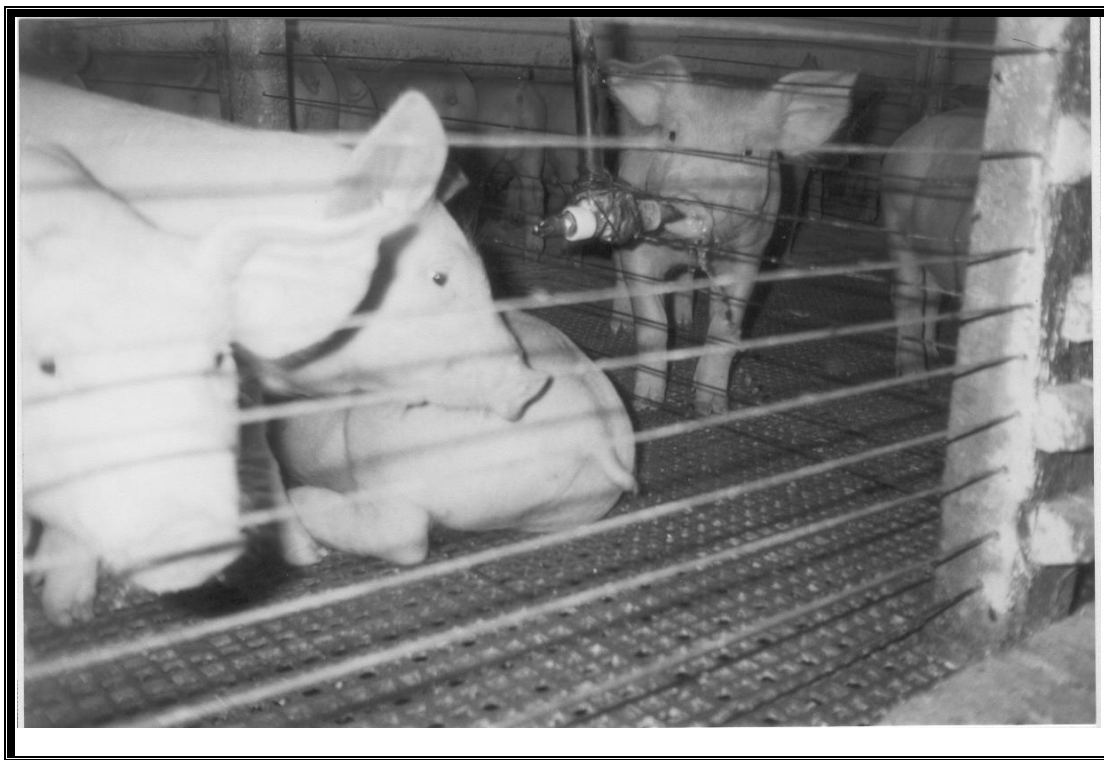


Foto 17 - Depois da maternidade os leitões são conduzidos para as creches. Cada repartição da creche comporta cerca de dez leitões. Parte do chão das creches é revestido com material de PVC, perfurado, para evitar que os leitões fiquem em contato direto com dejetos e umidade. Depois da creche, os leitões ainda são conduzidos para outras repartições maiores e lá permanecem até atingirem cerca de 18 a 30 kg quando então entram para a fase terminação.

Quanto às mudanças na propriedade, um produtor de suínos relatou -nos sobre as adaptações necessárias nas instalações para a fase terminação. Em consequência das altas temperaturas, em torno de 30°C no verão naquela área, foi necessária a montagem de uma "estufa" que serve como um certo tipo de isolante térmico no combate ao calor. A "estufa" constitui-se numa lona plástica colocada em uma certa altura, com o objetivo de amenizar o calor dos raios solares incidentes sobre o telhado da pocilga. Os suínos em fase de terminação requerem temperaturas que podem variar de 12 a 21°C. O motivo que justifica este cuidado está relacionado ao tamanho dos animais, pois quanto maior o animal, maior será a dificuldade em eliminar o calor.

Outros produtores, ao referirem-se sobre este mesmo assunto, disseram que, se os animais estivessem soltos em piquetes "*...eles iriam deitar-se no solo, banhar-se*" de modo a possibilitar a liberação de calor do organismo. Porém, como a criação intensiva deixa os animais "amontoados" em um espaço reduzido, o produtor deve tomar cuidado para evitar o sufocamento causado pelo calor. Um produtor de suínos de fase de terminação salientou a necessidade de um acompanhamento constante na criação para não ter problemas com a empresa, "*... é preciso cuidar bem deles, principalmente porque a gente tem um compromisso com a empresa, muito maior do que com a propriedade*".

Neste sentido, muitos criadores preocupam-se em cumprir as ordens da empresa a qual encontram-se vinculados. Eles sabem que, se não seguirem tais exigências, podem ser "cortados" da "integração" e, este, não parece ser o objetivo dos criadores. O "integrado" do depoimento anterior pretendia mudar de empresa, mas não queria desistir da atividade. No momento em que foi realizada a pesquisa (abr./2000), este produtor encontrava-se vinculado a duas empresas, uma com "integração" de suínos e outra com "integração" de aves (foto 18).



Foto 18 - O produtor recebe a placa com o nome da empresa e o seu nome impressos. Ela necessita ser fixada na entrada da propriedade para facilitar o trabalho dos motoristas de caminhões quando da entrega ou recebimento de insumos e animais. Consideramos, porém, que esta é uma forma que a empresa utiliza para (de)marcar território, como exposto anteriormente, em que a placa serve de indicativo do poder exercido pela empresa sobre a propriedade.

Em meio a entrevista, o produtor nos disse que, em certa ocasião adquiriu ração para os suínos de um outro fornecedor por ser mais barato do que na empresa "integradora". Ao saber do ocorrido, o técnico da empresa foi até a propriedade do suinocultor para certificar-se da situação, *"... quando o técnico soube, veio aqui em casa e disse que não gostou que eu comprei ração em outra empresa e me xingou. Eu também, 'botei os pés nele' e nunca mais apareceu aqui em casa."* Alguns meses depois, em outra visita ao município, fomos informados de que este produtor havia saído da "integração". O

motivo alegado foi a falta de pessoas na família para dedicar seu trabalho na criação dos animais, já que o único filho que reside na mesma propriedade, estava adoecido.

A princípio, este motivo, a de falta força de trabalho na família, parece ser convincente. Porém, se o produtor já buscava reduzir os custos de produção, adquirindo produtos de outras empresas, acreditamos que o rendimento com os suínos não estava sendo o suficiente para saldar os gastos. O fator "desobediência", no caso do produtor ter adquirido insumos de uma outra empresa, pode ter contribuído para a "saída" do mesmo do sistema de "integração".

Este foi um entre tantos outros exemplos de excluídos do processo de produção ocorridos após a implantação do sistema "integração", ou seja, um produtor que não conseguiu acompanhar as mudanças exigidas pela empresa na criação de suínos. Quando os produtores não seguem as recomendações e/ou as normas técnicas da empresa, eles não são "bons" produtores e não interessam à empresa. Por isso, eles podem ser eliminados do processo produtivo quando o nome da empresa está em "jogo".

Nas atividades da "integração", os produtores necessitam investir nas instalações, de acordo com padrões da empresa onde se encontram vinculados. Constatamos que, para aumentar o tamanho da instalação dos suínos, além do padrão da construção, a empresa exige que o produtor utilize técnicas da própria empresa, bem como os construtores responsáveis. Para as inovações das instalações, a empresa intermedia na negociação bancária, caso o produtor necessite fazer um financiamento.

Num dos casos entrevistados, o suinocultor havia contraído uma dívida para melhorar as instalações de suínos, mudam do sistema ciclo completo para o de parceria. Este produtor estava bastante preocupado em saldar suas dívidas, uma vez que os custos da produção de suínos estavam muito elevados. Para ele, o que sobrava de cada entrega não estava sendo suficiente para cobrir todos as despesas da família e da criação. Assim, ele temia em ocorrer a necessidade de vender sua propriedade para pagar a dívida contraída junto ao banco.

Em alguns estabelecimentos visitados, constatamos que a criação de suínos era feita em pocilgas de madeira e o estado de conservação era precário (foto 19). O exemplo da foto refere-se a uma instalação de um produtor "integrado" na Cooperalfa e criava suínos em ciclo completo. Ele possuía seis matrizes e vendia em torno de 150 cabeças de suínos/ano. Com problemas de saúde na família, o mesmo reclamava o baixo preço que a empresa pagava pelos produtos. Também não estava satisfeito com o técnico da empresa que, segundo ele, *"exigia demais, exigia o que não era possível acompanhar."*



Foto 19 - O pouco incentivo à produção de suínos dos pequenos produtores expressa-se em algumas propriedades onde as instalações dos animais apresentam precárias condições de uso, como apresentado nesta foto, onde pode ser evidenciada uma pocilga de madeira, de um pequeno suinocultor.

Comprendemos que certos suinocultores estejam vivendo em ambiente bastante conflituoso entre as necessidades econômicas da família e as exigências nas instalações dos animais, onde necessitam investir, constantemente. O depoimento da esposa de um suinocultor demonstra o quadro dramático de sua realidade, *".. Ah! Se eu pudesse queria sumir e nem saber que existe roça, que existe agricultura. A gente se mata de tanto trabalhar, para os outros levarem lucro. E pra gente, só dívida e trabalho, muito trabalho."*

Conforme dados do Instituto CEPA/SC, apresentados na tabela 09, o preço do quilo do suíno vivo, comercializado na praça de Chapecó, variou de R\$ 0,69 em maio e junho de 1996 e R\$ 1,20 em dezembro de 2000. A média anual alcançou preços de R\$ 0,74 a R\$ 1,08. Apesar da pequena elevação do preço no período considerado, o preço do suíno vivo entregue pelos criadores tem ficado muito abaixo do esperado, algumas vezes, abaixo do custo real de produção. A produção um pouco superior à demanda e o encarecimento dos preços do milho, foram fatores que contribuíram para os reduzidos ganhos do produtor nos anos de 1999 e 2000.

ano mês	1996	1997	1998	1999	2000
jan.	0,71	0,87	0,88	0,91	1,15
fev.	0,70	0,93	0,87	0,98	1,15
mar.	0,70	1,02	0,86	1,07	1,09
abr.	0,70	1,02	0,86	1,05	1,02
maio	0,69	0,98	0,86	0,94	1,00
jun.	0,69	0,93	0,87	0,93	1,00
jul.	0,74	0,90	0,87	0,93	1,00
ago.	0,75	0,88	0,86	0,93	1,09
set.	0,75	0,88	0,82	0,95	1,10
out.	0,77	0,90	0,80	1,03	1,10
nov.	0,83	0,90	0,80	1,14	1,12
dez.	0,89	0,90	0,86	1,15	1,20
Média	0,74	0,92	0,85	1,00	1,08

Fonte: Instituto CEPA/SC, 2001.

Salientamos que o preço pago ao produtor no ano de 2000 (R\$ 1,08), apresentava a mesma média do preço pago há dez anos atrás, com variação de um centavo de real. Em 1990, o produtor recebeu R\$ 1,07, em média, pelo quilo do suíno vivo em Chapecó. Nesse sentido, pode ser constatada a contínua e gradativa perda de ganhos que o suinocultor vem enfrentando, há pelo menos 5 anos.

Além disso, a evolução técnica tem melhorado o material genético das suas matrizes produtoras de suínos que tem elevado até outras, um melhor desempenho nos seus equipamentos, também vem agindo de forma excludente entre os pequenos produtores. Partindo do pressuposto que os produtores necessitam investir valores

elevados para que as instalações de sua propriedade estejam adequadas à criação dos animais, este pode ser considerado um fator seletivo. Sabe-se ainda, que nem todos os produtores são aceitos pelas empresas para fazer parte da "integração".

Uma vez "integrado" e, à medida que as relações entre produtor e empresa se estreitam, diminui a capacidade ou liberdade na tomada de decisões por parte do "integrado". Posto isso, concordamos com a afirmação de PIZZOLATTI (1996, p.191), quando diz que "*... cada vez menos pode ser ocultada a relação baseada na subordinação do trabalhador ao capital e, à medida que a produção vai sendo modernizada e sistematizada, mais distante vai ficando a autonomia do pequeno criador.*"

Muitos dos "integrados" percebem, claramente, a sua falta de autonomia. A seguir, transcrevemos um trecho de uma entrevista, referente a esta questão:

... quando a gente está 'integrado', até parece que a gente não é dono da propriedade. Além da gente ser mandado, exigem muita dedicação. Eles sabem mais lá na empresa do que a gente aqui em casa, eles têm o controle de tudo o que acontece aqui. Você até tem a garantia de que vende o produto, mas e daí? Você não tem nenhuma garantia de que preço você vai receber pelo produto.

Apesar dos apontamentos já expostos, ao perguntarmos sobre a permanência na atividade e na "integração", todos afirmaram que pretendiam permanecer na atividade. Porém, cerca de 15%, disseram que pretendiam desistir da "integração". Conforme já destacamos, a suinocultura está fortemente associada à tradição ao cultivo de milho naquela área.

Os produtores que pretendem permanecer "integrados" alegaram que houve um alto investimento nas instalações e nas matrizes reprodutoras. Além do investimento, a necessidade de garantir um mercado para os suínos leva-os a querer continuar no esquema de criação. Alguns poucos suinocultores (fase inicial) possuem elevados investimentos na propriedade, muitas vezes, representando o trabalho de "*uma vida inteira*" do casal e, por isso mesmo, a atividade "*não pode ser abandonada de uma hora para outra*". Para eles, apesar do alto investimento para adaptação e/ou construção de maternidade, creche ou equipamentos, os resultados obtidos estavam a

contento. Porém, assim como todos os demais, ressaltaram a necessidade de uma maior valorização do setor agrícola, em especial, a suinocultura.

Os demais, mesmo permanecendo na "integração" e defendendo a empresa em alguns casos, mostraram-se insatisfeitos com os preços. De acordo com esses produtores, se for calculado todo o trabalho da família na atividade, energia elétrica e o milho necessário para alimentação dos animais, o retorno financeiro que a criação de suínos traz, acaba sendo muito reduzido e, às vezes, com prejuízo. A venda dos suínos, para eles, *"...é uma das poucas garantias que a empresa oferece."* Para eles, há uma ausência de perspectiva de melhora e o caminho da "integração" com as empresas parece ser o único em vista. Algumas das expressões usadas por "integrados" nos fazem pensar na condição em que os mesmos se encontram perante as empresas, em que se vêem como se estivessem "amarrados" e sem muitas opções, como eles mesmos dizem: *"...o cara que for integrado, é peão. E peão você sabe como é, faz tudo como o patrão pede."*

Expressões como estas perpassaram os depoimentos das entrevistas que realizamos junto aos criadores. Permitem transparecer parte da dependência dos produtores familiares do município de Quilombo junto às grandes empresas. Nos fazem refletir sobre a pouca importância que os governos em suas várias instâncias, seja municipal, estadual ou a nível nacional, têm despendido ao setor agrícola. Estes mesmos produtores são os responsáveis pela maior parte da alimentação destinada à mesa dos brasileiros. Nos fazem refletir ainda, sobre aqueles que foram e dos que, em breve, serão excluídos do sistema de produção suinícola e avícola por não terem conseguido acompanhar inovações para cada etapa de (des)envolvimento da produção "integrada".

Os suinocultores que pensam em desistir da "integração", porém, não vão desistir da atividade. Apontaram a possibilidade de agregar valor à carne suína, antes de ser comercializada. Até hoje, é comum para os agricultores da área em estudo, criar porcos como uma garantia em caso de necessidade, como se fosse uma poupança familiar. Quando ocorre uma emergência que necessite recursos financeiros, eles recorrem à poupança, ou seja, vendem um suíno ou dois, de acordo com a quantidade

de dinheiro que o momento exigir. Nesses casos, eles criam porcos de linhagens melhoradas para que os mesmos possam ser aceitos no comércio.

Contudo, a desistência completa da criação de suínos naquela área, não ocorrerá tão rapidamente, em nosso ponto de vista. A possibilidade de tê-los como reserva de carne na propriedade e a tradição de consumir carne suína e seus derivados (salame, banha, toucinho, morcilha, queijo-de-porco), são fortes indícios de que serão encontrados, com certa frequência (pelo menos 1 ou 2 cabeças) nas propriedades rurais de Quilombo.

Entre os suinocultores entrevistados, todos aqueles de ciclo completo e de terminação, pudemos constatar a ocorrência de pelo menos duas atividades de criação. Além dos suínos, havia criação de gado bovino para servir de tração e/ou para produzir leite. O leite produzido servia para consumo da própria família e/ou para a vender. A criação de suínos associados à criação de gado leiteiro ocorre por diversos motivos. Dentre eles, podemos destacar: o baixo rendimento na criação de suínos, o aproveitamento dos dejetos para o cultivo das pastagens e a possibilidade de rendimento mensal pela venda do leite. Este último motivo tem sido apontado como o principal, pois permite que a família se organize nas despesas mensais, como o pagamento de energia elétrica, por exemplo. Ainda foi indicado como a maior fonte de renda para a manutenção do automóvel, quando possuíam. Alguns produtores disseram que se utilizavam do rendimento mensal do leite, inclusive, para aquisição de medicamentos e insumos para os suínos, dado o pouco rendimento obtido com a atividade suinícola.

O leite produzido na propriedade era destinado ao consumo da própria família, para a produção de queijo ou para vender. Apenas 13% produziam para o consumo familiar, 19% utilizavam para fazer queijo com a finalidade de ser vendido, na localidade ou na cidade. Porém, a maior parte dos entrevistados, representando 68%, produziam leite para vender, com quantidades de grande variação entre eles, entre 200 e 6.000 litros de leite por mês.

Quanto à ordenha, aqueles que produziam até 500 litros de leite mensais, faziam a ordenha de forma manual. Eles conservavam o leite em resfriadores até o momento de ser recolhido pelos "leiteiros". Os maiores produtores possuíam ordenhadeiras elétricas e um deles possuía resfriador a granel. Pode-se inferir que, aos poucos, tal como ocorre com a avicultura e a suinocultura, a produção de leite também vem exigindo mudanças nas formas de manejo com os animais, de armazenamento e resfriamento do leite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que constatamos por meio de levantamento de campo, revela uma situação das atividades suínolas e avícolas não só no município ou no estado, mas uma realidade nacional. Trata-se de uma realidade social que nos leva a entender a comunhão entre o singular e o universal que, pela relação dialética entre eles, não passam de instâncias fortemente distintas.

A situação dos produtores de aves e suínos do espaço investigado, assemelha-se a de inúmeros pequenos produtores do sul do país como constatado em outras pesquisas. Eles incluem-se na realidade da (re)produção da unidade econômica familiar na atualidade, com especificidades formais aqui ou ali. Em todas elas coexistem concretamente ou tendencialmente pequenos esquemas de dominação, empobrecimento de algumas famílias, reprodução acrescentada de outros, oscilação de ganhos por entrega de lotes ou por anos agrícolas.

Na criação de animais de forma "integrada", apesar de ocorrer uma concentração na produção tanto de suínos, quanto de aves e os preços serem determinados pelas empresas, significativa parcela de produtores continuará inserida no processo. Para isso, aplicam continuamente recursos financeiros nas atividades de criação animal. Entre outros resultados, a concentração vai refletir no "corte" de outros produtores do sistema "integração". Ficarão apenas os "melhores", os que mais e melhor produzirem e, os que acompanharem as inovações e exigências das empresas das quais estão vinculados.

Nesse sentido, pode ser constatada que uma parcela de produtores não está conseguindo acompanhar o ritmo de exigências conduzidas pelas empresas. Pensamos que estes produtores serão, talvez em breve período de tempo, retirados do processo produtivo de aves e excluídos desse sistema dito "integrador".

Portanto, torna-se possível inferir que a empresa interessa-se pelo êxito de seus "integrados", mas pelo produto de qualidade do qual ela necessita. E, para isso, não interessa o sacrifício pelo qual seus "integrados" tenham que passar para criar os animais. Mesmo que o sacrifício seja a eliminação de vários pequenos produtores em benefício de outros que conseguiram "sobreviver" às pressões e exigências. Estes sim, devem continuar, pois são os fortes e exemplos, uma vez que *"obedecem e fazem como a gente pede"*, nas palavras do técnico de uma das empresas.

Mais uma vez, pode ser percebido que existem certos motivos em levar determinados "integrados" a sentirem-se como se fossem funcionários externos das empresas, porém, sem direitos trabalhistas. Pelos depoimentos, além das diferenciações existentes entre os "integrados", há que se considerar, a existência de uma grande circulação de riqueza. Porém, a parte que efetivamente fica com o produtor é muito reduzida. Em virtude das características específicas de cada avicultor, torna-se complexa a comparação entre os ganhos dos mesmos. Dependendo dos equipamentos disponíveis, por exemplo, a atividade demanda mais ou menos força de trabalho.

Quanto a concentração na produção, constatamos que a mesma vem aumentando a cada ano. Apenas como demonstração, apresentamos dados de alguns lotes entregues nos anos de 2000 e 2001 para serem comparados com os de 1999, dos avicultores entrevistados "A" e "B" do capítulo IV.

O avicultor "A", vinculado a empresa Aurora, criou 12.422 cabeças de aves macho/lote no ano de 1999. Nos anos de 2000 e 2001, o mesmo avicultor criou uma média de 13.095 e 13.358 aves macho/lote, respectivamente. A média de aves fêmeas criadas por lote, pelo avicultor "A" foi de 14.324 em 1999, 15.352 em 2000 e 15.679 no ano de 2001.

Enquanto o avicultor "B", "integrado" com a empresa Chapecó criou uma média de 10.451 de aves macho/lote em 1999, 11.625 em 2000 e 12.040 no ano de 2001.

O número de aves fêmeas criadas, por outro lado, teve uma maior elevação para o avicultor "B". Ele criou 11.467 aves fêmeas/lote em 1999, 14.089 e 14.712 nos anos de 2000 e 2001, respectivamente.

Ao compararmos os dados dos lotes entregues pelos avicultores acima mencionados, constatamos que, normalmente, as aves fêmeas são criadas em maior número que as aves macho, independente de qual for a empresa. Isso deve-se ao fator tamanho, já que as aves fêmeas, quando adultas, apresentam tamanho menor que as aves macho. Assim, elas ocupam menos espaço no aviário e, logo, podem ser criadas em maior número. Pudemos constatar ainda, que o aumento da quantidade de aves criadas, tanto macho como fêmea, vem elevando-se gradativamente, porém, em níveis diferenciados para cada empresa. Dentro da mesma empresa podem ser encontrados níveis diversos de concentração da criação, de acordo com equipamentos e instalações de cada avicultor.

Por outro lado, no mês em que o avicultor "A" criou o maior número de aves correspondeu ao que a empresa pagou menos pelo seu trabalho. Assim, nos lotes entregues no ano de 2000 e 2001, o lote entregue em 13 de abril de 2000, o produtor recebeu R\$ 1.027,38 para criar 16.465 cabeças para a empresa. O preço pago esteve abaixo da média dos demais lotes.

Nesse sentido, salientamos que a maior concentração da produção não significa um maior rendimento ao produtor. Mas, como ocorreu muito investimento na atividade, o produtor "necessita" produzir mais para justificar o investimento e para que possa quitar as dívidas com a compra dos equipamentos. No ano de 2000, o produtor "A" já havia adquirido a maioria dos equipamentos mais "modernos" do aviário. O único equipamento obsoleto era o comedouro, ainda preenchido manualmente. Considerado pelos técnicos da empresa como um dos "melhores produtores", talvez por acatar as determinações sem reclamar, muito provavelmente o produtor não será eliminado do ciclo de criação de aves do município de Quilombo.

Outra mudança ocorrida a partir do mês de julho de 2000, foi a forma de avaliação das aves criadas. Naquele período, a empresa Chapecó passou a discriminar os diversos tipos de condenações das aves dos lotes entregues pelos produtores, como: aerosacolaite, artrite, dermatose, condenadas celulite, fratura parcial, ascite, caquexia, contaminação, colibacilose, fratura total, entre outros. Buscamos informações junto a empresa para que ela nos fornecesse os conceitos de cada um desses itens mencionados na nota do produtor, mas não obtivemos resposta.

Salientamos que, tanto a concentração na criação e o manejo dos animais quanto as "novas" exigências na sanidade dos animais são determinados, em boa parte, pelo mercado consumidor. As empresas enquanto "comandantes" do processo criatório, repassam aos produtores tais exigências. Desde o ano 2000, tem ocorrido uma maior demanda da carne suína e de aves no mercado europeu e asiático. O aumento do consumo da carne desses animais, principalmente na Europa, tem acontecido pela redução do consumo de carne bovina pela ocorrência do "mal da vaca louca" (*Encefalopatia Espongiforme Bovina*) e da febre aftosa. Assim, o Estado de Santa Catarina, considerado área livre de aftosa, sem vacinação, teve possibilidade de aumentar em mais de 40% das exportações de carnes suínas e de aves, segundo o Jornal Diário Catarinense (04 de março de 2001).

Inferimos porém, que as empresas sempre procuram "novas" formas de extrair do pequeno produtor, o seu sobretrabalho. Descontam tudo o que podem daquilo que ele vai receber. Resta ao produtor umas poucas "migalhas" que a própria empresa ainda permite. Afinal, ele necessita, pelo menos, "subviver" para dar continuidade a criação dos animais.

Por outro lado, a falta de estímulo com a criação de suínos vem sendo expressa nos baixos preços pagos ao criador. Isso tem levado muitos produtores a aumentar a criação de gado leiteiro em sua propriedade, mesmo que ainda permaneçam "integrados" na criação de suínos. A principal meta, neste sentido, está em gerar uma fonte de renda mensal, a qual não é possível ser obtida com a criação de suínos. Os produtores desempenham as duas atividades de forma paralela, sendo que a criação

de suínos fornece os dejetos que são utilizados como adubo no cultivo das pastagens. Assim, a maioria daqueles que já vêm produzindo leite para a venda (cerca de 70% dos entrevistados), demonstraram interesse em aumentar o número de cabeças de vacas leiteiras com a finalidade de produzir mais leite.

Notadamente, a criação de suínos de forma "integrada" para a maioria dos pequenos produtores da área estudada, não têm proporcionado o "esperado e merecido" retorno financeiro. Na expectativa de um melhor rendimento, suinocultores buscam incrementar a propriedade com outras atividades ou aumentar atividades que já vinham sendo realizadas, mas de forma secundária. Assim, atividades como a produção de leite que sempre estiveram presentes na propriedade e que apareciam como atividade secundária, agora estão emergindo para principal atividade em diversas pequenas propriedades da área em estudo.

Nas pequenas propriedades onde ocorre a criação e a reprodução dos suínos e aves, além de outras atividades, estão contidos também, os diversos espaços e tempos. Estes são marcados e formados por relações, de opressão, de alegrias, de tristezas das muitas pessoas que estão, de certa forma, interligadas e superpostas no/para o sistema de produção de alimentos. Após serem processados, esses alimentos são distribuídos internamente no país e também vão alimentar outros povos em outras nações.

O resultado do que foi produzido, distribuído e trocado nas relações entre exploradores e explorados de tempos e lugares anteriores, se esconde atrás de um pequeno grupo que, sem dúvida, vai obter lucro. Grupo este, que não se encontra nos arredores da criação dos animais, mas formado pelos grandes empresários e industriais, os intermediários entre o produtor e consumidor.

Como resultado do processo do trabalho empregado, sai a mercadoria aves/suínos. Cada uma delas contém, não somente parte das energias físicas de quem trabalha, mas também, parte das energias psíquicas despendidas em anseios, ilusões, frustrações, sonhos e duras realidades, além do trabalho não pago.

Parte das energias de cada trabalhador está imbricado também nos subprodutos de suínos e aves que vão ser distribuídos por várias partes do mundo. O produtor de aves e de suínos trabalha em sua propriedade e "vê" a maior parte do produto escapar de suas mãos, pois a empresa apropria-se dele. Nesse sentido, acreditamos que a marca mais forte na relação das empresas para com os produtores, seja a exploração. Ela ocorre de formas múltiplas, em diversos momentos da produção e também, por vias variáveis como a física e psíquica.

A empresa interfere no processo produtivo a partir do momento em que o agricultor busca uma possível "integração" entre ambos. Desde o início as regras começam a ser ditadas pelas empresas ao produtor: via medicamentos para aves e suínos que fornece, via maquinários e instalações que financia, via assistência técnica e, finalmente, via preço pago ao produtor. Estando o produtor "amarrado" à empresa, o mesmo não tem voz ativa para dizer *"o preço do meu produto não é esse, mas poderia ser aquele. Nós trabalhamos muito para produzi-lo, por isso, merecemos mais"*, segundo manifestações de alguns produtores entrevistados.

Muitas vezes ocorre o que poderíamos chamar de desencontro entre o produtor e o produto de seu trabalho. A princípio, os suínos e aves são do produtor, mas ele não pode reclamar, pois o contrato feito com a empresa lhe impede. Quando vai "integrar-se" à empresa, ela garante recursos para criar os animais e comprá-los depois. Por outro lado, a empresa não garante um preço condizente com o trabalho empenhado pelo produtor e sua família.

A relação produtor-empresa na pequena propriedade onde a ocorre criação de suínos/aves, como em qualquer outra, se efetua pelo trabalho. Porém, esta não é uma relação que reproduz somente os produtores e suas famílias. Reproduz também, o grande capital, à medida em que as empresas se apropriam de grande parte do trabalho ali despendido.

A "condição desigual de troca" estabelecida entre o produtor da matéria-prima e as grandes empresas, permite a transferência de parte do valor incorporado no

produto do pequeno produtor para o capital industrial. Isso ocorre por intermédio dos preços que o pequeno produtor necessita pagar pelos maquinários, insumos e/ou matrizes animais adquiridos das empresas, preços superiores aos que recebe pela venda de seu produto como matéria-prima para a indústria. Assim, na mesma medida em que é assegurada a reposição dos meios de trabalho para cada ciclo de criação dos animais, abre-se também, o caminho para uma das formas de expropriação do sobretrabalho do pequeno produtor pelo capital industrial.

Portanto, o lugar das aves/suínos não é só um ponto na paisagem de Quilombo. A paisagem das aves/suínos não restringe-se às propriedades em si, às instalações onde são abrigados os animais, mas também é marcada e formada por homens, mulheres e crianças que trabalham nestas atividades. Também é marcada pelo movimento dos caminhões adaptados para o transporte de rações, pintos, frangos ou de suínos. Estes veículos levam consigo, além da carga de ração ou de animais, o logotipo da empresa para qual o serviço está sendo efetuado. Normalmente o nome da empresa está impresso na porta do caminhão. No caso de caminhões para transporte de aves, as caixas (engradados), possuem também, a(s) cor(es) padrão da empresa.

Os motoristas desses caminhões são trabalhadores que, com o vai-e-vem de seus veículos, contribuem para a propagação das empresas, mesmo não recebendo a mais por isso. A propagação ocorre pelo interior do município, no centro das cidades em todo o percurso entre o produtor, passando por todo o processo de transformação, até chegar aos diversos subprodutos que irão abastecer o consumidor final nas pequenas ou grandes cidades. Esta movimentação, normalmente, costuma ser associada à marca da empresa e, dificilmente aos muitos pequenos produtores que ficam anônimos neste processo.

Independente da origem cultural, os produtores rurais do Oeste Catarinense, ao longo do tempo, necessitaram exercer múltiplas funções para contornar dificuldades socioeconômicas e naturais. O surgimento do sistema de produção "integrado", há mais de três décadas, levou parcela significativa de pequenos produtores a produzir matéria-prima especializada para as indústrias de carnes que atuam na área.

Muito embora venha ocorrendo um aumento na produtividade de suínos e aves, uma especialização cada vez mais intensificada e uma concentração da produção, são fatores que também vem contribuindo, de maneira decisiva, para eliminar pequenos produtores que não conseguem acompanhar o ritmo das mudanças postas pelas empresas. Simultaneamente, parte dos produtores que não vislumbra melhorias, num prazo de tempo breve, acaba abandonando também as outras atividades agrícolas, migrando para as cidades em busca de outros trabalhos que ofereçam melhores rendimentos daqueles oferecidos pelas atividades do campo.

Acostumados com a multifuncionalidade em suas propriedades, parte dos pequenos produtores rurais do município de Quilombo, incluindo alguns "integrados", tem buscado formas diferenciadas da "integração" para produzir ou criar, industrializar e/ou comercializar seus produtos agrícolas de origem vegetal ou animal. Para tanto, eles vêm se organizando em grupos em diversas localidades do município.

Cada grupo estava composto por algumas famílias, variando de 4 até 34 famílias. Em nosso trabalho de campo, pudemos contatar 5 grupos, sendo assim distribuídos de acordo com sua atividade principal:

- 1 grupo "A" com criação de suínos;
- 1 grupo "B" de criação, abate e beneficiamento de suínos de forma orgânica;
- 1 grupo "C" de recolhimento e venda de leite;
- 2 grupos "D" e "E" de produção e beneficiamento de leite para produzir queijo.

Desses grupos, dois deles vinham cultivando milho crioulo, sem o emprego de sementes híbridas e insumos químicos. Um dos grupos vinha exercendo esta atividade há 4 anos e o outro grupo há 2 anos. Salientaram que a produtividade do milho crioulo fica um pouco abaixo, cerca de 10 sacas a menos por hectare em relação a do milho híbrido, porém com os custos de produção bem menores. Assim, a adubação tem sido realizada com a utilização de excrementos provenientes da criação de aves e suínos pelos próprios produtores dos grupos.

Apesar de uma produtividade um pouco menor, o milho crioulo apresenta uma maior rentabilidade por hectare. Enquanto o milho híbrido render, em média, R\$ 353,00 por hectare, o milho crioulo chega a render cerca de R\$ 700,00 por hectare, no ano de 2000.

O grupo "A", composto por seis famílias, tem criado suínos para vender. A criação vem sendo feita de forma convencional, com rações e insumos industrializados, além do milho cultivado por eles mesmos. Porém, os criadores salientaram que a fase inicial de criação dos suínos exige cuidados e investimentos em instalações. Este foi o principal motivo que levou o grupo a se organizar e criar os suínos numa mesma propriedade. A instalação onde criam foi construída em conjunto na propriedade de um dos integrantes do grupo. O mesmo, também responsável no cuidado dos animais, recebia R\$150,00 por mês, no ano de 2000. Após os leitões atingirem o peso e idade para início da fase terminação, os mesmos tem sido divididos igualmente para cada componente do grupo.

Tanto os leitões quanto os suínos terminados acabam sendo vendidos para a cooperativa. Os dejetos produzidos pelos animais em sua fase inicial de criação, também tem sido divididos para cada um dos integrantes do grupo. Para a distribuição dos dejetos na lavoura, o grupo adquiriu um distribuidor de esterco, remanejado entre as famílias, pois as mesmas possuem cultivos individualizados. Um entrevistado salientou a importância da organização do grupo para permanecerem no campo, "... assim, é um pouco melhor para ficar na roça. Se não fosse o grupo, quase certo que mais de um de nós já teria saído da roça."

O grupo "B", constituído há 11 anos, vem criando os suínos soltos em piquetes. Faziam parte de um outro grupo que possuía um abatedouro de gado bovino e suíno. Assim, os dois grupos abatiam os animais (bovinos e suínos) e industrializavam a carne dos suínos. Juntos, os integrantes têm buscado alternativas para obterem um "rendimento e uma maior liberdade" no ciclo produtivo de suínos.

Para agregar valor à carne, a mesma era processada e convertida em lingüças, salames, banha, morcilha, defumados. Além destes, eram elaborados outros derivados como queijo-de-porco e toucinhos. Na comunidade local, a carne era comercializada *in natura*, tanto a bovina quanto a suína.

Os suínos e bovinos destinados ao fabrico de tais produtos eram abatidos nas segundas-feiras e a carne era processada durante a semana. Para assegurar a qualidade dos produtos, o abatedouro estava provido com todo um aparato de equipamentos e cuidados sanitários exigidos pelos técnicos de alimentos, como máquinas, mesas, recipientes para os produtos, vestimentas, entre outros. O resfriamento das carnes era feito em uma câmara fria, construída dentro do abatedouro.

A produção mensal, em 2000, de derivados no abatedouro foi de 500kg de salame, 400kg de lingüça, 80kg queijo -de-porco, 250kg de banha, 70kg de morcilha e 80kg de torresmo. Os produtos têm sido vendidos diretamente ao consumidor em feiras locais no município de Quilombo ou em supermercados de outros municípios como Chapecó(absorve 50% da produção), Coronel Freitas e Formosa do Sul.

O maior problema enfrentado pelo grupo do abatedouro é a não implementação do sistema de fiscalização sanitária por parte dos órgãos do Governo Estadual. Alguns integrantes do grupo salientaram que a unidade possui todos os aparatos necessários para que haja a fiscalização sanitária. Mas que, por divergências ideológicas e políticas, a fiscalização daquela unidade tem sido negada. Segundo os mesmos, a necessidade de se obter o selo de inspeção estadual torna-se imprescindível para que possam vender seus produtos a um maior número de municípios do Estado de Santa Catarina.

O grupo foi o primeiro no Estado a produzir em cadeia produtiva orgânica. Contava, no ano de 2000, com 5 pessoas que trabalhavam diariamente no abatedouro e outras 33 pessoas envolvidas em todo o ciclo produtivo, desde o cultivo das pastagens e do milho, até o momento da comercialização dos produtos.

Um dos componentes do grupo de criação dos suínos salientou que ele ainda encontrava-se vinculado a uma empresa, mas que pretendia deixar a "integração" para ter mais liberdade de ação. Salientou que a iniciativa em criar suínos livremente surgiu de experiências realizadas no Rio Grande do Sul e que, no início da criação, a empresa "integradora" não aceitava. No ano de 2000, encontrava-se "integrado", sendo que a criação dos leitões de forma livre. Parte dos suínos eram destinados para a industrialização coletiva e outra parte, vendida para a empresa. O grupo também possuía uma fábrica de ração, um secador de cereais e um silo para armazenar o milho necessário para a criação dos animais.

O grupo "C" era composto por 34 famílias "integradas" na Cooperalfa na criação de suínos e/ou leite. Como o rendimento na produção de leite tem sido maior para quem produz em grande quantidade, o grupo decidiu organizar-se e vender o leite em nome de um único produtor. Assim, cada família produz o leite separadamente e depois o "freteiro" reúne o leite em 2 locais para o caminhão da empresa recolher. O freteiro é a pessoa que recolhe o leite para o grupo e também é membro do grupo. Para realizar a atividade de recolhimento do leite, o mesmo recebia em 2000, cerca de R\$550,00 por mês.

Para a constituição do "Grupo do Leite", inicialmente, seus componentes elaboraram um projeto para produzir cerca de 18 mil litros ao mês. O projeto foi apresentado na Câmara de Vereadores e aprovado. Segundo um dos componentes do grupo, "a Cooperativa aceitou a proposta e permitiu a iniciativa do grupo, apostando no insucesso do mesmo".

Com muitas discussões para que houvesse a compreensão do que era a formação de um grupo coletivo, os próprios membros do grupo criaram um regimento interno. Em 3 anos venderam mais de 1 milhão de litros de leite. Com a unificação, já haviam recebido mais de 30 mil reais em 2000. Importância que permaneceu com o grupo. Por venderem em grupo, eles receberam, em abril do mesmo ano, R\$ 0,27 por litro de leite. Se cada uma das famílias tivesse vendido o leite de forma individual, teria recebido R\$ 0,21 por litro.

Cada grupo possui uma comissão composta por 6 pessoas que faz a contabilidade da quantidade de litros/mês que cada família vende. No momento do recebimento, o leiteiro faz o pagamento a cada família. O leite é vendido em nome de um produtor, membro do grupo o que torna menos oneroso, inclusive para a empresa. Como argumentou um dos produtores, "... os gastos são muito menores para a empresa, mas acontece que ela não quer que dê certo a nossa organização do grupo, é isso que ela teme".

Após o grupo do leite iniciar sua atividade, com sucesso, outros grupos começaram a surgir no município. Ao todo, 5 grupos se organizaram para vender o leite de forma coletiva no município de Quilombo. De acordo com um dos produtores do grupo C, por causa da disseminação da idéia, a Cooperalfa voltou atrás e criou uma nova tabela com um preço menor para os novos grupos que surgissem e, assim, inviabilizando a formação de novos grupos de leite. Desta forma, pode ser constatada, mais uma vez, as amarras que as empresas colocam nos produtores, deixando-os em sua dependência. Mais do que isso, as empresas mostram-se desfavoráveis às ações coletivas dos produtores que buscam um rendimento maior.

Em diversos momentos as comissões dos grupos reuniram-se com a empresa envolvida na compra do leite e buscaram negociar um melhor preço por litro vendido. Conseguiram, 3 meses seguidos, o aumento de 1 centavo por litro e nada mais. Para um dos entrevistados do grupo "C", "... mesmo havendo toda essa produtividade, não há incentivo algum por parte da empresa e da Prefeitura Municipal. Para começar, nem estradas a gente tem." O grupo busca, também, organizar-se para amenizar alguns problemas que atingem famílias que compõem o grupo, como o reparo em vias de acesso às propriedades, trabalho negado pela prefeitura.

Os grupos "D" e "E", produziam leite e transformavam em queijo para o comércio. O grupo "D", teve suas atividades iniciadas no ano de 1995, quando foi construída a "fábrica de queijo colonial", como é denominada pelos integrantes do grupo.

De acordo com um dos integrante fundadores do grupo, eles começaram a fazer o queijo porque não queriam mais entregar a matéria-prima para a empresa. O queijo tem sido feito a partir do leite produzido pelas 5 famílias que compõe o grupo e de mais 1 família que não pertence ao grupo. A esposa de um dos componentes do grupo é a pessoa responsável pela produção e cuidados com o queijo e para tanto, ela recebe 50% do ganho obtido com a venda do mesmo. Semanalmente, eram produzidos de 120 a 130kg de queijo e comercializado no próprio município e no de Chapecó O produto era comercializado a R\$ 3,80 ao quilo (em 2000). O entrevistado salientou que poderiam produzir mais, mas a carência de força de trabalho nas unidades produtivas que compõem o grupo, tem sido o principal motivo pela pouca produção de queijo.

O grupo "E", composto por 4 famílias, produzia queijo para vender. Eles possuíam 25 vacas produtoras e pretendiam aumentar o plantel para 30 vacas. Para alimentar os animais, os responsáveis cultivavam as pastagens e adquiriam o milho de outros produtores e de algumas empresas. Este grupo produzia 200 litros de leite por dia e transformava o mesmo em queijo mussarela.

Assim como o grupo "D", o "E" também comercializava queijo nos municípios de Quilombo e Chapecó No mercado local, o produto era comercializado, no ano de 2000, a R\$ 4,00 o quilo e em Chapecó, a R\$ 4,25 o quilo. Além do queijo, o grupo também produzia ricota que estava sendo comercializada a R\$2,00 o quilo, naquele mesmo ano.

Além das atividades exercidas pelos grupos citados, outros grupos que buscaram outras, como o cultivo de hortaliças orgânicas e confecção de roupas. As famílias que compõem os diversos grupos, cultivavam outros produtos e a "roça" tem sido de fundamental importância para a reprodução da força de trabalho da família. Geralmente eles têm uma produção individual, além da produção em forma coletiva.

A formação dos grupos esteve ligada aos movimentos sociais do município, como o de Mulheres Agricultoras e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, há mais de

15 anos. A Igreja Católica teve grande influência na organização dos chamados "Grupos de Reflexão", quando as famílias dos pequenos produtores vêm se reunindo para debater sobre temas ligados à Igreja e sobre o cotidiano.

A partir de então, grupos começaram, grupos desistiram e outros recomeçaram na busca de alternativas para impedir a saída dos jovens da roça. No início, começaram a fazer as "roças comunitárias" com cultivo de milho e feijão. Depois, outras opções começaram a ser apontadas pelos próprios produtores que ainda continuam lutando para permanecer no campo.

Atualmente, o município conta com diversos grupos, como os citados, que tiveram origem naquele período e conseguiram trazer de volta para o campo, alguns jovens que haviam saído para as cidades. Contam com apoio de algumas instituições governamentais e não-governamentais, voltadas à pesquisa, financiamento de projetos ou assistência técnica para organização de pequenos produtores, como a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e o Programa DESENVOLVER (Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção). Tais iniciativas tem sido de fundamental importância para que, grupos de famílias de pequenos produtores se mantenham na agricultura.

Para alguns componentes dos grupos entrevistados, o maior desafio tem sido encontrar mecanismos que viabilizem financeiramente a permanência das pessoas no campo. Nesse sentido, começaram com a organização em grupos e buscam agregar valor aos seus produtos. Salientaram que a organização tornou viável, por exemplo, resgatar a ajuda entre vizinhos quando um está doente e as visitas entre vizinhos.

No relato de um dos integrantes de um grupo, percebemos a preocupação com esta questão: *"...quando a gente vê e sente a necessidade, a gente se mobiliza e faz a ação que venha ao encontro de nosso objetivo: não sair da roça. Queremos que nossos filhos fiquem aqui na agricultura, que tenham um rendimento aqui mesmo, sem necessitar ir para a cidade. E quando se fala em Reforma Agrária é isso que se espera: rendimento agrícola condizente com nossas necessidades"*. Bem mais que o financeiro, eles buscam a construção de uma

"sociedade diferente" a partir de ações locais de modo a permitir o "resgate do cidadão".

Enfim... esta foi a paisagem da qual nos referimos, a paisagem rural no município de Quilombo. Conforme referimos anteriormente, trata-se de uma paisagem marcada por uma complexidade de formas e funções distintas entre si e em diferentes tempos, lugares e pessoas, onde estão impressas muitas marcas das atividades em que a força de trabalho familiar predomina. Ao acompanharmos os relatos dos primeiros moradores do município, desde sua chegada numa área onde havia mata nativa até chegarmos ao momento atual, percebemos muitas mudanças daquele espaço e até no cotidiano das pessoas.

Se um artista pintasse quadros para retratar a paisagem ao longo dos últimos 40 anos, teríamos agora uma seqüência de quadros bastante variados, como segue:

1º quadro - A área do município apresentava-se, na maior parte, coberta por mata nativa com a possível presença de alguns índios aos quais a história de Quilombo não faz referência. Ano: 1930.

2º quadro - Na área que era distrito de Chapecó a Colonizadora Bertaso começava a medir e demarcar os terrenos utilizando o trabalho dos caboclos como Narciso, o primeiro morador do atual município. Ao mesmo tempo, derrubavam a mata abrindo os primeiros caminhos de Quilombo. Ano: 1940.

3º quadro - Começava a chegar os colonos do Rio Grande do Sul que adquiriam sua propriedade junto aos representantes da colonizadora. Os colonos, com ajuda dos caboclos, começavam a derrubar a mata para dar início ao plantio de subsistência. Ano: 1945.

4º quadro - O milho produzido servia para alimentar a família, como a polenta. A farinha era feita no moinho inaugurado em 1948. Os porcos criados soltos, quando gordos, eram tocados à pé até a sede do distrito. De lá, seguiam num caminhão para

serem abatidos num frigorífico em Chapecó e deles, extraía-se a banha, principal produto suíno comercializado naquela época. Ano: 1955.

5º quadro - As pequenas propriedades rurais reduziam a área de mata para plantar milho, feijão, trigo, mandioca, arroz e outros produtos para o consumo da família. O excedente, geralmente milho e feijão, era comercializado. Ano: 1980.

6º quadro - O milho produzido destina-se ao comércio e, principalmente, para criar suínos confinados. Agora, os pequenos produtores vinculam-se às empresas que lhes "dizem" como criar suínos. O município possuía, então, a maior produção de suínos de sua história, cerca de 80 mil cabeças/ano. Este quadro data o ano de 1980.

7º quadro - Surgia um outro componente na paisagem rural do município, os aviários. A avicultura começou a dividir espaço com as demais atividades agropecuárias do município. Ano: 1983.

8º quadro - No mesmo quadro aparece produtores de suínos desestimulados com a atividade e população saindo do campo, em busca de melhores perspectivas de vida. Outros permanecem e, parte destes, organizam-se em movimentos populares em defesa da agricultura e da vida. Anos de 1985 a 1990.

9º quadro - A paisagem está novamente alterada. Inúmeros novos aviários foram construídos e outras famílias "integradas" na avicultura. Um frigorífico da Aurora construído no município, criou expectativas de trabalho assalariado para a população do município. Ano: 1996.

10º quadro - Além de aviários, novas e modernas pocilgas foram construídas para atender às inovações da genética na suinocultura. Novas tecnologias, maior produtividade, mas no final, o sobretrabalho não pago do pequeno produtor, continuou... Ano: 2000.

11º quadro - Produtores organizados em grupos tentam construir alternativas diferentes do sistema de produção "integrada". As dificuldades são diversas em continuarem organizados, produzir de forma orgânica, comercializar seus produtos e em obter um preço mais condizente ao trabalho. Ano: 2000.

A paisagem do município de Quilombo, assim como em qualquer outro lugar, é muito dinâmica e, por isso mesmo, não pode ser apreendida por um "simples" olhar e transferida para uma tela. Possivelmente, haverá pontos difíceis de serem convertidos em formas definidas. Ao observarmos e analisarmos as formas e os fatos não somente na representação física, na aparência, buscamos apreender o sentido das coisas em sua essência. Assim, aos observadores de quadros, cabe uma ressalva: o que está representado em cada figura, em cada paisagem, é apenas parte da realidade de um dado momento. E mesmo assim, a realidade observada e apreendida por um artista. E como tal, um ser humano, com seus sonhos, perspectivas, frustrações e num determinado estado emocional. Possivelmente, se outro artista tivesse pintado quadros sobre "a paisagem rural de Quilombo", teria apresentado outras paisagens, outras tonalidades. Seria então, uma outra visão de um outro artista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAV - Associação Catarinense de Avicultura/FIESC. **Exportação de aves em Santa Catarina**. Florianópolis, 2000.

_____. /ABEF. **Exportação de aves no Brasil**. Florianópolis, 2000.

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil - contradições, impasses e desafios socioespaciais**. 3.^a ed. reform. - São Paulo : Moderna, 1998.

AGROINDÚSTRIA: avicultura encolhe para ter lucro. **Jornal Correio Riograndense**. Caxias do Sul. 16 de agosto de 2000.

AINCADESC - Associação das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina. **Relatório de abate de aves por empresa em Santa Catarina**. Florianópolis, 2000.

_____. _____. **Relatório de abate de suínos por empresa em Santa Catarina**. Florianópolis, 2000.

ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores**. Florianópolis, 1997. 112p.

BEDIN, M. A. **Coopercentral Aurora: líder brasileira na produção do suíno *light***. Chapecó: MB Comunicação, 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L Ioriatti. São Paulo : Companhia das Letras, 1986. 360p.

BRITO, Francisco A. de. e ALTMANN, Rubens. A agricultura recente e futura. *In*: **ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://icepa.com.br/principal.html>>. Acesso em: 16 de dez. de 1999.

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. *In*: LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas, SP : UNICAMP, 1993. 336 p. (Repertórios)

CAMPOS, Indio. **Os colonos do Uruguai: relação entra a pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense**. Campina Grande, UFPB. 1987 (Dissertação Mestrado e Economia)

CAUME, David José. **A agricultura familiar no Estado de Goiás**. Goiânia : Editora da UFG, 1997. 71p. (Quiron)

CERRI, Claudio. Manejo: o desconforto da modernidade. **Revista Globo Rural**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 165, p. 43-50, jul. 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires : Nueva Visión, 1974. 342p.

COOPERCENTRAL, Aurora. Criadores de suínos da Copérdia visitam Coopercentral Aurora. Disponível em: <<http://www.frigorifico-aurora.com.br/index4.html>>. Acesso em jan. 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In.*: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. 353p.

CORRÊA, Walquíria K. **Transformações sócio -espaciais no Município de Tijucas (SC): o papel do Grupo USATI-PORTOBELLO**. Rio Claro : UNESP, 1996. 213p. (Tese, Doutorado em Geografia)

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo : UNICAMP/ÍCONE, 1985

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - "Suíno *light*" produz carne magra e rende mais. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/novidade/publica/balsoc/egfam.htm>>. Acesso em 29 jan. 2001

FAO/INCRA - **A agricultura familiar na Região Sul do Brasil**. Quilombo - Santa Catarina: um estudo de caso. Florianópolis, 1996.

FAYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, F. Alves, 1989. 488p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1982 (Agricultura e Sociedade)

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. rev. Campinas, SP : UNICAMP. IE, 1998. 211p.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 238p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2.ª ed. 1982. 362p. (O Mundo, Hoje; v. 29)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1970.

- _____. _____. Rio de Janeiro, 1995-96.
- _____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina.** Rio de Janeiro, 1975.
- _____. _____. Rio de Janeiro, 1980.
- _____. _____. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. _____. Rio de Janeiro, 1995/96.
- _____. **Censo Demográfico de Santa Catarina.** Rio de Janeiro, 1960.
- _____. _____. Rio de Janeiro, 1970.
- _____. _____. Rio de Janeiro, 1980.
- _____. _____. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. **Contagem da População.** Rio de Janeiro, 1996.
- _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 1959.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1999.** Rio de Janeiro, 1999.
- ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. GPA - Gerenciamento de Preços Agrícolas. **Relatório da série histórica mensal de frango vivo, 01/2000 à 12/2000.** Florianópolis, 2001.
- _____. _____. **Relatório da série histórica mensal de suíno vivo não tipificado, 01/2000 à 12/2000.** Florianópolis, 2001.
- KAUTSKY, Karl (1854-1938). **A questão agrária.** Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo : Nova Cultural, 1986. 401p.(Os economistas)
- KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina 1983-1993.** São Paulo - PUC, 1999. 151p. (Dissertação, Mestrado em História)
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar.** Campinas, SP : UNICAMP, 1993. 336 p. (Repertórios)
- LANZMASTER, Mário. O futuro é um lugar que estamos criando. **Jornal O Cooperalfa,** Chapecó p. 3, outubro de 2000.

MACHADO, Jurandi S. Análise da Produção Brasileira e Catarinense de Carne Suína. *In: ICEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://icepa.com.br/principal.html>>. Acesso em: 14 de fev. de 2001.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo : Hucitec, 1980. 181p.

MORAIS, Jomar. As 500 maiores empresas privadas por vendas. Melhores e Maiores. **Revista Exame**. Jun. 2000.

MÜLLER, Geraldo. As relações indústria-agricultura e os padrões agrários no Brasil. **Rascunho**. n.º 2. pp. 30-51. Araraquara : UNESP/FCL, set. 1989

_____. A economia política do CAI. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. 24, Lavras, 1986. **Anais ...** Brasília : SOBER, 1986.

ORLANDO, Alcibiades L. **Pequena propriedade e agroindústria**. Cascavel : Unioeste, 1994. 325p.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Organizado pela Coordenadoria do programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis : FCC Ed./Ed. Da UFSC, 1991. 284p. il.

PERTILE, Noeli. **A trajetória de uma família colona**. Florianópolis, UFSC, 1998. 60p. (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia)

PIZZOLATTI, Roland L. **Os pequenos produtores no Oeste Catarinense: integrados ou entregados?** São Paulo. USP, 1996. 343p. (Tese, Doutorado em Geografia Humana)

QUALIDADE do suíno de Santa Catarina conquista mercado. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 18, 04 de março de 2001.

QUILOMBO- SC. A maior produção de milho do estado. **Boletim municipal do 25º aniversário de Quilombo, 1986**.

_____. Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. **Plano municipal de desenvolvimento rural**. 1997. 27p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo : Ática, 1993. 269p.

REFORMA AGRÁRIA (1993). Meio ambiente e o desenvolvimento da agricultura. **Revista Reforma Agrária**. jan-abr.,1991.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral**. Florianópolis, 1997. 163p.

SANTOS, José Vecente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª edição. São Paulo : Hucitec, 1984. 182p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo : Hucitec, 1988. 124p.

SILVA, Lenyra Rique da. **A paisagem do fumo em Tubarão**. Florianópolis, 1992. (Trabalho apresentado ao Departamento de Geociências da UFSC para provimento do Cargo de Professor Titular)

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2.ª edição. Rio de Janeiro : Guanabara, 1980 (Agricultura e Sociedade)

SORJ, Bernardo et al. **Camponeses e agroindústria**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 119p. (Agricultura e Sociedade)

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In.*: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. 353p.

VALVERDE, Orlando. Reflexões sobre uma Reforma Agrária para o Brasil (limites máximo e mínimo da propriedade da terra). *In.*: **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. 2ª ed. Org. Carlos Marighella ... [et al.]. São Paulo : Ed. Brasil Debates, 1980. p.58-64 (Brasil estudos; nº 1)

VERGAPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme (O caso da agricultura no capitalismo). p.47. *In.*: AMIN, S. & VERGAPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 179p.

WANDERLEY, Maria de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *In.* **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília, 2 (1): 13-78, jan/abr. 1985

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas : UNICAMP, 1992, pp. 31-77 (Estudos Rurais)

AMSTALDEN, Luiz Fernando. **Os custos sócio -ambientais da modernização agrícola brasileira**. Campinas, SP : FFCH/UNICAMP, ano 1, n.º 1, 1991

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Diversas reportagens. Datas: 10 de janeiro de 2001, p.12; 11 de janeiro de 2001, p. 14; 29 de janeiro de 2001, p. 03; 06 de fevereiro de 2001, p. 10; 03 de março de 2001, p. 14; 02 de abril de 2001; 11 de abril de 2001, p.15 e 11 de maio de 2001, p. 04.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. In. **Planejamento e políticas públicas**. v. 1 n.º 1. Brasília : IPEA, 1990. pp. 3-44

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo : Hucitec, 1980. 181p.

_____. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis : Vozes, 1986 a. pp. 09-103

_____. **O cativo da terra**. São Paulo : Hucitec, 3.ª ed. 1986 b. 157 p. (Ciências Sociais)

MEDEIROS, Leonilde S. de et al. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. In. **Proposta**. Ano 27, n.º 77. jun/ago, 1998

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In. **Boletim de Geografia Teórica**. 25 (49-50) : 15-58. Rio Claro, SP. 1995

PAULILO, Maria I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dimensões**. Florianópolis : Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. pp. 44-63

PINAZZA, Luiz A. & ARAÚJO, Mey B. de. **A agricultura na virada do século XX: visão de agribusines**. São Paulo : Globo, 1993. pp. 99-156

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar integrada ao CAI brasileiro - A produção de pêssego no município e Pelotas**. Pelotas : UFPEL, 1993. 290p.

SCHMITZ, Marlene T. **A organização da Produção Familiar no Vale do Ouro, Município de Quilombo – SC**. Florianópolis, UFSC, 1999. 44p. (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia)

SILVA, Harrysson L. da. **A gestão do território pelo grupo Sadia no município de Concórdia, Santa Catarina.** Florianópolis. UFSC, 1991 (Dissertação, Mestrado em Geografia)

TOPALOV, Christian. **Estruturas agrárias brasileiras.** Rio de Janeiro : F. Alves, 1978

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica .** São Paulo : EDUSP/Hucitec, 1991. pp. 23-68 (Estudos Rurais, 11)